

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIANA MEDINA MARTINEZ

ANDANDO E PARANDO

PELOS *TRECHOS*:

uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos

SÃO CARLOS

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIANA MEDINA MARTINEZ

ANDANDO E PARANDO

PELOS *TRECHOS*:

uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientação: Prof^a. Dr^a Clarice Cohn

SÃO CARLOS

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M385ap

Martinez, Mariana Medina.

Andando e parando pelos *trechos* : uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos / Mariana Medina Martinez. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
166 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Política social. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Políticas públicas. 4. Assistência social. 5. Antropologia urbana. 6. Corporalidade. I. Título.

CDD: 361.61 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas@power.ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Mariana Medina Martinez

02/03/2011

Profa. Dra. Clarice Cohn
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek
Universidade de São Paulo / USP
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Para meu irmão Adriano

AGRADECIMENTOS

Nesta longa caminhada, vivida durante todo o mestrado, muitas pessoas estiveram ao meu lado, participando intensamente no processo de construção desta dissertação. Agradeço primeiramente aos meus pais, José Carlos e Claudia, ao apoio incondicional, à escuta paciente e, sobretudo, ao incentivo a este trabalho. A compreensão de vocês foi essencial para seguir meu caminho. Ao meu irmão Adriano, que no sofrimento me fez refletir sobre a vida.

Agradeço à minha orientadora Clarice Cohn, uma amiga e incansável incentivadora deste trabalho. Apesar de nossas trajetórias acadêmicas estarem entre a Rua e a Aldeia, caminhamos juntas nesta pesquisa, marcada por inúmeras (e surpreendentes) descobertas etnográficas e intermináveis reflexões sobre o andar e o parar pelos *trechos*. Esta dissertação traz a sua marca: um pensamento indomável. Tê-la como orientadora, foi uma imensa satisfação para mim.

Agradeço ao meu companheiro Pedro, namorado e amigo que nunca mediu esforços para estar ao meu lado. Este trabalho é fruto de sua cumplicidade, sem ela eu não conseguiria seguir. Agradeço Carlos Roberto Vilas Boas e Fátima Vilas Boas, sogros e amigos, que igualmente não pouparam esforços para nos ajudar.

Agradeço ao professor Jorge Villela, por ter acompanhado de perto este trabalho. Pelo cuidado e dedicação empenhado em sua leitura, pelas majestosas reflexões que enriqueceram imensamente esta dissertação. Seu pensamento nômade se faz uma inspiração neste trabalho.

Agradeço a toda a equipe profissional do CREAS, por terem me acolhido durante longos meses em campo. Sinto-me honrada em ter compartilhado dias de trabalho com profissionais de tanta competência e dedicação, cujos esforços fazem desta instituição um modelo para o Brasil. Agradeço especialmente a Luciano Oliveira, chefe de divisão do CREAS, sociólogo pesquisador, amigo e companheiro de todas as horas. Trilhar este caminho de pesquisa ao seu lado foi uma honra.

Agradeço aos companheiros de pesquisa Aline Ramos Barbosa, Luciano Oliveira e Luiz Fernando Pereira, pelos intermináveis debates sobre a vida no *trecho*, pela partilha de ideias, histórias e risos. Esta dissertação é um pouquinho de todos nós.

Agradeço ao professor Gabriel Feltran, docente “marginal” por excelência, por ter confiado e designado a nós a tarefa de iniciarmos um grupo de pesquisa, hoje chamado *Na margem – núcleo*

de pesquisas urbanas, pela eterna disposição em acompanhar-nos em nossas trajetórias de pesquisa.

Aos meus amigos Marginais, pesquisadores incansáveis: Aline Ramos Barbosa, Daniel Ramos, Domila Pazzini, Filipe Moreno Horta, Henrique Takahashi, Leilane Latorre Matsushita, Liniker Giamarin Batista, Luciano Oliveira, Luiz Felipe Rossi, Luiz Fernando Pereira.

Ao núcleo de pesquisa Hybris, coordenado por Jorge Villela e Ana Claudia Marques. Nem a distância entre a metrópole e o canavial é barreira para estarmos juntos. A todos os hybridianos: Jorge Villela, Ana Claudia Marques, Adalton Marques, Karina Biondi, Messias Basques, Lecy Sartori, Daniel De Lucca, Catarina Morawska Vianna, Carla Camargo, Caio Manhanelli, Ana Flávia Bádue, Carlos de Aquino, Flávia Carolina Costa, Jacqueline de Lima, Julia Di Giovanni, Sara Munhoz, Renan Pereira.

Agradeço aos colegas da turma de 2008 do PPGAS UFSCar, pela amizade, pelas contribuições intelectuais, pelos risos que compartilhamos. Agradeço aos docentes do programa de Pós-graduação, pela acolhida no programa, por todo apoio.

Agradeço à Fapesp, pelo apoio integral à pesquisa.

Finalmente, agradeço imensamente aos *trecheiros e pardais* de São Carlos, protagonistas desta dissertação. Obrigada por dividirem seus fardos, aventuras e esperanças; por me mostrarem o valor da simplicidade. Sem vocês esta pesquisa nada seria.

*“No meio do caminho da vida,
me vi no meio de uma via transviada,
o resto era tudo estrada.”*

(Paulo Leminski)

RESUMO

MARTINEZ, Mariana. **Andando e parando pelos *trechos*: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

Esta pesquisa relata as trajetórias de rua em São Carlos. Evitando tratá-los, como faz as políticas públicas e tem feito boa parte dos estudos acadêmicos, por nomenclaturas que eles mesmo não reconheceriam, tais como populações ou moradores de rua, elegi o recurso metodológico e analítico de tratar as trajetórias de rua. Isso me permitiu atentar para as segmentações, composições e transformações das trajetórias, que configuram as táticas de preservação da vida desenvolvidas pelas pessoas que estão nessas trajetórias e as possibilidades de percursos percorridos pela população de rua. Dentre as diferenças que se apresentam nas trajetórias, descrevo as transformações corporais que marcam estas mudanças, assim como formam o corpo de rua, marcado pelos percursos em que estes sujeitos vão fazendo. Falar sobre as formas de vidas nas ruas faz necessário que se coloque em perspectiva um conjunto de agentes, discursos e aparatos urbanos que legitimam estas vidas nas ruas aos olhos do Estado e nas políticas públicas. Descrevo o fenômeno sob dois aspectos que me permitiram traçar alguns parâmetros de comparação entre a vida na rua e esta mesma vida nas instituições de assistência à população de rua. A etnografia realizada na rua detalha as formas de apropriação e uso dos espaços públicos e as movimentações e fluxos que emergem neste contexto. Por outro lado, relato a gestão política (e institucional) desta população na cidade. A etnografia nos espaços institucionais foi realizada no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), cujo atendimento é diretamente voltado às pessoas em situação de rua. Contrasto duas perspectivas diferentes sobre o mesmo fenômeno, já que uma tensão é evidentemente exposta e nela vemos surgir não só as trajetórias de rua como os mecanismos de sua institucionalização, as trajetórias desenvolvidas nas ruas e dentro das instituições, e as intervenções institucionais a que a população de rua é submetida.

Palavras-chave: População de rua. Trajetórias de rua. Assistência social. Corporalidade. Antropologia Urbana. Antropologia da saúde. Políticas públicas

ABSTRACT

MARTINEZ, Mariana. **Walking and stopping to *trechos*: an ethnography of São Carlos' street paths**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

The research at hand accounts for São Carlos' street paths. In an attempt to avoid defining them, as it is often the case with public policies and even a large part of academical studies, through denominations that they would not be able to relate to, such as homeless people, I have elected the analytical and methodological resource to deal with the street paths through which these dwellers roam. This choice has allowed me to account for the paths' segmentations, compositions and transformations that configure the tactics of preservation of life developed by the people who walk these paths, as well as possible courses wandered by the homeless. Among the differences presented in these paths, I describe the bodily changes that come up with these variations, partially constituting a homeless body that is inscribed with the courses in which these subjects roam. In order to talk about the ways of life in the streets, it is necessary to put into perspective a group of urban agents, discourses and apparatuses that legitimate these lives in the street to the eyes of the State and to public policies. I describe this phenomenon through two aspects that allow me to trace some parameters in order to compare life in the streets to that same life as assisted by the social services concerned with the homeless. The ethnography performed in the streets details the ways of appropriation and usage of public spaces, as well as the motions and fluxes that emerge in this context. On the other hand, I account for political (and institutional) management of this population in the city. The ethnography for these institutional spaces was performed in CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social [Referral Center Specialized in Social Service]), which is directly concerned with the homeless. I contrast two different perspectives on the same phenomenon, since the tension which is evidently exposed allows us to see not only the street paths but its mechanisms of institutionalization, both the paths developed in the street and in the institutions, and even the institutional interventions to which the homeless are submitted to.

Keywords: Homeless. Street paths. Social Service. Body. Urban Anthropology. Anthropology of Health. Public policies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Inserção em campo e percurso da pesquisa	12
Oficina como etnografia	26
Sobre população e trajetórias de rua: delimitação de um campo etnográfico	31
Tecendo uma narrativa	45
CAPÍTULO 1 - ARRANJOS URBANOS: HABITAR A CIDADE, ELABORAR TÁTICAS DE RUA	48
1.1 - Formação de <i>trechos</i> e <i>bancas</i> : territórios, movimentos e designações.....	49
1.2 - Tecendo as trajetórias de rua	57
a) Viver em <i>banca</i>	61
b) Viver sem <i>banca</i>	70
c) Viver no <i>trecho</i>	72
1.3 - Pontos de acomodação e circulação: o engajamento com a cidade e produção do <i>conhecimento da rua</i>	81
1.4 - O <i>mangueio</i>	87
1.5 - A rua: um emaranhado de percursos	92
CAPÍTULO 2 - O CORPO DA RUA: TRAJETÓRIAS CORPORAIS NA RUA.....	98
2.1 - Vigilâncias para si.....	99
2.2 - <i>Pinga e Drogas</i> : perspectivas de Saúde e Doença	103
2.3 - Corpo e memória	113
CAPÍTULO 3 - CAIR NA REDE: UMA ETNOGRAFIA DA REDE ASSISTENCIAL.....	119
3.1 - No CREAS.....	120

a) o perfil dos usuários.....	124
b) a rotina de atendimento.....	129
c) o <i>comprometimento</i>	136
d) a constituição da autonomia.....	139
e) a Abordagem de Rua.....	142
3.2 - No Albergue Noturno.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

INTRODUÇÃO

INSERÇÃO EM CAMPO E PERCURSO DA PESQUISA

Esta dissertação relata sobre as vidas que se constituem nas ruas, aqui tratadas metodológico e analiticamente como trajetórias de rua, e sua correspondente gestão institucional. A proposta desta pesquisa é fazer uma abordagem antropológica da gestão da população de rua. O objeto deste estudo é a relação entre as figuras da indigência e suas formas de gestão política e institucional. Apresento uma pesquisa de campo realizada nas ruas da cidade, a partir da qual descrevo, sob o ponto de vista de quem vive nas ruas, as formas de apropriação e uso dos espaços públicos, de preservação da vida e dos cuidados de si. Estas práticas são táticas de rua, tratadas neste texto como resistências diárias às violências cotidianas vividas nas ruas. Ao relatar sobre as trajetórias de rua é necessário também tratar das formas de gestão políticas destas populações. Para tanto, apresento uma pesquisa de campo realizada na rede institucional de gestão à população de rua, onde operam outros modos de produção subjetiva, diferente dos modos de subjetivação encontrados na rua. As pesquisas realizadas nas ruas e na rede institucional pretendem subsidiar um debate sobre as relações contemporâneas de poder e a gestão das populações historicamente conhecidas como vulneráveis.

Como o tema desta pesquisa diz respeito às trajetórias de rua, inicio este texto relatando minha trajetória de pesquisa. Do ponto de vista metodológico, o percurso desta pesquisa poderia ser pensado como uma trajetória de rua já que o conhecimento antropológico foi elaborado por meio do acompanhamento dos movimentos produzidos na rua. Como se sabe, toda abordagem é parcial porque apresenta apenas uma perspectiva sobre o problema. Ao falar da minha trajetória de rua procuro tornar evidentes as condições através das quais o conhecimento antropológico foi produzido, levando-se em conta os tipos de relações travadas com os interlocutores e as limitações de campo.

A minha trajetória teve início com pequenos contatos que fui estabelecendo em diferentes esferas: na rua, com os profissionais de instituições da assistência social e com outros pesquisadores que também atuam no tema¹. Foram contatos com temporalidades e intensidades

¹ Tive o privilégio de estabelecer um diálogo intenso e vigoroso com pesquisadores do *Na Margem: núcleo de estudos urbanos*, coordenado por Gabriel Feltran, docente do departamento de Sociologia da UFSCar. Agradeço a

distintas, uns mais contínuos e outros tão fugazes quanto a sorte da ocasião. Entre os profissionais do CREAS², local onde realizei parte da etnografia, o convívio proporcionou-me conhecer novos usuários³ da instituição. Dos interlocutores que encontrei nas ruas, alguns mantiveram uma convivência mais contínua, mesmo com encontros inesperados em praças, semáforos e instituições de acolhimento à população de rua. Com outros interlocutores, o contato foi breve porque, como veremos, as chegadas e as partidas são as condições elementares de uma trajetória de rua.

Em algumas trajetórias de rua, caso apreendido entre os *trecheiros*, seus itinerários não se territorializam num único lugar porque fazem do deslocamento uma forma de existência. Por conta da mobilidade que marca suas trajetórias, a eles mal pude me apresentar como pesquisadora. No entanto, a fugacidade do contato, como me ocorreu com frequência, foi a condição etnográfica que o campo me apresentou, tendo se configurado, inclusive, uma questão metodológica sobre a qual refleti. Foram muitos os encontros de apenas uma tarde de conversa que não voltaram a se repetir. São trajetórias nômades⁴ que seriam impossíveis de ser acompanhadas senão pela sorte do encontro. A trajetória do *trecheiro* é apreendida através dos deslocamentos pelos *trechos*⁵, cujos deslocamentos só ocorrem por meio do desvinculamento com os elos que os fixam num território. O *trecheiro* vive na condição da ruptura. Sua vida está implicada num esforço para o rompimento dos vínculos com a família, o emprego formal, a comunidade e a residência domiciliar. Sendo a trajetória nômade (aquela que escapa de mecanismos de capturas institucionais) a qualidade do campo que me foi apresentada, o processo etnográfico foi submetido e adequado à mesma lógica. Na rua, realizei o contato com os

todos pelas contribuições, em especial agradeço Luciano Oliveira, Luiz Fernando Pereira e Aline Ramos, todos pesquisadores do núcleo que também se debruçaram sobre o tema da população de rua. Estabeleci um diálogo intenso com pesquisadores do *Hybris: núcleo de pesquisa sobre relações de poder, socialidades e conflitos*, coordenado pelos docentes Jorge Villela (PPGAS – UFSCar) e Ana Cláudia Marques (PPGAS – USP).

² A sigla CREAS é uma abreviatura de Centro de Referência Especializado em Assistência Social, instituição voltada ao atendimento da população de rua de São Carlos onde realizei parte da etnografia aqui apresentada.

³ O termo usuário é aplicado pela Política Nacional de Assistência Social para caracterizar o público alvo dos serviços prestados pelo governo. Constitui-se o público usuário de Assistência Social cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. (MDS, Política Nacional de Assistência Social, DF, 2004).

⁴ Alguns estudos sobre população de rua são marcados pela caracterização do fenômeno como nomadismo urbano. O nômade é pensado em sua relação contrastiva com a sociedade abrangente, marcado pelo universo sedentário, pontuado pelo trabalho, família, residência. Ver: MAGNI, Cláudia. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre, Santa Cruz do Sul**: EDUNISC, 2006; BROGNOLI, Felipe. **Trecheiros e pardais**: estudo etnográfico d nômades urbanos, UFSC, 1996.

⁵ Viver no *trecho* é uma expressão utilizada por *trecheiros* e caracteriza a movimentação destas pessoas de rua pelas cidades e estados.

trecheiros, aqueles que constituem suas trajetórias de rua em função da mobilidade. Mesmo o contato sendo restrito a uma única conversa, já que o nômade não cria vínculos com a cidade, a relação entre o pesquisador e interlocutor fora construída, mesmo que de forma a-sistemática, pois, o contato, embora de aparência frágil, revelou-me uma teoria nativa de deslocamento. Portanto, minha pesquisa tornou-se possível graças aos encontros e desencontros que ocorreram durante quase três anos de pesquisa.

Meu primeiro contato com pessoas que vivem nas ruas se deu de modo bastante inesperado. No final do ano de 2006, prestes a concluir a disciplina Antropologia da Saúde, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Clarice Cohn, realizei uma breve pesquisa de campo com os “moradores de rua”⁶ de São Carlos. Formamos um grupo de trabalho, eu e mais três alunos, para concluirmos este procedimento de avaliação. Escolhemos estudar o tema por uma simples questão de curiosidade, afinal, pouco se sabia sobre “moradores de rua”. Ligada à proposta da disciplina, restringimos o tema num recorte específico das práticas corporais, cuidados com o corpo, concepções de saúde e doença. Iniciamos uma pesquisa de campo sem ter realizado nenhuma pesquisa bibliográfica prévia e sem ter mantido nenhum contato com as instituições locais que assistem a esta população. Privilegamos o espaço da rua, sobretudo as praças, para realizar longas conversas com os interlocutores. Neste diálogo travado, a desconstrução de pré-noções (ligadas à representação do mendigo⁷) fora o principal desafio de estranhamento. Mais do que isso, passamos a reconhecer um campo etnográfico com novos desafios a serem entendidos e interpretados. Fomos surpreendidos por inúmeros questionamentos, dos quais poucas respostas obtivemos. Assim, continuamos a pesquisa de campo mesmo após o encerramento da disciplina.

Nossa principal dificuldade era identificar os “moradores de rua” nos espaços públicos. Procurávamos pessoas sujas, maltrapilhas, bêbadas, em becos noturnos e lugares sombrios. Esta primeira tentativa foi frustrada já que diante de tantas pessoas circulando pelas ruas nossos critérios não passavam de pré-noções sobre nossos interlocutores. Recorremos ao Albergue Noturno da cidade para maiores informações e soubemos de um grupo de “moradores

⁶ Utilizo as aspas pois meus interlocutores não se classificam desta forma, mantendo a expressão aqui exatamente para marcar as mudanças ao longo da pesquisa. Trata-se de um termo exógeno ao universo estudado, que se aproximam da representação do marginal e preguiçoso, tema será objeto de reflexão nessa dissertação.

⁷ O termo mendigo é carregado de estigmas no imaginário popular. Nas primeiras pesquisas produzidas no Brasil sobre o tema sua denominação aparece como um retrato da marginalização urbana. Para DiFlora (1987) o mendigo “é rotulado de anormal ou desviante, pois sua prática contraria os pressupostos éticos da sociedade cujo estilo de dignidade humana é expresso pelo trabalho, forma legítima de manutenção da vida”.

de rua” que costumava permanecer na praça próxima ao Cemitério Nossa Senhora do Carmo, localizada na Avenida São Carlos, nas proximidades do Albergue. Sem saber exatamente como nos aproximar, a única estratégia adotada foi sentar nos bancos da praça e esperar pelo encontro. Para nossa surpresa, em poucos minutos um deles se aproximou para nos pedir um cigarro. Passamos horas conversando. Mesmo sem nos apresentar como pesquisadores, um deles logo percebeu que éramos estudantes e refutou a possibilidade de tirarmos fotos e ainda cogitou a ideia de que nós poderíamos “pegar a ideia da galera, botar no computador e escrever livros e fazer histórias da gente”. Descartamos a possibilidade de gravar as conversas (embora tivéssemos um gravador no bolso) ou de tirar fotos como recurso etnográfico. Como optamos por não gravar conversas em campo, a produção do diário de campo foi feita a partir daquilo que conseguíamos lembrar das conversas. Assim, todas as frases reproduzidas neste texto são como fragmentos de narrativas. Como não pudemos reproduzir integralmente os diálogos, estes fragmentos dizem respeito às minhas memórias em campo.

Sabe-se que toda relação provocada pela pesquisa não é neutra. Apesar acatar as “negociações” que fizemos com os interlocutores, dentre elas não fazer gravações e não tirar fotografias, ainda assim, a presença do pesquisador em si já estabelece uma relação de poder entre nós: o pesquisador como um agente que fala e interpreta uma dada realidade enquanto o pesquisado, neste caso sujeitos já marginalizados pelas suas invisibilidades, permanecem invisíveis.

A praça, assim como outros lugares públicos por eles frequentados, é chamada de *trecho*⁸. Diferente do que esperávamos, não havia “moradores de rua” ali e, sim, *trecheiros*. A proposta de estudar “moradores de rua”, motivação que nos levou a campo, acabou revelando-nos uma tensão entre os enunciados teóricos sobre a vida nas ruas e o discurso nativo. “Morador de rua é como o povo chama a gente”, reforça o interlocutor quando lhe perguntei se todos aqueles sujeitos na praça eram “moradores de rua”. Assim como o próprio campo advertia-nos, seria preciso abandonar a categoria “morador de rua” para que uma nova abordagem fosse possível: retratar a rua não somente pela sua negatividade, pois quando é assim expressa, a noção de exclusão social e marginalidade delimitam previamente o campo de investigação. Como o

⁸ Os *trechos* são espaços urbanos apropriados por *bancas*, nos quais as pessoas de rua *pingam* (transitam). Irei discutir sobre os *trechos* no Capítulo 1.1 - **Formação de *trechos* e *bancas***: territórios, movimentos e designações.

“morador de rua” é comumente definido em termos de suas características negativas, há um risco em adotar tal perspectiva: não conseguir ver nada além da pobreza.

Aquele local fora apropriado por uma *banca*⁹ e, segundo nos informaram, é o principal ponto dos *trecheiros* que chegam à cidade. Numa *banca* convivem *trecheiros* e *pardais*, assim como podem conviver nela outros sujeitos que passam temporariamente pelo *trecho*¹⁰. A diferenciação entre *trecheiros* e *pardais* é notada segundo um critério de territorialidade a partir do qual o *trecheiro* é aquele que está em movimentação constante pelos *trechos* e o *pardal* é aquele que se fixa num único *trecho*¹¹. Vários *trechos* podem surgir na cidade, cuja apropriação é feita pela *banca* que se territorializa nele. A cidade não é apenas um palco para suas apropriações territoriais e suas movimentações. Numa constante relação com o espaço, os *trecheiros* experimentam a cidade agindo sobre ela, produzindo signos e percursos.

Do ponto de vista dos *trecheiros*, uma nova cidade nos é revelada: da (aparente) desordem à organização dos agentes e espaços. Era preciso localizar novas *bancas* e, para isso, fomos surpreendidos por mais uma dificuldade. Como identificar estes sujeitos se eles estão em movimentação contínua pelos espaços urbanos? Para tornar o encontro possível, foi preciso percorrer trajetos usualmente traçados pelos *trecheiros*. Mas estes trajetos devem ser feitos a pé, porque o caminhar é a forma pela qual o *trecheiro* (mas também todas as outras trajetórias nômades) experimenta e age sobre o meio que o cerca. Assim o fizemos. Caminhamos durante todo o período em que estivemos em campo. Olhávamos atentamente todos os locais que poderiam servir-lhes de abrigo ou de descanso. Enquanto caminhávamos nossos olhares mapeavam os possíveis locais de apropriação das *bancas*, ao mesmo tempo em que procurávamos por pessoas ainda desconhecidas por nós.

Na tentativa de identificar os possíveis locais de apropriação e circulação, um olhar tático sobre os espaços revelava outros modos de utilização da ordem espacial, como, por

⁹ As *bancas* são formadas por integrantes previamente selecionados. Não se trata de grupo uma vez que muitos integrantes são inseridos e, também, excluídos e a *banca* não se desfaz. Cada *banca* possui uma demarcação territorial do espaço que permite delimitar os locais de convivência de seus integrantes. Irei discutir sobre as *bancas* no Capítulo 1.1 - **Formação de trechos e bancas**: territórios, movimentos e designações.

¹⁰ Na *banca* do Cemitério Nossa Senhora do Carmo chegavam *trecheiros* novos na cidade, onde alguns deles permaneciam mais tempo e outros continuavam *pingando* por *trechos* de outras cidades. Alguns sujeitos que também pertenciam à *banca* moravam em São Carlos e não estavam em situação de rua. Outros eram *trecheiros* mas se fixaram na cidade por mais tempo. Como se nota, numa *banca* cruzam inúmeras trajetórias diferentes, tema que será desenvolvido ao longo da dissertação.

¹¹ As diferenciações entre *trecheiros* e *pardais* serão discutidas no Capítulo 1.2 - **Tecendo as trajetórias de rua**.

exemplo, um lugar que sirva de abrigo, uma sombra para descansar, um terreno baldio a ser carpido, um lugar movimentado para ganhar uns trocados. É este olhar tático, embora incomparavelmente menos acurado do que nossos interlocutores, que nos permitiu refletir sobre inúmeros modos de usar os espaços públicos, mas também modos distintos de significar a ordem espacial.

Entramos na rede institucional para conhecer os procedimentos de abordagem e gestão desta população. Foram realizadas entrevistas e conversas com gestores públicos, responsáveis por organizações civis e voluntários. Preservamos, ainda, a abordagem aos interlocutores em espaços apropriados por eles mesmos a fim de que a representação de nós (pesquisadores) não estivesse ligada a nenhuma das instituições. Vale dizer que a abordagem feita nos *trechos* era bastante diferente daquelas realizadas a partir da instituição ou dos grupos que atendem à população de rua. Grande parte das ações coletivas prestadas em assistência à população de rua é realizada por entidades religiosas¹², sendo, também, muito comum a inserção de outros pesquisadores do tema por essa via. No entanto, uma vez que o contato se dê por esta porta de entrada seria possível associar a imagem do pesquisador com as propostas engajadas por estes grupos. Pudemos acompanhar alguns *trecheiros* no Posto de Rua¹³, uma instalação realizada numa praça para oferta de comida e utensílios de higiene. Durante a realização do Posto, observamos que os discursos de nossos interlocutores adaptam-se a contextos diferentes. Uma participação maciça nas palestras dos Alcoólicos Anônimos, realizadas no Posto de Rua, causou-nos espanto, sendo que, em conversas anteriores, nossos interlocutores tinham um discurso favorável ao uso do álcool¹⁴. Por estes e tantos outros acontecimentos, preferimos manter a imagem de estudantes pesquisadores, ao invés de estarmos associados a outros propósitos.

Desta pesquisa realizada na rua (e da rua), privilegiamos os discursos dos *trecheiros* para tecer um aparato simbólico acerca dos modos de vida nas ruas, as trajetórias

¹² Em São Carlos tive acesso ao grupo Posto de Rua “Eurípides Barsanulfo” e a Campanha do Pão Fraterno “André Luiz”, ambos são iniciativas de Casas Espíritas.

¹³ Posto de Rua “Eurípides Barsanulfo” é uma iniciativa de Casas Espíritas, da doutrina kardecista. O grupo de voluntários teve o início de suas atividades no ano de 2002. As instalações do Posto de rua acontecem todos os domingos na praça central de São Carlos. No local são apresentadas palestras com temas que se relacionam com a situação de rua, tais como álcool, drogas, trabalho, família, saúde. Na instalação, acontece o “posto higiene” com corte de cabelo, barba e unhas; curativos e doações de kit higiene (sabonete, creme dental, escova de dente, papel higiênico, entre outros).

¹⁴ No Capítulo 2.2 - *Pinga e Drogas*: perspectivas de Saúde e Doença irei comentar sobre os usos da *pinga*, sua capacidade de produzir estados de saúde e doença.

heterogêneas, a inserção na malha institucional e as movimentações pelos *trechos*. Realizei, a partir deste contexto etnográfico, minha monografia de conclusão de curso.

Caracterizo este trabalho de campo em conjunto como a primeira etapa da pesquisa sobre as trajetórias de rua em São Carlos, à qual dei continuidade na pesquisa de Mestrado. A partir destes dados, a situação de rua tornou-se para mim uma questão mais complexa e abrangente que não poderia ser analisada apenas como um problema social decorrente da pobreza e exclusão.

Segundo a gramática do *trecheiro*, os sentidos de “estar na rua” não são uníssonos. Um sem números de sujeitos (e auto-representações) compõe aquilo que comumente é chamado de população de rua. A pesquisa de campo revelava-me inúmeras classificações tais como *trecheiros*, *pardais*, *albergados*, *andarilhos*, *maloqueiros*, *catadores*¹⁵. Se cada uma dessas classificações representa sujeitos de práticas sociais distintas e com táticas diferenciadas de apropriação dos sistemas de signos, afinal, é possível dizer que todos compõem uma população de rua? À medida que recorria às leituras sobre o tema, meus dados de campo revelavam pluralidades não contempladas na categoria população, tal como era descrita nos enunciados políticos e acadêmicos sobre o tema. Diante de tantos debates em torno da situação de rua, no qual termos, conceitos e perfis são categorias em disputa, um questionamento é inevitável: como está sendo construída esta questão social?

Recorri aos dados de campo na tentativa de ordenar um fenômeno de multiplicidades tão evidentes. Diante de tal heterogeneidade, aqui problematizada em termos metodológicos, as vidas evocadas nas ruas (do ponto de vista nativo e também governamental) poderia ser analisada sob uma modalidade relacional, na qual estão implicados alguns códigos hegemônicos das sociedades complexas e a coexistência de grupos diversificados que se estruturam como respostas a tal hegemonia.

É evidente que as formas de vida nas ruas, enquanto um fenômeno social, demarcam uma fronteira clara entre uma marginalidade e uma noção de pertencimento à sociedade, cujos critérios demarcam um “centro” em detrimento às “margens” e mecanismos delimitadores de fronteiras simbólicas. Se pensada segundo tal partilha (moral e social), a vida

¹⁵ Os termos foram destacados em itálico para demarcar a amplitude semântica e classificatória destes personagens urbanos. Vale lembrar que alguns dos termos são empregados pelas pessoas com trajetórias de rua, enquanto outros são termos exógenos a eles, empregados por gestores públicos ou munícipes.

nas ruas só pode ser avaliada sob a insígnia da segregação, da falta, do não pertencimento. Quando pensada através da modalidade relacional entre “centro” e “margens” e os efeitos produzidos nesta relação, a vida nas ruas pode também ser compreendida como respostas às contingências individuais e tentativas de engajamento de mundo sob outra significação, sejam estas resultantes de processos excludentes ou segregacionistas, ou de respostas individuais a tais processos.

Que formas de vida emergem neste jogo de conflitos no qual a rua é sempre julgada como o fim da linha? Muitas surgem, porém todas sob o signo do preconceito. Na tentativa de compreender como cada uma das trajetórias de rua se inicia, em uma primeira tentativa, busquei respostas nas histórias de vida. Boa parte dos estudos sobre o tema recorre à análise e interpretação de histórias de vida da população de rua, na tentativa de reconhecer os itinerários antecedentes, identificando os processos envolvidos na desvinculação familiar e, por consequência, seu efeito derivado: a “ia para as ruas”. Ao ouvir as histórias de vida foram-me pontuadas inúmeras causas que poderiam ser analisadas como o ponto de conjugação entre todas as trajetórias de rua: brigas familiares, uso de álcool e drogas, fugas de instituições prisionais, ameaças de mortes. Somados aos fatores biográficos, cada trajetória é ainda acrescida por contingências econômicas, históricas e familiares. Obviamente, as histórias narradas contêm elementos que ao serem articulados conjuntamente nos levariam às causas antecedentes da ruptura com o universo familiar. Contudo, suas narrativas não são apresentadas em ordem cronológica, aparecendo apenas como fragmentos de memória.

Segundo o modo pelo qual as histórias de vida foram-me contadas, elas parecem compor um imenso mosaico, formado por fragmentos de memória, cuja disposição de cada fração é realizada pelo próprio contador que mistura, retira e acrescenta fragmentos, impossíveis de serem compreendidos pela cronologia do tempo. Ao lançar apenas fragmentos de memórias, o contador preserva um conhecimento sobre seu passado que não deve ser revelado completamente¹⁶.

¹⁶ Num estudo sobre memória oral entre os Saramakas, descendentes de escravos do Suriname, Richard Price (1983) realiza um levantamento da memória oral no período em que compreende o processo de libertação da escravatura, também conhecido como *First-Time*, de onde se origina o título do livro. O conhecimento sobre o passado é mantido em segredo, apenas pelos Saramakas, e não deve ser contado indiscriminadamente. São histórias sobre fugas e lutas por liberdade, que ao serem contadas a qualquer sujeito, correm o risco de entregarem suas próprias liberdades.

Em lugar de respostas, as memórias trouxeram-me, apenas, questionamentos. As histórias de vida pressupõem um elo com o passado, uma continuidade entre a vida antes e depois da rua. Pressupõe, também, uma racionalidade no qual o progresso da vida humana é concebido pela acumulação de experiências vividas. O sujeito que está nas ruas já rompeu com o seu passado e, deste modo, atua somente na produção do seu presente. Faltam-lhes provas cabais de suas próprias existências, pois como se sabe é muito comum não possuírem documentos que lhes identifiquem, fato importante na designação de seus percursos cuja funcionalidade prática permite deslizar entre a invisibilidade e o pertencimento à sociedade. Em termos burocráticos, os sujeitos são anônimos quando não possuem seus documentos. No entanto, este anonimato pode também ser reforçado pela mudança de nomes constante, algo muito comum nas ruas. As memórias do passado (geralmente antes de iniciarem suas trajetórias de rua) são mantidas no esquecimento através do uso da *pinga* já que o efeito desta no organismo permite a regulação das memórias que não devem ser lembradas¹⁷. Quanto ao futuro, sua temporalidade é distinta do tempo presente porque as possibilidades de permanecer em sua caminhada são avaliadas pontualmente, segundo as oportunidades que lhes vão surgindo. Numa das conversas junto à *banca de trecheiros*, disse-lhes que só iria retornar no *trecho* depois das festas de final de ano já que neste período eu estaria com a minha família. Este período corresponderia a algo em torno de 30 dias. Eles se assustaram: “Ôloco, um mês! Nem sei onde vou estar daqui a um mês”.

Sob este ponto de vista, as memórias de suas trajetórias não podem ser confundidas com a história de vida, isto é, pensada como uma sequência argumentativa lógica e cronológica dos fatos ocorridos em suas trajetórias. Diferencio os fragmentos de memória da história de vida porque são operados de modos distintos em suas trajetórias, sendo necessário demarcar esta diferença para compreender os recursos narrativos utilizados por eles em diferentes contextos. Se os fragmentos de memórias são apresentados fora da ordem cronológica, isto nos leva a crer que a narrativa construída tem o objetivo de expor fatos de forma isolada, como uma tática para falar de si sem se expor por completo. Já a história de vida é um outro tipo de narrativa, utilizada como um mecanismo de diagnósticos da “situação de rua”, porque esta narrativa é assim exigida pelas instituições quando recorrem aos equipamentos de assistência social. Os sujeitos quando se apresentam nas instituições devem contar sua história e a partir dela

¹⁷ Sobre a regulação das memórias e o uso da *pinga*, será retomado no Capítulo 2.2 - *Pinga e Drogas*: perspectivas de Saúde e Doença.

serão colhidas informações que permite identificá-los em seus perfis: itinerante (aquele que só está de passagem pela cidade), migrante (aquele que está à procura de trabalho) e morador de rua da cidade (aquele que possui família em São Carlos)¹⁸. Histórias de vidas são mecanismos de captura nas instituições, tal qual uma anamnese, procedimento médico que visa realizar um diagnóstico a partir de memórias do paciente. Próximas à ideia do diagnóstico, as informações colhidas nesta entrevista podem servir de argumento para intervenções institucionais das mais variadas, como: contatar familiares do sujeito, encaminhá-los para consultas médicas ou para albergues de outras cidades, ou então, são pontuados elementos que comprovem o direito (ou não) ao uso do serviço¹⁹.

A manutenção da identidade para aqueles reconhecidos como sujeitos de direitos, inseridos num aparato burocrático estatal, é realizada pela materialização do passado através de documentos que comprovem sua trajetória civil. Quando o sujeito não possui documentos, sua existência civil é perdida. Sem documentos, restam-lhes, apenas, a palavra e aquilo que carregam em suas memórias. O anonimato civil ocorrido pela perda de documentos pode também ser uma tática que os mantenha fora das esferas burocráticas estatais, fato que designa a trajetória daqueles que buscam na rua um anonimato.

Se o passado lhes julga e o futuro não lhes pertence, a vida na rua só pode ser experimentada através do presente. Sendo assim, numa trajetória de rua não há um destino certo, o *trecho* é via de passagem e solo de sua existência.

Se o presente é o imperativo da vida nas ruas, para compreender as trajetórias de rua é preciso avaliar como a vida na rua é concebida e, sobretudo, gerenciada. A vida na rua se torna possível por meio das condições que os aparatos urbanos possibilitam suas formas de existências. Como é possível viver nas ruas da cidade de São Carlos? Quais mecanismos de segurança são acionados para conter estas vidas? Entender como as trajetórias de rua podem ser iniciadas, como são transformadas e, também, contidas, pareceu-me ser um rico campo de investigação, através do qual seria possível compreender o sujeito na rua e as relações que o atravessam.

¹⁸ A classificação de perfis feita pelas instituições de assistência será comentada no Capítulo 3.1 - **No CREAS**.

¹⁹ No Capítulo 3.2 - **No Albergue Noturno** será retomada a discussão sobre o discurso apresentado na instituição, fato que é primordial para selecionar o perfil dos usuários e o direito ao serviço.

A possibilidade de acompanhar o sujeito nas ruas, atentando para as táticas de apropriação e movimentação pelos espaços urbanos e também investigar os espaços institucionais, como ocorreu no meu caso, permitiu-me contrastar duas perspectivas muito peculiares sobre o mesmo fenômeno. Portanto, a rede institucional é o segundo espaço de investigação da pesquisa. Depois da pesquisa em conjunto, iniciada em 2006, e ao retornar a campo em 2008, tendo em vista a realização do projeto de Mestrado, optei por retornar a campo nos ambientes institucionais, e não nas ruas, pois o CREAS é um modelo novo de gestão pública municipal para este segmento e havia sido recém inaugurado em São Carlos. Vinculado às orientações da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) - e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), o CREAS II de São Carlos foi implementado sob os parâmetros deste modelo de gestão, porém, é uma iniciativa assumida pelo município. Desta forma, poucos municípios no Brasil optaram pelo modelo do CREAS para a gestão da população de rua. Segundo o Chefe de Divisão da Política de Atendimento a População em Situação de Rua de São Carlos²⁰, existem apenas cinco instituições no Brasil que seguem este parâmetro. Portanto, trata-se de uma experiência institucional inovadora no cenário nacional.

A opção por recorrer à instituição se deu também para complementar os dados já colhidos nas ruas, para a comparação entre o perfil dos sujeitos que utilizam as instituições e daqueles que não recorrem aos serviços assistenciais. O perfil de usuários do CREAS é voltado para os *pardais* e, segundo o parâmetro de classificação utilizado pela instituição, só é permitido o atendimento para aqueles que já se estabeleceram no município há pelo menos seis meses, caracterizados pelo CREAS como população de rua **da cidade** (grifos meus)²¹.

Embora não tivesse a pretensão de analisar a gestão política da população de rua, fui surpreendida pela demanda de novos repertórios etnográficos, por gramáticas mais amplas de relações que costuram experiências urbanas cujo alcance encontra-se além dos muros da instituição. Apesar do caráter estritamente territorial da política de atendimento à população de rua, os mapeamentos estratégicos e os circuitos institucionais inserem neste campo de interação praticamente todo o sujeito que está inserido nos circuitos de convivência da rua, graças ao serviço da Abordagem de Rua. Este serviço é realizado por um educador social, através de uma

²⁰ Não há dados oficiais na Internet.

²¹ Sobre os critérios de classificação dos usuários do CREAS será comentado no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

ronda pela cidade, juntamente com o motorista do veículo²².

De uma pesquisa temporária, como planejava ficar no CREAS, permaneci na instituição durante a maior parte da pesquisa, isto porque, além de surpreendida por uma gama de dilemas circunscritos neste campo, fui envolvida por um compromisso com meus interlocutores. Explico melhor. Ao me apresentar como pesquisadora para os responsáveis do CREAS, concederam-me um espaço específico para a coleta de dados onde eu deveria desenvolver uma oficina, assim poderia abordar os temas de meu interesse e estabelecer relações mais próximas com os meus interlocutores. Sabe-se que todo trabalho de campo é construído a partir de compromissos que podem provocar tensões éticas, inerentes às relações de poder envolvidas neste processo. Nesse caso, a ideia de troca (entre pesquisador e pesquisado) que me foi apresentada pela instituição é conjugada a partir de uma relação na qual a troca que o oficinheiro estabelece com os participantes parece ser uma relação mais justa do que aquela que o pesquisador propõe, segundo a perspectiva dos responsáveis da instituição. Conforme a fala da assistente social que me apresentou as condições da pesquisa, a oficina deve ser um espaço de troca de conhecimentos, construída a partir de uma relação de igualdade na qual os pesquisados, nesse caso tornados participantes das oficinas, possam ter direito, por esse exato mecanismo, de resposta. Tendo em vista que tanto as relações de pesquisa quanto de oficina podem igualmente serem de poder e hierarquia, ressalte-se que aqui já ganha contornos os modos como os funcionários da instituição percebem seu público e a relação que deve se estabelecer com eles. Através desta exigência que o CREAS delimitou, minha pesquisa ganhou um traço de politização, pois minha relação fora delimitada por um compromisso ético com o campo. Assim como ocorreu no meu caso, um eixo político marcado pela militância e engajamento político do pesquisador com seu campo vem se tornando evidente nas pesquisas com grupos urbanos de baixa renda no Brasil²³, cujas implicações metodológicas não podem ser descartadas. A ideia de exclusão permanece embutida na definição destes grupos e, a partir desta mesma premissa, a intervenção política é confundida com o trabalho do etnógrafo, pois quando se trata de um campo concebido sob a representação do pobre e excluído, a pesquisa de campo, muitas vezes, é também

²² A Abordagem de Rua será comentada no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

²³ As implicações metodológicas em estudos com populações urbanas é um tema polêmico nas Ciências Sociais. Na Antropologia, marcada como uma ciência “marginal”, o interesse pelas minorias despossuídas sempre delimitou seu campo privilegiado de investigação. Contudo, a aplicação de teorias e conceitos calcados neste campo, provocou uma espécie de “deslize semântico” (DURHAM, 1986) dos termos quando aplicados no contexto urbano atual. Ver em: DURHAM, 1986; BRITES, J. FONSECA, C. (org), 2006.

utilizada como mecanismo para a transformação desta realidade ou denúncia da miséria.

No meu caso, havia uma exigência clara para o “retorno” que eu deveria oferecer aos meus interlocutores. Por isso eles me cobravam a realização de oficinas: porque, ao fazer pesquisa, eu devia também oferecer algo em troca. Embora a exigência tenha sido feita pela instituição, essa configuração restringiu minha relação com o campo e “institucionalizou” minha própria pesquisa. Além de ser cobrada por uma cumplicidade e um engajamento nas práticas de compromisso e no objetivo de “conceder a autonomia” ao público do CREAS, fui inserida como parte do que é pesquisado. Embora estivesse em uma posição desconfortável, fato que gerou certas tensões em campo, ao decorrer da pesquisa esta posição teve que ser constantemente negociada e refletida em termos metodológicos e analíticos.

Depois de quase um ano vinculada ao CREAS, como pesquisadora-oficineira-colaboradora, percebi a necessidade de voltar às ruas de São Carlos para finalizar o trabalho de campo da pesquisa, inclusive para desinstitucionalizá-lo novamente. O repertório de questões que me foi possível refletir no CREAS inevitavelmente influenciou minha percepção sobre as vidas nas ruas. As problematizações que circundam a gestão institucional destas vidas, algo que acabei incorporando nas oficinas que ofertei e também à pesquisa, causaram um efeito institucionalizante no texto etnográfico. Como o foco principal era a vida nas ruas e não a gestão institucional, voltar para as ruas revelou-se necessário para a continuidade da pesquisa, permitindo um exercício de desinstitucionalização de olhar, através do qual uma perspectiva menos normatizadora sobre as ruas poderiam trazer repertórios etnográficos mais dinâmicos e reaproximar os desígnios da pesquisa aos de meus interlocutores, os quais nem sempre, ou nem todos, como veremos, são traduzidos na experiência das instituições. Portanto, este constitui o terceiro momento etnográfico.

Ainda faltava incorporar à pesquisa aqueles que não recorriam aos serviços institucionais, juntam-se às *bancas* porém não estão em situação de rua, assim como os *pardais* que não recorrem às instituições. Andei a pé pela cidade, tracei trajetos diferentes daqueles que a instituição costuma ter alcance porque queria encontrar pessoas que não mantêm nenhuma aproximação com a rede institucional. Cada dia era um campo novo. As praças são os principais alvos de territorialização das *bancas* e, como locais públicos, bastava sentar num banco da praça para tentar um contato. Ao levar em conta que caso me apresentasse como pesquisadora, poderia

levantar a hipótese de uma possível especulação sobre suas vidas, preferi esperar que a conversa ocorresse espontaneamente, até porque seria impossível avaliar se o sujeito teria ou não uma trajetória de rua. Sentada no banco, um cigarro à mão, esperava por alguma aproximação. Como nos contatos anteriores, nos quais compartilhei muitos cigarros e conversas entre as *banças*, o ato de fumar é sempre um convite à conversa. Bastava acender um cigarro que em poucos minutos alguém se aproximava para me pedir um. Foi por meio do compartilhamento de cigarros que pude estabelecer contatos com facilidade. Como já havia dito antes, em muitos casos recebia o convite para voltar sempre que quisesse na *banca*; em outros, nunca mais voltei a encontrá-los.

Na tentativa de desvincular-me da instituição e estabelecer contato com pessoas que ainda não havia conhecido no CREAS, percebi que a cidade é mapeada pelos agentes institucionais de acordo com os principais pontos de convivência e circuitos de movimentação daqueles que possuem trajetória de rua. Mesmo aqueles que não estão em situação de rua mas permanecem circunstancialmente em circuitos junto à população de rua podem ser inseridos na política de atendimento institucional²⁴. A malha institucional estende-se por toda a cidade, de acordo com o mecanismo da Abordagem de Rua que permite incluir na rede sujeitos que nem sequer recorrem à instituição, através de uma abordagem *in locus*.

O distanciamento entre as pluralidades na rua (e suas reverberações nas trajetórias pessoais) e a delimitação de uma população de rua enquanto um grupo de alta vulnerabilidade, tal como é visto pela Política Nacional de Assistência Social²⁵, traz implicações evidentes: transforma o múltiplo em unidade. Neste contexto, torna-se especialmente interessante traçar alguns parâmetros de comparação entre a vida na rua e esta mesma vida nas instituições. No contraste, relações de modalidades distintas são estabelecidas e, por isso, faz-se necessário, ao falar de trajetórias na rua, colocar em perspectiva um conjunto de agentes, discursos e

²⁴ Sobre a inserção na rede institucional, ver Capítulo 3.1 - **No CREAS**.

²⁵ As populações com alto grau de vulnerabilidade são atendidas nos serviços de Proteção Social Especial de Alta complexidade. A definição da Política Nacional é colocada nos seguintes termos: “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (...) Estes serviços procuram conectar um sistema de garantia de direitos no qual é necessária uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (...)”. (PNAS, 2004: 30)

instituições. Embora esta correlação pareça distanciar dois campos discursivos, daquilo que comumente se divide entre institucional e não-institucional, vida nas ruas e vida nas instituições, esta fronteira não se apresenta tão rigidamente para aqueles que recorrem aos serviços institucionais mas também mantêm práticas e táticas para se viver nas ruas.

As trajetórias de rua não permanecem em uma constância, como um caminho de mão única. Os caminhos podem ser ramificados, entrecruzam-se, ligam-se entre si, e permitem que o caminhante esteja sempre ajustando sua caminhada segundo suas próprias expectativas, ou ainda, segundo as adaptações a serem feitas. Assim, é possível combinar elementos de modalidades variadas para continuar seguindo suas caminhadas, e instituições, por exemplo, podem entrar nessas caminhadas, mas também sair delas.

OFICINA COMO ETNOGRAFIA

Coordenar as oficinas de Filmes e Debates foi um desafio para mim. Quando entrei em contato com o CREAS para apresentar meu projeto de pesquisa, houve muitas apreensões quanto à possibilidade de se ter uma pesquisadora no local; afinal de contas, a instituição havia sido inaugurada há apenas seis meses e estava em fase de ajustes e experimentações quanto ao modelo de atendimento.

Fui aceita no local sob a condição de coordenar uma oficina, que seria o momento reservado à pesquisa. Além da coleta de dados, a oficina deveria ser um espaço de troca com meus interlocutores, estabelecido numa relação de igualdade na qual eles iriam contribuir para minha pesquisa assim como, reciprocamente, eu contribuiria com eles. Mesmo sendo um espaço cedido para minha coleta de dados, as oficinas não poderiam destoar de todas as diretrizes do atendimento institucional.

Tive que apresentar a proposta da oficina em Assembleia (a única sessão de que

pude participar²⁶), na qual foi comentada por todos e posteriormente votada. As oficinas só foram realizadas dois meses depois do pedido inicial. Neste tempo, procurei aproximar-me daqueles que mais frequentavam o CREAS e pedi sugestões para a formatação das atividades. De um lado, os usuários davam sugestões sobre os filmes a serem exibidos, mas pouco se interessavam sobre como seria o debate. De outro, a psicóloga e a assistente social, responsáveis pela formatação das oficinas, cobravam-me o plano metodológico e o cronograma das atividades. Por conta das diferenças de expectativas quanto às atividades, pude refletir sobre o modo pelo qual usuários e funcionários concebem esta prática. Todas as oficinas realizadas no CREAS são previamente selecionadas a partir do Edital Ciranda Cultural²⁷. Porém, mesmo depois de aprovadas neste edital, são ajustadas segundo as propostas pedagógicas que o CREAS delimita. Segundo o que os profissionais responsáveis pelas oficinas esperam delas, minhas atividades, por destoarem dos outros modelos, tornaram-se alvos de enfrentamentos de pontos de vistas.

A atividade era composta da exibição do filme, um breve intervalo para o café (que sempre ocorria durante o filme) e o debate final. Procurei explorar as questões que o filme nos apresentava e, para complementar o debate, apresentava-lhes notícias de jornais, textos acadêmicos, reportagens do Jornal *O Trecheiro*²⁸. A participação dos usuários variava bastante. De modo geral, nos dias mais participativos, a oficina era realizada com 20 pessoas. Em dias mais esvaziados, algo em torno de cinco pessoas.

Fui acompanhada por uma Educadora Social em diversas oficinas realizadas. O intuito do acompanhamento não era participar da atividade mas de avaliar o modo pelo qual eu direcionava o debate e apresentava as questões. O desconforto era enorme, tanto para mim quanto para os usuários, pois não sabíamos até que ponto poderíamos expressar livremente nossas opiniões.

²⁶ Embora tenha participado de uma única assembleia esta restrição é importante para entendermos como algumas negociações ocorrem em campo. As assembleias são concebidas pela equipe profissional como um espaço reservado somente aos profissionais e usuários do CREAS, preservando as discussões nelas incitadas fora do campo de análise do pesquisador. No entanto, foram-me permitidos alguns outros espaços além da minha própria oficina como participar de outras oficinas e de festas comemorativas, entrevistar funcionários, permanecer no CREAS mesmo sem dar a oficina.

²⁷ O Projeto Ciranda Cultural é uma ação conjunta das Secretarias de Educação e Cultura e de Cidadania e Assistência Social que desenvolve suas atividades em centros comunitários e espaços públicos de diversos bairros. Criado em 2003, a cada ano novas oficinas e locais são incorporados ao projeto, através de editais públicos.

²⁸ O Jornal *O Trecheiro* é veiculado pela Associação Rede Rua e promove a comunicação de temas sobre a população de rua. As edições do jornal estão disponíveis *online* em: http://www.rederua.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

Na tentativa de adequar os temas dos filmes às questões referentes à situação de rua, recebi algumas críticas da Psicóloga do CREAS sobre minha atuação nas atividades, especificamente na exibição dos filmes *Carandiru*, *Bicho de sete cabeças* e *Cidade de Deus*, para os quais eu havia atendido aos pedidos dos usuários. Procurei incitar questões sobre instituições psiquiátricas e conflitos familiares (*Bicho de 7 cabeças*), sistema carcerário (*Carandiru*), itinerância/migração (*Caminho das Nuvens*), situação de rua nos EUA (*À procura da felicidade*), catadores de recicláveis (*Boca de Lixo*), invisibilidade social e vida nas ruas (*Última parada 174*), entre outros. Nestes debates pudemos discutir sobre tráfico e consumo de drogas, passagens pelas penitenciárias, internações psiquiátricas, roubos, furtos e mortes.

A crítica feita pela Psicóloga apontava a agressividade das cenas exibidas que, embora retratassem “a realidade”, poderiam causar-lhes grandes impactos emocionais. A ideia de “realidade” que estava contida nos filmes foi questionada tanto pela profissional quanto pelos usuários, embora ambos imputem significados diferentes a esta noção. Em uma conversa particular, a Psicóloga ressaltou que os filmes que programei para as oficinas apresentavam um panorama bastante fiel às experiências que muitos dos usuários já haviam vivido. Os filmes poderiam reativar algumas lembranças e, por isso, poderiam desestabilizar emocionalmente os sujeitos. Mais do que isso, o debate deveria ser um compartilhamento de ideias e não de “histórias de vidas”, segundo as sugestões que me foram feitas. As aspas utilizadas no termo história de vida são necessárias dentro deste contexto uma vez que possui um significado particular para a profissional que não corresponde à noção dos usuários. As experiências as quais a profissional se referia como histórias de vida são apontamentos de experiências pessoais sobre o mesmo contexto retratado nos filmes com que fazíamos os debates. Foi-me, então, sugerido que eu orientasse os debates de modo a que estas “histórias” não voltassem à tona na memória. O debate ideal seria aquele em que os sujeitos opinassem sem que suas falas estivessem coladas ao plano pessoal. Além disso, alegavam meu despreparo profissional já que eu não possuía as “ferramentas” para lidar com as “feridas” destes sujeitos.

Embora as narrativas pudessem ser confundidas com histórias de vida, foi justamente através dos questionamentos sobre minha preparação para lidar com isso que passei a refletir sobre o confronto entre as percepções sobre essas narrativas entre equipe e usuários, pois há aqui uma divergência clara. As narrativas não eram as histórias de vidas dos usuários, assim como apontava a Psicóloga, mas falavam de uma noção de *conhecimento da rua* que só pode ser

adquirido por suas experiências de vida. O conhecimento que compartilham nas oficinas provém de uma experiência empírica que diz respeito ao mundo que se apresenta a eles cotidianamente. A relação estabelecida entre conhecimento e experiência pode ser percebida através da noção de realidade. A elaboração da noção de *realidade*²⁹ retrata uma visão sobre a sociedade (não em seu sentido orgânico e total), mas refere-se a um conjunto de relações intermediadas nos espaços públicos, onde o conflito aparece como articulador principal das relações. Dizem que quem vive nas ruas conhece a verdadeira *realidade*, em oposição à realidade apresentada pela mídia ou aquela vivida nos espaços privados. O termo *realidade* está diretamente associado à noção de verdade em contraponto a uma versão fajuta de realidade, na qual a violência e os conflitos sociais são sempre omitidos. A *realidade* vivida nas ruas é construída a partir dos conflitos travados no meio público, onde despontam formas de violências diversas³⁰, das quais eram retratadas nas cenas dos filmes que assistíamos.

O *conhecimento da rua* só pode ser edificado quando se experimenta a verdadeira *realidade*. Este conhecimento possui uma legitimação incontestável quando apontado como um argumento para a discussão do debate, como se o conhecimento adquirido pela experiência fosse mais válido do que aquele adquirido através da leitura, concebida como uma experiência não empírica. Foram muitos os casos em que eu fiz observações que não foram consideradas legítimas, conforme me alertavam: “não é assim não, eu já vivi isso, eu sei como funciona”. São conhecimentos gerados em repressões policiais, ressentimentos vividos por conta do preconceito, privação dos direitos civis mais básicos e para eles fundamentais: liberdade de ir e vir em espaços públicos.

O distanciamento entre minha abordagem e a proposta pedagógica era evidente. Propus, então, uma conversa com os usuários, dado o fato que as oficinas estavam se esvaziando, em que expus minhas dificuldades e as cobranças que me eram feitas. A falta de participação nas oficinas era um fato que me incomodava bastante. Como em todas as outras atividades, há um desinteresse por elas, mesmo quando as atividades são ajustadas segundo as sugestões feitas pelos usuários. No meu caso, poucas pessoas ficavam para o debate posterior ao filme. Muitos

²⁹ O uso do termo em itálico é necessário aqui para designar a noção de realidade que as pessoas com trajetórias de rua elaboram.

³⁰ Voltarei a falar da *realidade* no Capítulo 1.4 – O *mangueio*. A noção de *realidade* será melhor compreendida nos pedidos de dinheiro (*mangueio*) pois neles enunciam um mundo particular que é chamado por eles de *mundo-cão*.

deles me falaram que não gostavam de falar em público, sentiam-se envergonhados de exporem suas opiniões. É provável que o esvaziamento das atividades tenha sido provocado pela falta de interesse em participar do debate, fato que dava o caráter educativo à atividade. Nesta conversa, perguntei-lhes o motivo pelo qual os usuários deixaram de participar das atividades, além das cobranças feitas a mim da equipe profissional. Neste momento, os usuários fizeram inúmeras críticas e sugestões sobre os temas que poderíamos trabalhar nas atividades sem que houvesse confrontos com a proposta pedagógica, como também disseram que gostariam de assistir ao filme sem que tivessem obrigatoriamente que debater ao final dele. Sugeriram que as atividades deveriam suscitar uma “motivação”. Para isso, eu deveria apresentar-lhes soluções para a saída das ruas, para abandonar a bebida, para conseguir um trabalho, para arrumar uma casa. Um interlocutor ainda complementa: “você tem que incentivar a gente, porque seria muito triste se daqui a alguns anos você voltasse aqui e encontrasse os mesmos rostos”.

Nesta conversa, ensinaram-me sobre as oficinas. Pude, então, refletir sobre a gestão destas vidas, sobre todas as expectativas que se cria sobre o atendimento oferecido. Um usuário revelou-me a paródia feita com o nome CREAS: Centro de “Recuperação” e Assistência Social.

Dediquei-me aos temas que me foram sugeridos e passei a trabalhar com esta noção de “motivação” nas oficinas. A maioria dos filmes que escolhi era baseado em biografias, e este fato sempre os surpreendia de maneira positiva, pois, levando em consideração a importância da experiência empírica, as biografias filmadas trariam o tom realista que eles diziam ser algo importante. Mesmo com a mudança da abordagem, atendendo às recomendações que recebi, a participação nas oficinas e os debates diminuía cada vez mais.

Como em todas as outras oficinas, espera-se um *comprometimento*³¹ dos usuários, um conceito que opera como uma espécie de pacto feito entre profissionais e usuários que visa à regulação dos comportamentos na instituição. Compartilhei minha frustração com alguns funcionários do CREAS sobre os esvaziamentos nas atividades. Comentei sobre as dificuldades de realizar qualquer atividade e a falta de participação.

O esvaziamento nas oficinas era um indício de que as recomendações que os próprios usuários me fizeram e as orientações para adaptarmos a proposta demonstram como a

³¹ Será retomado no Capítulo 3.1 – **No CREAS**

oficina é conhecida e concebida na instituição, e não como os usuários gostariam que fossem estas atividades.

Depois deste momento de partilha de experiências e frustrações, percebi que minha relação com todos os funcionários havia mudado. Pude ter uma aproximação maior com os funcionários em conversas em que discutíamos as dificuldades que circundam a pesquisa e a atuação profissional neste campo. É notável que o *comprometimento* dos usuários sempre é motivo de inúmeras discussões entre a equipe, tal qual foi minha própria frustração, motivo pelo qual me aproximei dos funcionários. O *comprometimento* opera como um índice através do qual é possível diagnosticar o engajamento dos sujeitos com as propostas ofertadas a eles. No entanto, é motivo de muitas controvérsias tanto para profissionais quanto para usuários³², uma vez que o *comprometimento* só pode ocorrer se as atividades estiverem adequadas às demandas que os próprios usuários levam para a equipe. Uma dúvida permanece sempre aberta à equipe: como devem ser as atividades para que haja um *comprometimento* dos usuários? O *comprometimento* também se tornou uma preocupação para mim, sendo este um questionamento que provocou a institucionalização da minha pesquisa.

As oficinas foram momentos tensos que me proporcionaram grandes reflexões. Emergiram deste campo reflexões sobre a institucionalização dos corpos, embasado na principal meta institucional: a autonomia dos sujeitos³³. O corpo institucionalizado deve ser limpo, sóbrio e educado. Mais do que isso, esta é a condição básica para que o atendimento institucional tenha sua eficácia, isto é, retire os sujeitos da rua³⁴.

ENTRE TRAJETÓRIAS E POPULAÇÕES: DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO ETNOGRÁFICO

³² O *comprometimento* é uma noção importante para a proposta de ressocialização dos usuários do CREAS. O cumprimento dele é vigiado tanto por profissionais quanto por usuários. A falta de *comprometimento* é demarcada pelos usuários através da categoria *acomodados*, que será melhor comentado no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

³³ A autonomia é uma categoria utilizada no CREAS, e em outras instituições de assistência social e saúde, que opera como um índice de normatização dos sujeitos. Quando a autonomia é recomposta por completo no sujeito, neste caso, o sujeito já está ressocializado. A noção de autonomia será explorada no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

³⁴ Veremos no Capítulo 3.1 – **No CREAS** como é pensada a constituição da autonomia nos usuários e quais as intervenções institucionais realizadas para que o sujeito não permaneça em situação de rua, fato que é entendido como a meta a ser atingida no CREAS.

Para uma abordagem antropológica das ruas e as formas de vida presente nelas, foi preciso delinear os contornos de um campo de tensão, ali onde se instauram relações de naturezas múltiplas. A forma como as vidas são entendidas por aqueles sujeitos que vivem nas ruas e pelos agentes institucionais (além dos enunciados científicos e políticos sobre o tema) contrastam-se de forma muito evidente. É no contraste que se faz perceber os pontos de lutas e os focos de instabilidades, sendo necessário um tratamento teórico que permita reconhecer as tensões produzidas pelas relações estabelecidas entre os moradores de rua e sua gestão política e institucional. Para dar conta de descrever dois domínios diferentes (o institucional e a rua) abri mão do termo população de rua enquanto uma categoria geral para a denominação do meu campo. Em lugar disso, escolhi um recurso analítico e metodológico por mim denominado de trajetórias de rua para referir-me às figuras da indigência, do ponto de vista de quem vive nas ruas. Ao falar de modos de existências tão múltiplos, as trajetórias de rua traduzem as segmentações, composições e transformações destes modos de vida, cujas modificações tão constantes configuram as táticas de preservação da vida e de resistência à violência ostensiva de seus cotidianos.

De outro modo, preservei o termo população de rua apenas quando utilizado pelas instituições de sua gestão, onde o estatuto do termo é validado. Separados os campos de domínio, sua junção pode ser realizada por meio dos pontos de tensão, que são as interações inevitáveis entre a rua e a instituição. É através destas relações de natureza conflituosa que se torna possível reconstituir todo um cenário de confrontos de ordem prática e semântica, e portanto, política.

Para reconstituir parte do cenário político de legitimação da categoria população de rua, escolhi abordar o tema a partir dos estudos acadêmicos realizados durante os últimos 20 anos no Brasil. A partir de uma breve retomada bibliográfica, pretendo demonstrar como, ao longo desses anos, foi sendo construída e negociada uma população, hoje reconhecida como população de rua.

É bem sabido que estes personagens urbanos são tão antigos quanto o surgimento das cidades (BURSZTYN 2000). Contudo, trago para o texto apenas as formas contemporâneas do fenômeno apreendidas na literatura específica sobre o tema no contexto brasileiro. O intuito é

demarcar as mudanças conceituais e políticas deste contingente que acompanharam a transformação e a constituição do fenômeno.

A vida nas ruas vem tomando novos contornos e indicadores, reconfigurando um quadro conceitual e político cujas disputas envolvem produção de valores específicos mas, também, propostas de soluções para esta população que se multiplica no espaço urbano. Nas últimas décadas, a existência de pessoas vivendo nas ruas passou a ser caracterizada como um problema social urbano. Temos visto a multiplicação de uma população pobre nas cidades na qual a situação de rua opera praticamente com um diagnóstico da miséria urbana. Em paralelo, vemos emergir mecanismos de contenção e gestão destas vidas. Portanto, o aumento e o controle desta população nas ruas são fatores que caracterizam o fenômeno em sua peculiaridade nos dias atuais, já que as vidas nas ruas, tal como é reconhecida hoje, não existiu desde sempre, sendo uma invenção social recente e bem datada em nosso país (DE LUCCA: 2007).

A população de rua emerge sob um campo de enfrentamentos cujo debate não se encerra em sua delimitação e definição, mas, envolve, sobretudo, questões sobre as concepções de vidas que são evocadas por toda uma gama de setores urbanos (instituições, organizações civis, campanhas, projetos). Encerrar a questão na simples delimitação de um perfil populacional não responde às problematizações a que estas vidas são expostas. Cabe problematizar a emergência dos discursos sociais sobre a questão, atentando para os pressupostos éticos e políticos envolvidos nesta trama.

A rua é tratada como um problema *a priori*, questão central na qual a bibliografia especializada esteve pautada, embora tal pressuposto estivesse no pano de fundo do debate, quase sempre confundido com a questão da pobreza urbana³⁵. Os problemas das ruas são alvos de políticas de prevenção dos riscos e de controle de populações indesejáveis. Situar-se num campo no qual conflitos são travados em torno de populações marginais requer não só polemizar enunciados como também reunir esforços para a desconstrução de pressupostos. Portanto, aqui situo minha pesquisa, junto às tentativas de problematização dos discursos sociais que atuam

³⁵ A gestão populacional voltada às formas da indigência assemelha-se à gestão de populações marginais, que são aquelas gerenciadas politicamente dentro de uma lógica da exclusão, isto é, incluídas em políticas públicas de assistência social ou repressão policial. A produção de uma exclusão, evidenciada na relação produzida entre Estado e populações pobres, é entendida por Veena Das (1999) como uma margem do Estado, não em seu sentido geográfico apenas. As margens não são apenas espaços territoriais; são também (e talvez seja este seu aspecto mais importante) lugares onde a lei e outras práticas estatais são colonizadas mediante outras formas de regulação que emanam das necessidades das populações, com a finalidade de assegurar a vivência política e econômica.

como fronteiras entre diferenças. Como mecanismo de desconstrução destes enunciados sobre população de rua, enfatizo a pluralidade ao invés da unidade.

A categoria população de rua, tal como é utilizada nos dias atuais, é bastante recente no Brasil. Assim como a categoria, o fenômeno, segundo sua concepção atual, também é recente. Num estudo sobre processos históricos referentes à população de rua na cidade de São Paulo, De Lucca (2007), baseando-se no conceito de dispositivo (FOUCAULT: 2001), demonstra como um processo de articulações entre instituições, técnicas discursivas e ações políticas foi gradativamente ganhando inteligibilidade discursiva, constituindo um dilema social para a experiência urbana. Notavelmente, como o estudo exemplifica, um conjunto interligado de práticas, agentes e instituições deram os primeiros contornos daquilo que gradualmente se chamou de população de rua de São Paulo.

O dispositivo é entendido, então, como uma rede articulada de componentes disparatados que possui uma gênese histórica, configurando-se enquanto um conjunto de práticas que se conectam, mediante relações de força, no espaço e no tempo. A constituição do dispositivo está ligada ao surgimento de uma necessidade histórica resultante de um acontecimento que se torna objeto estratégico de múltiplos agenciamentos. E neste acontecimento, com o qual o dispositivo aqui analisado teria de lidar, é justamente o aparecimento da população de rua num dado campo social na cidade de São Paulo. (DE LUCCA 2007: 24)

O primeiro estudo sobre o tema retratou este contingente que habitava as ruas pelo termo mendigo. Este representava o ator social do fenômeno, primeiramente abordado por Stoffels (1977). Ao que se nota, o mendigo era o termo científico para os “abandonados” da cidade, pessoas deixadas à margem do mercado de trabalho, na sua maioria homens solteiros, migrantes à procura de trabalho em São Paulo, que fazem da mendicância uma forma de sobrevivência. A exclusão ao mercado de trabalho e a ocupação das ruas para o exercício da mendicância são fatores que segundo esta abordagem estabelecem uma clara relação entre a pobreza urbana e o fracasso moral e individual do sujeito. A rua, dentro deste contexto analítico, é pensada como o espaço de degeneração, o local que restava aos sujeitos desajustados da vida social.

A principal obra publicada sobre o tema foi organizada por Vieira, Rosa e Bezerra (1992), intitulada “*População de rua: quem é, como vive, como é vista*”. O estudo iniciou-se através de uma pesquisa encomendada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com o intuito de diagnosticar o fenômeno através de uma contagem censitária e apresentar um quadro analítico para formulações de práticas políticas. A obra publicada alterou consideravelmente o estatuto semântico e político da questão, pois, além de retratar o campo social, redefine a amplitude numérica da população e as formas de nomeação do problema.

Com o uso da categoria população de rua, alterou-se significativamente a configuração deste contingente, cujo perfil é formado a partir de novos referenciais explicativos. A rua é o local de abrigo para aqueles “trabalhadores que não deram certo”³⁶, isto é, uma massa de trabalhadores desempregados que buscam nas ruas seus meios de sobrevivência. Nos anos 1990, a explicação central para o fenômeno esteve baseada em uma teoria social centrada no trabalho, elemento estruturante da vida social. Se antes a rua era pensada como degeneração, gora é retratada como o local dos desempregados, resultado de contingências estruturais.

Se o desempregado é o principal ator que emerge neste processo, a noção de situação de rua pode ser revertida através da reinserção destes excluídos no mercado de trabalho. Se por um aspecto a situação de rua é definida por uma categoria de unidade (neste caso apresentado como o desempregado), por outro aspecto, a heterogeneidade destes atores são pensadas através do grau de vinculação com o mundo da rua, como bem nota Viera *et all* (1992) nos seguintes termos: ficar na rua, estar na rua e ser da rua. A categoria tempo de rua, apresentada nestes termos, identifica os graus de diferenciações entre os sujeitos, sendo que as gradações do tempo tornam estável, ou até irreversível, a condição do sujeito:

o que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como população de rua é o fato de que, possuindo condições de vida extremamente precárias, circunstancial ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. Essas situações podem ser dispostas num *continuum*, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição do morador. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua. (*idem ibidem* : 94)

³⁶ O artigo de Delma Pessanha Neves (1983) intitulado “Mendigos: o trabalhador que não deu certo” é o primeiro trabalho que apresenta correlações entre a mendicância e o desemprego. Nas palavras da autora: “Trabalho e mendicância aparecem como recursos complementares capazes de assegurar a sobrevivência de uma ampla camada da massa trabalhadora”.

Com a realização do censo na cidade de São Paulo³⁷ foi possível diagnosticar um contingente bem demarcado que até então era incomensurável e, através desta contagem uma população pode ser definida. A funcionalidade prática, do ponto de vista governamental, que o termo população permite operar se dá por meio de cruzamentos de variáveis comuns a todo o segmento: grau de alfabetização, faixa etária, diagnósticos médicos – alcoolismo, uso de drogas, transtornos mentais. Neste cálculo, toda uma gama de alteridades é reduzida a um sistema de classificação no qual a rua é o ponto através do qual gravitam todas variáveis aqui entendidas como um problema social. Todos aqueles personagens, até então esquecidos na invisibilidade social, passam a ser alocados numa escala classificatória segundo a qual as diferenças aparecem apenas como gradações do mesmo fenômeno.

Algumas implicações teórico-metodológicas restringem a análise da vida nas ruas quando se adota tal perspectiva. A primeira implicação, e a mais fundamental, compromete a delimitação do objeto de pesquisa uma vez que o termo *população* é acionado para referir-se a um problema social urbano, isto é, uma visão de Estado sobre o fenômeno. A categoria população pode ser aqui analisada à luz dos estudos de tecnologias de poder, dos quais Michel Foucault (1978) é o maior expoente. A população emerge dentro de um campo circunscrito, situado entre o século XVIII e XIX, período em que se forma uma nova tecnologia de poder, chamada por Foucault (1978) de governamentalidade. Como uma tecnologia, a governamentalidade opera na gestão das vidas, cujos sujeitos alvos desta tecnologia são pensados como espécie biológica e não como indivíduos. A noção de população permite pensar as variáveis em comum a um contingente que passam a serem contabilizadas, a despeito de condutas individuais, de acasos, de acidentes e de causas conjunturais. Esta governamentalidade irá se desenvolver como uma razão de Estado, como uma questão de administração dos poderes públicos. Por governamentalidade, Foucault (1978) a define:

(...) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma de governo bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a econômica política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (*idem ibidem*: 144).

³⁷ O Censo realizado em São Paulo foi a primeira pesquisa quantitativa realizada no Brasil. A primeira contagem feita em todo o território nacional só foi realizada no ano de 2008.

A população é criada para ser gerida, contabilizada e otimizada. Gerir uma população requer conhecê-la em profundidade, atentar-se aos detalhes para que sua gestão promova um desempenho ótimo: a intensificação de suas forças sociais. A população parece como um domínio de gestão e de segurança.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (Foucault 1979: 288)

A governamentalidade implica um saber específico, chamado de ciência do Estado, pois o governo das populações não é realizado por meio de leis, mas através de técnicas que vão permitir alterar algumas variáveis do contingente, agindo indiretamente sobre os indivíduos. As campanhas, por exemplo, são mecanismos de intervenções indiretas.

A Estatística surge em meio ao processo de implementação desta tecnologia de poder enquanto uma ciência do Estado. Por meio de quantificação dos fenômenos da população, a Estatística permite avaliar quaisquer variáveis de um campo de investigação, permitindo conhecer uma população em suas minúcias. A família³⁸, citada por Foucault como um modelo referencial para os estudos estatísticos, é a base referencial deste mecanismo porque dela são retiradas todas as variáveis que servirão de parâmetro para se construir um perfil populacional.

Vemos, portanto, que a família é uma espécie de unidade parâmetro para toda a vida social. Sua importância na constituição de um modelo referencial adotado na governamentalidade nos leva a crer que existem neste modelo elementos importantes para se pensar a atuação e a eficácia desta biopolítica.

Jacques Donzelot (1986) traz referências importantes sobre a formação da instituição familiar do século XVII ao século XIX, tomando como base a realidade francesa. A

³⁸ A família como modelo de governo irá desaparecer das artes de governar e retorna, a partir da primeira metade do século XVIII, como modelo referencial das estatísticas das populações.

construção histórica e social do núcleo familiar ao longo dos séculos passou por diversos vetores de transformações, através dos quais novos procedimentos se instalam estrategicamente na família ao mesmo tempo em que configuram um mapeamento do “social”³⁹, como um duplo efeito político produzido. Por meio de uma aliança estratégica entre Estado e família, algumas linhas de intervenções – pontuadas pelo autor como discursos médicos, filosóficos, professorais, filantrópicos, psicanalíticos, clericais - na instância familiar coloca em funcionamento as intervenções. Por isso, Donzelot afirma que a família é menos uma instituição do que um *mecanismo*.

É através da disparidade das figuras familiares (bipolaridade popular-burguesa), através dos desníveis entre o interesse individual e o interesse familiar, que funciona esse mecanismo. Sua força reside na arquitetura social, cujo princípio é o de sempre associar uma intervenção exterior a conflitos ou diferenças de potencial no interior da família: proteção da infância pobre, que permite destruir a família como ilha de resistência, aliança privilegiada entre o médico e o educador com a mulher, para desenvolver os procedimentos de poupança, de promoção escolar, etc. Os procedimentos de controle social contam muito mais com a complexidade das relações intra-familiares do que com a defesa de seus bens (propriedade privada, rigidez jurídica). Mecanismo maravilhoso, já que permite tanto responder à marginalidade com um desposseio quase total dos direitos privados, quanto fornecer a integração positiva, a renúncia à questão do direito político por meio da busca do bem-estar (DONZELOT 1986: 88).

A relação entre a família e o Estado, tomada não apenas como padrão de organização social mas, sobretudo, conforme Donzelot argumenta, uma relação de inscrição direta da família no campo político, é o meio pelo qual se montam dispositivos que irão funcionar como vetores de transformações; daí a família pode ser tomada como a principal instância de atuação estatal no Estado Moderno.

Tomando como referência a instância familiar, que, como vimos, é a lógica pela qual o Estado pensa os sujeitos, as implicações na delimitação de uma população excluída desta gramática trazem poucas contribuições para a compreensão deste perfil populacional, ou senão sua delimitação está restrita a tal lógica. Se as estatísticas sobre população de rua são pontuadas

³⁹ No prefácio do livro *A polícia das famílias*, Deleuze comenta sobre um setor novo que se implantou: o social. Seus contornos não são claros, não se confunde com o judiciário, o econômico, público ou privado. É, no entanto, um domínio híbrido, sobretudo entre o público e o privado, sobre o qual pequenas linhas agirão para formar uma superfície deste novo domínio, o “social”. As linhas de transformações, operando como vetores, agem sobre a família, um domínio que colocou em funcionamento um campo de forças capaz de dar novos sentidos a um enunciado.

em referências familiares, o perfil dos atores está previamente excluído de um campo de relações circunscrito apenas neste parâmetro, mais especificamente, a exclusão ocorre no âmbito do trabalho, do domicílio e do parentesco. Quando os referenciais são aqueles calcados nas relações que foram previamente rompidas no âmbito privado, o perfil da população de rua inevitavelmente é postulado em sua negação, porque o que se apresenta é a falta de referenciais. A população de rua é, então, composta por um perfil de sujeitos que estão basicamente excluídos de gramáticas relacionais familiares: o trabalho, o domicílio e a comunidade. Excluídos e marginalizados por seus desligamentos familiares, este referencial pouco contribui para a compreensão dos vínculos produzidos nas ruas, extremamente importantes para se pensar a vida nas ruas.

Ao deslocar a perspectiva estatística para a dinâmica das ruas, um descompasso entre duas realidades é inevitável. Primeiramente, a estatística só tem alcance para aqueles sujeitos que se deixam contar. Das trajetórias que pude acompanhar em campo, aquelas que se constituem no *trecho* não se deixam apreender no circuito institucional, isto é, não param nas instituições, apenas passam por elas. Além de não estarem presentes em qualquer estatística já realizada, os *trecheiros* estão excluídos, também, de qualquer política municipal de atendimento às pessoas em situação de rua⁴⁰.

Vale ressaltar que o primeiro censo de São Paulo adotou uma metodologia de abordagem para identificar os pontos de pernoite e a contagem por observação⁴¹ das pessoas que permaneciam nas ruas, além da contagem em Albergues Noturnos e Centros de Convivência. Foram contabilizadas 3.392 pessoas no centro da cidade⁴². Utilizando-se somente do método de observação, a contagem abarca consideráveis imprecisões: como é possível delimitar uma suposta situação de rua por meio de uma simples observação? Já em 2000, a abordagem foi realizada de forma direta adotando o mesmo procedimento nas ruas e nos Albergues. A dificuldade traz outra dúvida: como é possível saber se um sujeito já fora contado anteriormente, sendo que é comum não haver documentação que os identifique?

⁴⁰ Algumas trajetórias de rua são legitimadas completamente fora do circuito institucional, como são os casos dos *trecheiros*, por isso não são contabilizados pelas estatísticas. Por outro lado, algumas trajetórias também não são contabilizadas nos censos mesmo quando estão inseridas na malha institucional. Sobre os inclassificáveis ver Capítulo 3.1 – **No CREAS**

⁴¹ Simone Frangella comenta sobre as metodologias dos censos realizados em São Paulo nos anos de 1992, 1994, 1996, 1998 e 2000. Ver FRANGELLA, S. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia - IFCH-UNICAMP, Campinas, 2004.

⁴² Mais informações sobre os dados em FRANGELLA 2004.

Se partirmos do pressuposto que a principal característica das trajetórias de rua é a movimentação constante (tanto no limite de uma cidade quanto num circuito intermunicipal), o que é expresso nos termos *trecheiros* e *pardais*, dificilmente as estatísticas poderão acompanhar tais movimentos. Se os *trecheiros* estão *pingando* de *trecho* em *trecho* e recorrem aos Albergues apenas para continuar suas trajetórias, as estatísticas não poderão acompanhar estes fluxos, de modo que a contagem só pode ser feita nos pontos de paradas destes sujeitos, ou seja, na instituição ou nas ruas. Um ponto importante e pouco questionado nos censos deve-se ao fato que quando se vive na rua é preciso adotar táticas de cuidados de si, principalmente, no que diz respeito à proteção individual, geralmente, contra roubos, espancamentos e estupro. Deste modo, como parte destas táticas, o sujeito procura um local que possa lhe servir de *mocó*⁴³, uma espécie de esconderijo onde seja possível dormir com segurança. Os *mocós* são locais que não devem ser revelados a ninguém, exceto para aqueles que são de confiança, para a segurança do próprio sujeito. Dinâmicas como estas, próprias das táticas de rua, são ocultadas por referenciais estatísticos, fazendo-se ser notadas por meio de outras abordagens.

Um emaranhado de relações do universo da rua, cujas significações revelam um contexto etnográfico complexo e dinâmico, é reduzido a poucos pilares conceituais quando observado sob o prisma de contagens censitárias. Portanto, a heterogeneidade das ruas é imprescindível para a compreensão do universo observado de modo que, se ocultada, corre-se o risco de eleger categorias de pouco potencial explicativo. No limite, é possível dizer que as trajetórias de rua não são passíveis de serem contabilizadas por via censitária mas podem ser acompanhadas em seus próprios movimentos, e daí decorre que uma outra postura deve ser adotada.

Está claro que todo referencial adotado repercute em perdas e ganhos conceituais, por isso uma abordagem é sempre parcial. A postura para abordar a heterogeneidade das ruas requer um ponto de partida que recorra às falas dos atores sobre suas próprias formas de engajamento de mundo. A multiplicidade deve ser resguardada para que os próprios agentes possam falar dela, de modo que cada feixe de relação que emana desta condição de existência pode ser parcialmente interconectado com tantos outros, e daí sim a multiplicidade permite incluir elementos explicativos ao invés de eliminá-los.

⁴³ Os *mocós* serão retomados no Capítulo 1.3 - **Pontos de acomodação e circulação**: o engajamento com a cidade e produção do *conhecimento da rua*.

Adotei a noção de *trajetória* para avaliar quais movimentos operam na construção e atualização de suas caminhadas. Minha opção por tratar as trajetórias de rua resulta de uma tentativa de elaborar uma categoria que estivesse afinada ao regime de signo *trecheiro*. A mutabilidade do sistema classificatório, operada entre os *trecheiros* e *pardais*, pareciam, a princípio, um deslocamento entre lugares sociais diferentes, onde a condição do movimento parecia para mim ser estanque. Contudo, as diferenças entre as duas posições revelaram-me tensões inerentes a este sistema classificatório de diferenciações, cuja separação é feita por uma linha tênue que demarca o deslocamento e a fixação. No entanto, é justamente no ponto de tensão, o local onde se abrem as possibilidades de mudança das trajetórias, que o fenômeno pode ser pensando em sua complexidade. Brognoli (1996: 10) já alertava sobre as características inerentes do fenômeno: sua fluidez, dispersão e fragmentaridade. Sua qualidade de mutação, apresentada nos itinerários da rua, abriu-me novas possibilidades analíticas para descrever o fenômeno em suas características intrínsecas e apreender, por meio das transformações de movimento, as elaborações discursivas que dão sentido as mudanças nas trajetórias pessoais.

A opção por recorrer às trajetórias de rua emergiu da necessidade de se obter uma análise dos tipos de movimentos produzidos na rua. As trajetórias de rua são repletas de incontáveis variações, por isso, suas mudanças são pensadas pelas possibilidades de se parar num *trecho*, ou então de andar pelos *trechos*. Em poucas palavras, a tendência à fixação territorial é percebida através de alguns elementos que podem promover uma parada: a inserção na rede institucional (CREAS e Albergue), a gravidez, os tratamentos médicos, a inserção no mercado de trabalho formal, a retomada dos laços familiares, entre outros. Já as circunstâncias que promovem o deslocamento são pensadas como possibilidades de transitar por vários *trechos*, indicados pela procura de novos trabalhos, manter-se no anonimato, procurar novas cidades que ofereçam melhores possibilidades para se viver.

Recorrer às categorias de identidade ou grupo pareceu-me obscurecer as transformações ocasionais que um movimento pode se submeter. Nas trajetórias produzidas pelos sujeitos, é ressaltado o fato que cada um é agente de sua própria caminhada, de modo que uma trajetória de rua é traçada individualmente.

A noção de trajetória é também apreendida na rede institucional para classificar o itinerário do sujeito. No CREAS a noção de trajetória aparece para classificar o tempo de rua e os

vínculos produzidos neste contexto. No Albergue, as trajetórias identificam a passagem do sujeito pela instituição, os retornos à cidade de São Carlos, entre outros⁴⁴.

O termo trajetória de rua foi inspirado no debate promovido pela chamada antropologia das linhas (INGOLD 2007). Uma trajetória é composta por linhas interconectadas entre si e as linhas são produzidas por movimentos que a compõe. Para uma etnografia das trajetórias de rua, o movimento (e as linhas produzidas por ele) não poderá ser reduzido a uma prática transitória, com a finalidade específica de deslocamento entre um ponto e outro. Ingold, ao estabelecer uma história⁴⁵ das linhas, apresenta o conceito como os modos pelos quais o mundo é organizado, por meio de linhas tecidas e interconectadas entre si. Para retomar uma questão célebre do autor: "O que caminhar, tecer, observar, cantar, contar uma história, desenhar e escrever têm em comum?" (Ingold 2007: 1). A resposta trata da amplitude dos temas abordados pelo autor, isto é, a produção de linhas providas em processos da vida cotidiana.

As linhas e trajetos produzidos por um viajante são destacados pelo autor por uma particularidade: o viajante está continuamente em movimento, produz linhas de viagens. A diferença entre uma linha de viagem e linha de locomoção se dá pela existência de uma linha sempre contínua, no primeiro caso, e a existência de pontos que formam uma linha, no segundo caso. Em suma, o viajante não possui ponto de paradas, sua caminhada é sustentada pelo engajamento com a cidade que se revela em seu caminho. O viajante não se move, ele é movido de um lugar a outro: "The traveller and his line are, in this case, one and the same thing" (Ingold 2007: 76).

Recorrendo a uma antropologia das linhas, as trajetórias de rua podem ser pensadas como formas de produzir vida e movimento, cujo ator age sobre sua trajetória assim como age, também, sobre o meio que o cerca.

Sem perder de vista que as trajetórias de rua são percursos marginais mas que há também as possibilidades que os aparatos urbanos oferecem a estes para institucionalizarem-se⁴⁶,

⁴⁴ A noção de trajetória é operada de modos diferentes na rede de assistencial e pela população de rua e será discutida no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

⁴⁵ O sentido de história não envolve uma análise diacrônica das práticas humanas. O sentido estaria mais próximo à noção foucaultiana de história, como processos históricos.

⁴⁶ As capturas institucionais podem ocorrer de modos distintos. Há casos em que o sujeito torna-se *albergado*, fato constatado para aqueles que se fixam na cidade e dormem no albergue todas as noites. Em outros casos, o CREAS passa a ser a principal rede de apoio do sujeito. Em casos de tratamento de álcool e drogas, o sujeito é encaminhado para o Hospital Psiquiátrico, localizado em uma cidade próxima a São Carlos. A marca da

o trânsito entre um domínio “normatizado” e outro “desviante” são operações simbólicas que marcam a maior parte dos percursos na rua. Como bem nota Perlongher (1987) entre os michês, os desviantes deslocam-se por uma “zona de deriva” – região de afrouxamento dos controles sociais, onde há a possibilidade de deslizamento entre a norma e o desvio. São trajetórias marginais que se estruturam “na multiplicidade dos fluxos desejanter, na instantaneidade e acaso dos encontros” (*idem* P. 151), assim não há identidades rígidas entre as trajetórias mas um deslocamento por uma rede de significados cujos sujeitos transitam entre um ponto e outro, conforme a ocorrência do acaso e do imprevisível.

As transformações das trajetórias, que são provisórias e mutáveis, são expressas nos graus de fixação dos agentes num determinado ponto desta rede de códigos, como ocorre nos casos dos sujeitos que “vivem no *trecho*” ou aqueles que viram *pardais*, e conforme seus deslocamentos, um mesmo sujeito vai assumindo diferentes nomenclaturas classificatórias dependendo do lugar que passa a ocupar.

Inúmeras formas de deslocamentos aparecem nas gramáticas das ruas, assim como as mudanças de percursos são apenas possibilidades que se apresentam para o agente, sendo legítimo o trânsito entre um tipo de percurso e outro. Acompanhei histórias em que sujeitos passaram de uma trajetória no *trecho* para uma fixação territorial. Outras histórias foram marcadas pela inserção na rede institucional, outras, ainda, foram marcadas pela saída das ruas. Um emaranhado de linhas formata as possibilidades de trajetos a serem percorridos e permite que o sujeito possa transitar entre percursos diferentes sem que um tipo de movimento impeça-o de produzir outros.

Toda trajetória de rua é traçada levando-se em conta as condições que lhes são apresentadas para sua constituição, assim como o engajamento do sujeito em sua caminhada. Portanto, relatar sobre as formas de vidas nas ruas requer avaliar a relação que se trava entre o sujeito e os múltiplos processos que o atravessam. É preciso colocar em perspectiva o gerenciamento institucional que as trajetórias de rua estão submersas, já que, historicamente, as vidas nas ruas foram marcadas pelos mecanismos de sua contenção. A gestão de uma população, circunscrita na tecnologia da governamentalidade, possui como um instrumento complementar (e indispensável para a formatação desta tecnologia de poder) os mecanismos de segurança, cuja

institucionalização pode atravessar a trajetória de rua em diversos momentos, sendo também uma possibilidade para continuar seu percurso.

racionalidade está firmada nos cálculos e previsão dos riscos. Os mecanismos de segurança são instrumentos de governo acionados para regular populações, para garantir que certos padrões sejam garantidos na atuação do biopoder.

Seria impossível descolar as trajetórias de rua das intervenções estatais as quais estão submetidas. Na cidade de São Carlos, alguns mecanismos são acionados para ordenar a população das ruas. Casos comuns de intervenções policiais ocorrem a fim de expulsá-los dos lugares onde se encontram, assim como realizam revistas e até agressões naqueles que representam uma ameaça à ordem pública, geralmente em casos de embriaguez e brigas de rua. A Abordagem de Rua também pode ser acionada como um mecanismo de segurança para recolher os sujeitos de lugares em que são impedidos de transitar⁴⁷. Na maioria dos casos, suas presenças provocam uma repulsa nos moradores residentes da cidade mesmo que nenhuma infração seja cometida por esses. A sensação de ameaça que a presença destes sujeitos provoca na ordem pública retroalimenta um ciclo gerado em torno do risco e segurança, dois conceitos que coexistem para completar a noção de gestão das populações.

Por fim, as instituições operam, ocasionalmente, como mecanismos de controle das trajetórias de rua. O Albergue Noturno, em seu propósito institucional, realiza a triagem das populações em situação de rua operando no controle e expulsão dos sujeitos provindo de outras cidades, com a finalidade de conter o aumento das populações em situação de rua de São Carlos. O CREAS também pode ser considerado um mecanismo de segurança uma vez que o acompanhamento das trajetórias de rua requer uma intervenção individual para construir uma autonomia nos sujeitos⁴⁸.

As trajetórias de rua são constituídas por dois tipos de dinâmicas: nas táticas de ruas, pelas quais o agente traça seu percurso, e por uma dinâmica estatal que formata uma rede institucional cujas intervenções e controles são constantes. Portanto, a pesquisa aqui realizada procura contrastar duas perspectivas nas quais uma polêmica sobre os estatutos de vidas é inevitável.

⁴⁷ As pessoas de rua são impedidas de transitar por certos locais da cidade e quase sempre as acusações provêm de residentes da cidade incomodados com a presença destas pessoas na redondeza de suas casas. A Abordagem de Rua é acionada para recolher estes sujeitos para que as acusações dos residentes sejam atendidas. Irei retomar este ponto no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

⁴⁸ Mais detalhes no Capítulo 3.1 – **No CREAS**.

TECENDO UMA NARRATIVA

O texto está dividido em três capítulos, nos quais irei apresentar, primeiramente, a rua como o território dos *trecheiros* e *pardais*, para, em seguida, discutir a corporalidade destes sujeitos. Por último, discuto as formas de gestão institucional da população de rua, descrevendo os espaços institucionais que atendem a esta população.

No capítulo *Arranjos Urbanos: habitar a cidade, elaborar táticas de rua*, apresento a rua como um espaço de produção de novas trajetórias, marcadas pelos movimentos que as compõem. Procuo demonstrar como opera o sistema de classificação entre os *trecheiros* e *pardais*, cujas diferenças são produzidas pelos movimentos entre os territórios, demarcando os pontos máximos e mínimos da mobilidade, que são tão importantes para a diferenciação destas trajetórias. Procuo demonstrar como as trajetórias de rua são vividas pelas transformações que as acompanham, de modo a ser possível traçar trajetórias de rua em *bancas*, sem *bancas*, no *trecho* e nas instituições de acolhimento. Ainda neste capítulo, resalto as práticas de habitação neste universo que não seguem o modelo de habitação normativa, verificada na forma-casa. A habitação das ruas é aqui pontuada como uma forma de engajamento de mundo e forma de produção de conhecimento. Apartados de instâncias de proteção social, estes sujeitos desenvolvem táticas de preservação à vida que são voltadas às práticas de cuidado de si. Quando bem empregadas, as táticas tornam-se *conhecimento da rua*, que diz respeito ao conhecimento produzido pela violência e contenção aos quais são alvos cotidianamente mas que devem ser driblados. O *mangueio*, também entendido como uma tática de cuidado, contradiz algumas pressuposições sobre a mendicância, pois há na relação travada entre o pedinte e o doador uma troca, na qual os elementos de estigmatização sobre a vida nas ruas são acionados no discurso como formas de transitar por uma rede de significados sobre a pobreza. E, finalmente, a rua é aqui relatada segundo as noções que emergem das experiências vividas em suas trajetórias, um universo de múltiplos caminhos a serem percorridos. Veremos como a rua é um espaço de ativação de vínculos e não um espaço de desvinculação social.

No capítulo *O corpo da rua: trajetórias corporais na rua*, procuro demonstrar o modo pelo qual os sujeitos se pensam ao traçar suas trajetórias de rua. Relato as formas de

produção de um corpo e um sujeito em constante cuidado de si mesmo. A experiência de marginalização e as contenções sofridas por estas vidas são notadamente expressas nas Vigilâncias para si que são práticas e técnicas corporais cuja apreensão produzem um *conhecimento da rua*. Este conhecimento indica um estado de vigilância constante, uma das táticas mais importantes para garantir a proteção de suas vidas.

O corpo é também produzido e marcado pela *pinga* e pelas *drogas*⁴⁹, substâncias elementares para a manutenção do corpo, memória, saúde e doença. O corpo da rua é também produzido pelas marcas dos movimentos realizados em suas trajetórias e são apresentadas na esfera do corpo, nos dentes, cabelos, pés, cicatrizes. O corpo da rua é marcado por insígnias que imprimem a memória na esfera do corpo. Assim como o *galo*, mochilas onde guardam seus pertences, mantido sempre junto ao corpo, opera como uma extensão corporal, no qual cartas e fotografias são materializações de suas memórias.

No capítulo *Cair na rede: uma etnografia da rede assistencial*, relato como as *trajetórias de rua* são inseridas nos circuitos institucionais, sendo estes importantes mecanismos para se movimentarem pelas ruas e para a reprodução destas vidas. O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) constitui-se como a principal instituição de acolhimento, sendo um modelo assistencial pioneiro de gestão à população de rua. Relato as formas de apropriação dos serviços operadas nas trajetórias de rua, utilizadas como táticas de proteção de si. Destaco as formas de classificação das trajetórias nos ambientes institucionais, um mecanismo importante para diferenciar as trajetórias de rua e assegurar o atendimento territorializado previsto nos serviços, restrito à população de rua **da** cidade. Nos ambientes institucionais, um outro tipo de movimento é produzido em suas trajetórias que diz respeito ao deslocamento e encaminhamento para uma rede institucional, abrangendo os serviços de saúde, educação e assistência social.

Relato os planos de intervenção aos usuários, prevendo a constituição de suas autonomias, um conceito chave para se pensar o projeto de ressocialização da população de rua. Para que o atendimento seja um projeto de assistência continuado, a criação dos vínculos (entre profissionais e usuários) é fundamental; contudo, vemos nos conflitos gerados em torno do

⁴⁹ O realce em itálico no termo drogas, além de fazer alusão a um debate contemporâneo sobre a partilha moral (VARGAS 2001) entre drogas de uso lícito e drogas de uso ilícito, também tem o intuito de preservar os termos nativos conforme são feitas as classificações das substâncias por eles consumidas. A diferenciação entre *pinga* e *drogas* aparece entre meus interlocutores e, por isso, mantenho a correlação para justamente demarcar esta diferença.

comprometimento que o tipo de vínculo esperado pelos profissionais e usuários correspondem a duas perspectivas diferentes sobre seus projetos de ressocialização e suas autonomias.

Descrevo o serviço de Abordagem de Rua, caracterizado pela busca ativa, cujo objetivo é mapear os principais pontos onde a população de rua costuma transitar, abordá-los em seus locais de convivência e realizar a criação de vínculos (entre a instituição e a população de rua) através da rua.

O Albergue Noturno é também abordado neste capítulo. Procuo trazer à discussão os principais movimentos produzidos nas trajetórias que passam pela instituição. O traço mais marcante nas trajetórias dos que se fixaram na cidade é a utilização cotidiana do Albergue, que pode ser um espaço de acolhimento, para alguns, como também um local a ser evitado, para outros. O movimento gerado nas trajetórias dos *trecheiros* corresponde ao deslocamento intermitente por uma rede intermunicipal de Albergues, provocando um movimento incessante por esta rede.

No último capítulo, retomo brevemente os principais pontos apresentados em todo o texto e apresento as considerações finais deste estudo.

CAPÍTULO 1

ARRANJOS URBANOS: HABITAR A CIDADE, ELABORAR TÁTICAS DE RUA

1.1 - FORMAÇÃO DE *TRECHOS* E *BANCAS*: TERRITÓRIOS, MOVIMENTOS E DESIGNAÇÕES

Os *trechos* são espaços urbanos apropriados por pessoas de ruas nos quais elas *pingam* (transitam). Pegar um *trecho* é uma expressão utilizada para caracterizar a movimentação pelas ruas. O limite de um município pode ser pensado como um *trecho* específico, assim outras cidades formam outros *trechos*. Em uma cidade pode haver *trechos* diferentes, de modo que o trânsito entre eles pode ocorrer tanto no limite de uma cidade quanto num circuito intermunicipal. A formação de vários *trechos* numa única cidade depende das formas de apropriação dos espaços urbanos operados pelas pessoas com trajetórias de rua.

Num *trecho* convivem os *trecheiros* e os *pardais*. Vale notar que os termos *trecheiro* e *pardal* são pouco conhecidos na rede institucional, em que o *trecheiro* passa a ser classificado como itinerante e o *pardal* como morador de rua da cidade⁵⁰. A diferenciação entre estas categorias se constitui a partir do movimento e territorialidade. Um *trecheiro* não se estabelece por muito tempo numa cidade, vive transitando entre os *trechos* de cidades diferentes. Já o *pardal* é aquele que se fixa numa cidade por um período mais longo. O *trecheiro* irá nomear os *trechos* segundo sua lógica de movimentação, assim os *trechos* para eles se estendem por cidades e estados diferentes. Já o *pardal* nomeia um espaço urbano como um *trecho* porque sua lógica de movimentação está mais restrita aos territórios de uma cidade.

As duas categorias produzem representações contrastivas entre aqueles que circulam e os que se fixam. A construção da noção de *trecheiro* está associada a um eixo moral da lógica de mobilidade, uma escolha individual de um estilo de vida que presa pela liberdade e desapego material-afetivo, enquanto o termo *pardal*, por ser seu inverso, está relacionado a um comodismo, à falta de opção, ao abandono dos parentes e amigos, do que uma opção de vida. O termo *pardal* é sempre utilizado para referir-se ao Outro. As diferenciações no plano prático e ideológico são feitas pelo *trecheiro* que aponta o Outro como *pardal*, o que pode ser entendido

⁵⁰ Sobre as classificações na rede institucional ver Capítulo 3.1 – No CREAS.

pela estigmatização deste termo no universo da rua. Embora haja graus diferenciados de dependência das instituições, dos laços de parentescos, da movimentação pelos *trechos*, fatores que complexificam a operação classificatória destes sujeitos, são estes os critérios que permitem transitar entre uma categoria e outra.

Num estudo sobre andarilhos, Brognoli (1999) comenta sobre os princípios identitários de *trecheiros* e *pardais*, cuja operação classificatória delimita territórios que, por sua vez, marcam as identidades. Enquanto uma auto e hetero representação, as categorias revelam intensidades de movimentos nos quais delimitam os pontos máximos e mínimos da mobilidade.

Enquanto princípios identitários, tais representações acerca de si mesmos e dos outros estão marcadas por um jogo de diferenciações que busca dar conta de uma singularidade através da eleição de certos aspectos que os sujeitos pesquisados desejam enfatizar, manipular ou encobrir. Sendo assim, não há mais do que ‘traços’ esparsos de referências a uma identidade que se junta aos pedaços e das quais procuro manter mais a tensão do que lhes conferir homogeneidade. Os fatos empíricos demonstram a formulação de representações que procuram distinguir características diferenciadoras, por vezes bastante rigorosas, que ora apóiam-se nas práticas sociais, ora buscam respaldar-se em uma suposta ‘tradição’, mas que se ligam, invariavelmente, a uma dimensão espacial. (BROGNOLI 1999: 66)

A mobilidade pode ser experimentada em maior intensidade na forma do *trecheiro* e em menor intensidade pelo *pardal*, no entanto, algumas gradações entre uma forma e outra também podem ocorrer já que os critérios que compõem as nomeações envolvem os percursos traçados entre os *trechos*, a utilização da rede institucional e o vínculo familiar. Deste modo, os critérios não parecem ser dicotômicos, ao contrário, permitem criar heterogeneidades. A construção destas categorias é formada por uma junção de elementos fragmentários, como bem exposto no estudo de Brognoli, segundo os quais são eleitos alguns critérios que permitem singularizar suas trajetórias. Dificilmente a trajetória do *trecheiro* é percebida de modo integral, isto é, apartados de todos os mecanismos de sedentarização. É possível combinar alguns destes elementos, formando assim a noção do *trecheiro*, que pode ser questionada ou não ser reconhecida por outros. Assim como as noções são dinâmicas, os tipos de movimentos podem ser modificados durante uma trajetória de rua, sendo possível adotar formas de mobilidades diferentes.

Embora os critérios de classificação sejam compostos pelos modos através dos quais os sujeitos elaboram as táticas de movimentação, a distinção mais importante para a composição de uma categoria é a maneira pela qual ocorre a produção de territórios.

Para Deleuze e Guattari (2002a) um território possui uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita, sendo definido pela emergência de matérias de expressão e não pela função que o território contém, pois a expressividade é anterior às funções. Os territórios são formados por elementos, investidos e ordenados por um código externo a eles e estaria ligado a uma ordem de subjetivação individual ou coletiva. Um território surge numa margem de liberdade dos códigos, como um desvio de finalidades: “Se é verdade que cada meio tem seu código, e que há incessantemente transcodificação entre os meios, parece que o território, ao contrário, se forma no nível de certa descodificação” (2002a: P.113). Guattari (1985) problematiza mais precisamente a relação entre espaço/território dentro da ordem capitalista, cujas arquiteturas disciplinares produzem subjetividades e constrangimentos no nível espacial. São arquiteturas que produzem formas particulares de apropriação e sobrepõem-se às vivências cotidianas. Como os equipamentos urbanos são instrumentos para fabricar o espaço, estes que estariam ligados às relações funcionais de toda espécie, o território é produzido pelos desvios de finalidades destes equipamentos. Como um processo de singularização, contrário ao processo de subjetivação coletiva que as arquiteturas disciplinares produzem, o território é criado pelas vivências cotidianas e delas provêm territorialidades novas e imprevistas.

Ao pensar as relações produzidas numa trajetória de rua e os espaços urbanos, a noção de território abre novas possibilidades analíticas para pensar a relação entre o espaço e os sujeitos não apenas do ponto de vista da funcionalidade da ocupação de um espaço, mas, sobretudo, dos modos possíveis de produção de novas subjetividades, onde territórios singularizados são fabricados.

No contexto etnográfico aqui abordado, os espaços urbanos podem ser ocupados por vários sujeitos, daí ocorre a formação de *bancas*, ou então, um território é ocupado por um único sujeito. A formação de *bancas* implica uma demarcação simbólica e espacial do território, chamado também de *trecho* pelos *pardais* que circunscrevem seus deslocamentos no limite de uma cidade. Para a demarcação do espaço, as *bancas* deixam algumas peças de roupas ou utensílios em bancos da praça, ou mesmo, pendurados em galhos de árvore para que outras

banças não tomem o lugar⁵¹.

A demarcação territorial dos *trechos* limita os locais de convivência dos sujeitos, delimitam os pontos de *manguêio*⁵² e permite selecionar os integrantes da *banca*. As *banças* são formadas tanto por sujeitos com trajetórias de rua mais longas quanto por aqueles com trajetórias mais recentes.

Quando um *trecheiro* se fixa por um período de tempo maior numa *banca*, sua identidade pode deslocar-se para figura do *pardal*, assim como, quando um *trecheiro*, mesmo depois de *pingar* por vários *trechos*, retorna à *banca* pode ser reconhecido como um *pardal*. Presenciei um caso em que um *trecheiro* havia saído pelos *trechos* de outras cidades havia meses e retornava à *banca* naquela tarde. Quando os outros membros da *banca* o avistaram a reação foi imediata: “Olha só, o *trecheiro* se aninhou em São Carlos!”. Aninhar é um verbo que provém do substantivo ninho e indica o estabelecimento de uma fixação territorial e a criação de elos mais duradouros com a *banca*.

A delimitação espacial de uma *banca* permite que cada uma delas possua limites de diferenciações, que geralmente são critérios que constituem o perfil de seus membros. Durante todo o período que estive em campo, notei algumas transformações das *banças* da cidade. A *banca* do Cemitério Nossa Senhora do Carmo, localizada próxima ao Albergue Noturno, se desfez e, segundo contam alguns interlocutores, o local passou a ser constantemente vigiado por policiais da cidade. Uma outra *banca* se formou próxima à APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), um local estratégico localizado na avenida mais movimentada da cidade, próxima a alguns bares e ao Albergue, cujos membros passaram a frequentar o CREAS. Esta *banca* era conhecida por outras justamente por delimitar seus territórios em espaços próximos às instituições. Uma outra *banca* que conheci localiza-se na Estação Ferroviária e é formada por sujeitos que permanecem nas ruas apenas ocasionalmente, além dos *trecheiros* e *pardais*. Nesta *banca* os limites territoriais estão bastante afastados das instituições, sendo que a grande maioria de seus membros não recorre ao CREAS ou ao Albergue porque não querem inserir-se na rede

⁵¹ Andando pela cidade reconheci um grupo de pessoas de rua nas redondezas da Rodoviária. Voltei ao local, dias depois, para aproximar-me da *banca* mas não encontrei ninguém. De imediato pensei que a *banca* tivesse se desfeito mas, ao andar pela praça, reconheci nas árvores sinais de demarcação do espaço (camisetas e garrafas *pet* vazias nas árvores). Sentei-me nos bancos e esperei por alguns momentos, na esperança de que alguém retornaria ao local. Minutos depois, reconheci alguns sujeitos da *banca* retornando ao *trecho*.

⁵² O *manguêio* é um mecanismo utilizado por pessoas de rua que visa à aquisição de dinheiro para o suprimento de suas necessidades.

institucional. Algumas outras *bancas* são bastante conhecidas na cidade mas, infelizmente, não consegui localizá-las em seus territórios. Uma bastante conhecida é *banca* do crack que delimitou seus territórios não nos espaços públicos mas apropriando-se de uma casa abandonada onde os membros se reúnem para fumar crack. Segundo as informações que obtive, nesta *banca* estão reunidos sujeitos com trajetórias muito variadas, muitos deles nem sequer vivem nas ruas mas frequentam a *banca* para fumarem crack juntos.

Permaneci mais próxima à *banca* das redondezas da APAE e Albergue pois, como já cometei, seus membros frequentam o CREAS, mesmo que esporadicamente. Uma dificuldade em etnografar as *bancas* se dá pelo fato de que existem rixas entre algumas *bancas* e, uma vez que se aproxime de uma delas, não é possível juntar-se a outra rival. A rivalidade entre as *bancas* pode envolver muitos fatores mas o principal deles é a disputa territorial. Uma *banca* produz um território, estabelece um limite que envolve uma adequação das práticas e dos códigos estabelecidos por seus membros⁵³. Quando se quebram os códigos, dependendo do caso, o sujeito pode ser expulso da *banca*. A maioria das brigas entre as *bancas* ocorre em torno de roubos realizados em territórios alheios ou ofensas feitas a um dos membros.

Viver em *banca* ou viver sem *banca* é parte de uma tática de rua que prevê as condições necessárias para que cada sujeito possa traçar sua própria trajetória. Existem vantagens e desvantagens de andar em *banca*. “Sozinho é perigoso demais!”, afirma um deles. Na medida do possível, um protege o outro de atentados violentos (espancamentos, assassinatos, roubos). Por outro lado, não se pode confiar em ninguém. “Todo mundo tem um sofrimento aqui, por isso que a gente está na rua”, diz um *trecheiro*, justificando as brigas frequentes entre eles.

Existem casos em que o sujeito prefere não se integrar a uma *banca*, como são os casos de alguns *trecheiros* que permanecem poucos dias na cidade ou mesmo nos casos daqueles que se fixaram na cidade. A demarcação territorial ocorre nos casos em que o sujeito ocupa um certo território para a realização do *mangueio*, realiza neste local suas refeições e demarca o local com seus pertences. De modo geral, a ocupação dos espaços requer uma demarcação clara que indique principalmente para outros sujeitos, que também pretendem produzir seus territórios, sua ocupação efetiva. Neste caso, o limite traçado no território também indica os limites de convivência que o sujeito deseja intermediar. É preciso voltar sempre ao local para que sua

⁵³ Sobre os códigos das *bancas* retomo no Capítulo 1.2 - **Tecendo as trajetórias de rua.**

ocupação seja legítima e respeitada por aqueles que compartilham deste código. Quando o território é ocupado para o *mangueio*, o local deve ser próximo aos grandes fluxos de movimentação, geralmente vias transitadas por muitos pedestres. São comuns os casos em que um sujeito permanece sempre num limite espacial e passa a receber doações de estabelecimento comerciais.

Alguns modos de ocupação são realizados com o intuito de construir instalações para a fixação territorial. Geralmente ocorrem em estabelecimentos abandonados onde o sujeito reúne alguns equipamentos para a ocupação de um território. Acompanhei um caso em que o sujeito estava planejando recolher seus pertences (móveis, roupas e utensílios domésticos) na cidade de onde provinha e ocupar um posto de gasolina abandonado.

Nem as *bancas* formadas nem os espaços ocupados por um único sujeito estão ligados às funções que o espaço oferece, isto é, a sua função convencional. Existe aí uma relação intrínseca entre a codificação do espaço urbano e a produção de um território singularizado, cuja função do espaço ou da ocupação não é suficiente para explicar a produção do território. Uma praça pública tomada por uma *banca* não é mais uma praça, torna-se um *trecho*, um território onde a *banca* irá produzir uma subjetividade compartilhada por todos os seus membros. Um posto de gasolina tomado por um *pardal*, não é mais um posto, é seu espaço de habitação.

Inúmeros arranjos urbanos são realizados a fim de se produzir territorialidades específicas. Para complementar a discussão já iniciada em torno da produção de territórios, é possível pensar este processo de codificação a partir de uma perspectiva de habitação trabalhada conceitualmente por Ingold (2000). Para o autor, o habitar é uma ação do sujeito no mundo. Segundo esta lógica, as práticas habitantes não estão ligadas à ocupação do espaço, mas são relatadas como um processo no qual a paisagem é o mundo a ser conhecido e experimentado e, mais do que isso, é um campo no qual é possível agir sobre ele e ser afetado pelo mesmo. O mundo a ser experimentado na rua requer táticas de proteção de si, tipos de movimentação e produção de territórios. Uma prática de habitação envolve todos estes arranjos de experimentações para que a vida na rua possa ser produzida e reproduzida.

Viver na rua é um modo de habitar as ruas. Habitação é um conceito que requer alguns cuidados teóricos e metodológicos para uma compreensão menos normativa e mais afinada àquilo que o próprio interlocutor manifesta em seus modos de habitar o mundo. Seria

impossível definir uma prática de habitação, no universo aqui estudado, tomando como referência uma noção residencialista, cuja manifestação histórica mais conhecida é a casa. O processo de habitar as ruas requer táticas que envolvem a avaliação de certas potencialidades dos equipamentos urbanos, das construções e dos espaços. Mais claramente é possível observar uma relação ativa e recíproca entre o sujeito e o seu meio.

Num estudo sobre cultura material de moradores de rua de São Paulo, Kasper (2006) toma por referência uma perspectiva de habitação como modos de ocupação do espaço e criação de territórios, sem ter a casa como ponto de partida para sua análise. O autor mobiliza uma discussão acerca de práticas habitantes deslocadas dos modos hegemônicos de habitação. Definir uma moradia através de sua funcionalidade prática, como um espaço reservado à supressão de práticas cotidianas e necessidades corporais (como o abrigo, a alimentação, a proteção) implica eleger uma visão normativa do habitar. Uma outra visão, ainda ancorada em pressupostos normatizadores, é exposta pelo autor ao chamado *preconceito ecocêntrico* (KASPER 2006: 24), que define a noção de habitar apenas pelo uso da casa⁵⁴.

Seguindo esta mesma linha argumentativa, a noção de habitar é pensada como um processo de engajamento e experimentação de mundo. Para compreender as práticas de habitação no universo da rua, seria preciso desfazer-se de uma perspectiva na qual o habitar é precedido pelo seu verbo correlato: o construir. De fato, para aqueles que habitam as ruas da cidade, a prática de habitação quase nunca é realizada quando uma construção é edificada, cuja ação poderia tornar o lugar um espaço habitante. Por outro aspecto, se não há a ação do construir, em seu lugar, a ação constitutiva do habitar pode ser pensada através das práticas de apropriação dos espaços e dos usos potenciais dos equipamentos urbanos. A habitação é aqui entendida como uma forma de engajamento de mundo, uma ação produtora de sentido e de conhecimento. A ação de habitar é, como Ingold (2000) bem nota, um verbo intransitivo já que sua ação é completa em si mesma. Para melhor entendermos as práticas de habitação nas trajetórias de rua, é necessário compreender a relação de um sujeito com seu meio, pois é por meio desta correlação que o habitar as ruas torna-se este verbo intransitivo. Seria preciso pensar a relação direta entre um sujeito e o ambiente. Neste ponto, lanço-me em direção a discussão iniciada por Ingold (2000) na

⁵⁴ Kasper define a casa como uma forma instituída de moradia, uma abordagem que se atenta ao funcionalismo dos equipamentos domésticos apenas para a supressão das necessidades corporais. As implicações de tal abordagem, apontadas pelo autor, problematiza a noção de necessidades enquanto atributos objetivos do corpo humano e, portanto, conduz invariavelmente a uma solução universal dos modos de habitar o mundo.

qual o sujeito pode ser pensado como um organismo dentro de um ambiente⁵⁵, e nunca externo ou isolado dele. Para o autor, a conjugação entre organismo/ambiente não é um totalidade indivisível mas é um processo de desenvolvimento (Ingold 2000: 20).

Como um ambiente está continuamente em processo de construção, habitar significa imputar ações sobre este ambiente mas também estar em relação com ele. A relação entre um organismo e o ambiente não é constituída por uma externalização entre o sujeito e o mundo, pois o ambiente é *locus* de apreensão de conhecimento. Apoiado na chave da Fenomenologia, Ingold não trata corpo e mente como instâncias alocadas em dois campos de percepção. Não há, portanto, dois pólos perceptivos, marcado pela dualidade interno/externo, mas uma experiência corporal como ponto de partida para a apreensão do mundo.

No contexto aqui apresentado, é possível habitar o mundo em seu próprio movimento, experimentando o deslocamento enquanto uma jornada, um movimento corporal de um lugar ao outro. Procuo destacar as formas de ação sobre o mundo produzidas por estas trajetórias de rua e o engajamento destes sujeitos em suas jornadas, experimentando a cidade em suas múltiplas formas de usos e significações, pois nesta relação vemos surgir maneiras de transitar pelos espaços, de estabelecer encontros e trocas em diferentes esferas.

Habitar a rua é uma ação sobre os espaços mas, sobretudo, uma ação de produção de sentidos. O habitante age sobre os espaços e enquanto uma relação direta com o ambiente, o sujeito conhece o mundo por meio das práticas de sentido. Portanto, experimentar a rua significa produzir ações sobre os espaços e equipamentos urbanos. Deste modo, a prática de habitação pode ser pensada sem que uma construção delimite o espaço a ser habitado. Habitar a rua é um processo de simbiose entre o habitante e o espaço a ser habitado, uma prática de percepção constantemente renovada pelas possibilidades que a própria paisagem oferece, lembrando que o movimento permite que outras paisagens sejam experimentadas e, conseqüentemente, novos conhecimentos sejam adquiridos.

⁵⁵ O conceito de ambiente, tal como é tratado por Ingold, se afasta da noção de natureza. Para o autor, um ambiente só existe se houver um organismo em relação à ele, sendo válida esta sentença se pensada também inversamente, isto é, um organismo só existe em relação a um ambiente. O mundo só pode ser pensado como natureza quando o ser humano não pertence a ele.

1.2 - TECENDO AS TRAJETÓRIAS DE RUA

Trajetoórias são formadas por movimentos que as compoem. As trajetórias de rua são pensadas e elaboradas por seus agentes como um emaranhado de fluxos que são movimentos e percursos. Viver na rua e habitá-la são práticas de produo de vida, mas não somente uma vida da qual são lhes restam a sobrevivência. Quando as vidas são pensadas pela carência material, pobreza e exclusão, tornam-se alvos de mútiplos agenciamentos que atuam como produtores de novas vidas e, por consequência, de novos sujeitos. As vidas de rua, por serem concebidas dentro de uma gramática da exclusão social, são comumente julgadas como não-vidas, já que a vida, alvo de atuao do biopoder, é pensada como um conceito radicado em pressupostos de direitos civis e sociais. Uma vida excluída de direitos sociais torna-se um alvo de intervenes que atuam como vetores produtores de uma nova vida. Quando as vidas são podem ser concebidas dentro de um sistema hegemônico de códigos, que não são as produzem mas ajustam-nas às formas de vidas ditas legítimas, nasce um conflito entre as subjetividades. Cabe, então, entender como formas de vidas situadas numa outra ordem de significados estão articuladas com códigos vigentes, pois na relao entre as duas ordens  possível reconhecer a natureza do conflito.

Habitar a rua é uma forma de vida indesejável, potencialmente perigosa, pois a rua tem sido historicamente marcada pela sua periculosidade e degenerao. Na tentativa de afastar-me de pressupostos estigmatizantes e dar voz aos meus interlocutores, recorri  noo de trajetória para detalhar as vidas produzidas a partir do contexto da rua.

Ao recorrer à noo de trajetória procurei ajustá-la ao contexto etnográfico, de modo que pudesse dar conta das pluralidades imanentes à rua. Uma dificuldade recorrente que encontrei na compreensão de tantas formas diferentes de vidas se deu na ordem prática de classificar atores diversos como protagonistas de um único fenômeno. Recorri  etnografia e, através dos dados, revê que as transformaes das trajetórias não poderiam ser explicadas por meio de uma classificao mais rígida entre uma situao ou outra, pois tal mecanismo analítico iria desconsiderar a agência do movimento que  o produtor das identidades.

Quando se trata de vidas tão estigmatizadas pela pobreza, o sujeito é subjugado à passividade, torna-se produto e vítima de uma estrutura social que o coage. Embora as vidas na rua estejam expostas a inúmeros mecanismos de coerção, o lugar o sujeito não pode ser completamente reduzido, pois ele atua como agente dentro deste processo. A noção de trajetória demonstra com mais clareza como a atuação dos sujeitos é revelada nas falas dos interlocutores.

Sem perder de vista a noção de movimento que é o princípio central da vida nas ruas, as trajetórias só podem ser pensadas vinculadas ao movimento que lhes dão origem. Deste modo, as trajetórias são como rastros dos movimentos e caminhos percorridos. Como a própria identidade é produzida pelo movimento realizado, tal como foi exposto nos casos dos *trecheiros* e *pardais*, as mudanças entre uma e outra, fato corriqueiro no universo da rua, indicam como as trajetórias são repletas de variações. Uma etnografia das trajetórias privilegia as gramáticas dos movimentos, as possibilidades de transformação de um movimento em outro e, principalmente, o percurso percorrido pelo agente.

Como a trajetória de rua possui uma natureza mutável, foi preciso descartar a categoria grupo, uma vez que na rua não há uma representação coletiva que englobe os atores que nela habitam. Portanto as categorias grupo ou identidade estariam sobrecodificando as trajetórias de rua.

Como a rua tem sido caracterizada como o lugar do anonimato e da não-vida, as vidas de rua são retratadas parecendo estar a esmo, numa luta constante pela sobrevivência. Contudo, pude contrastar esta visão fatalista com o conceito nativo de rua. Nas narrativas, a rua apresenta possibilidades novas para aqueles que já romperam com o seu passado e buscam novas vidas numa outra ordem de significação. Apoiada nesta chave de entendimento, as contribuições de uma antropologia das linhas pareceram-me enriquecer a etnografia de modo particular. Ingold (2007) relata sobre diferentes tipos de percursos, apóia-se em exemplos etnográficos bastantes diversos para enriquecer a análise. Para os Inuit, etnia das regiões árticas do Canadá, Groenlândia e Alasca, todo movimento que um sujeito realiza no espaço torna-se uma linha. Assim, para eles a noção de produção de linhas é bastante útil para realizar caça de animais ou mesmo encontrar alguém perdido. O percurso do viajante é formado pelo movimento pois uma linha de viagem (*line of travel*) é inscrita na superfície. Retomando o exemplo dos Inuit, Ingold complementa: “(...) for its Inuit inhabitants travelling ... was not a transitional activity between one place and

another, but a way of being.” (*ibid* : 76).

O movimento tem sido entendido como um mero mecanismo de locomoção entre um ponto e outro. Um viajante engaja-se em seu movimento e experimenta o mundo por meio dele: “life happens while travelling.” (*ibid*: 76). No próprio movimento o viajante conhece o mundo que a ele se apresenta, já que o conhecimento é integrado ao longo do caminho. Baseado na relação entre conhecimento e percepção, Ingold argumenta que a prática do viajante é aquela que habita o mundo⁵⁶. Trata-se de um sistema de conhecimento no qual o caminho do movimento é a própria forma de apreensão do mundo. O mundo a ser habitado é formado por um emaranhado de caminhos, por meio do qual é possível percorrer por percursos muitos diferentes entre si pois inúmeras possibilidades são apresentadas ao viajante cotidianamente.

O caminho também marca a constituição de suas histórias, assim como comenta o autor. No norte da Sibéria, o povo Khanty utiliza a palavra *story* no mesmo sentido de *way* (caminho), como um caminho a ser percorrido. Ingold acrescenta ainda que assim como a viagem é lembrada pelo caminho que se percorre, quando escrita, uma linha de escrita é traçada para reconstituir a viagem através dos trajetos que foram percorridos.

Deste modo, o movimento permite criar linhas, histórias, conhecimento e vida. No entanto, as linhas traçadas no percurso e aquelas que indicam novos caminhos a serem percorridos no universo da rua não formam uma rede de linhas (*network*)⁵⁷ já que esta é ligada por pontos – conectores que indicam os pontos de paradas. Um viajante se desloca de uma linha a outra por meio de uma teia de linhas interconectadas, como um emaranhado (*meshwork*) de traços interligados: “the lines of the meshwork are the trails *along* wich life is lived.” (INGOLD 2007: 81). O percurso de um viajante não possui começo nem fim, todo o lugar a ser conhecido é passível de ser habitado.

Veremos em seguida como as trajetórias podem percorrer pelo emaranhado de

⁵⁶ Um outro tipo de movimento chamado de *line of transport*, diferente de *line of travelling*, é relatado por Ingold como uma linha que se conecta por pontos, na qual cada um deles é um ponto de parada. Este tipo de deslocamento possui um destino final, diferente da linha de viagem. “For the transport traveller and his baggage, by contrast, every destination is a terminus, every port a point of re-entry into a world from which he has been temporally exiled whilst in transit. This point marks a moment not of tension but of completion. Here is a further example to illustrate the contrast, which also shows how the two modalities of travel may operate side by side in a delicate balance.” (INGOLD 2007: 77).

⁵⁷ A rede (*network*) da qual Ingold se refere é uma noção contemporânea cuja formação é um complexo de pontos interligados. A noção de rede é utilizada para pensar o sistema de transporte, comunicação e especialmente a tecnologia da informação. (INGOLD 2007: 80).

linhas que coexistem nas ruas. Seria impossível enumerar aqui as possibilidades a serem traçadas, uma vez que cada desvio, mudança ou transformação no percurso são avaliados pontualmente, caso a caso, segundo a expectativa do sujeito e as possibilidades que lhes são apresentadas.

Todas as trajetórias estão abertas a novas configurações, característica que marca sua marginalização no sistema hegemônico justamente porque não ocupam um lugar específico no tecido social. As trajetórias de rua transitam por uma rede de significados na qual a ocupação em um ponto específico é sempre provisória, por isso possuem um caráter sempre fragmentário e mutável.

Assim como o *trecheiro* tem seus pontos de paradas, e pode virar *pardal*, migrante, albergado; um *pardal* pode igualmente cair no *trecho*, ser migrante, albergado, ou voltar para casa dos familiares. Um mesmo sujeito pode experimentar inúmeras mudanças em suas trajetórias. Como todas as possibilidades são avaliadas, é preciso não perder de vista que a possibilidade de se traçar uma trajetória de institucionalização, aquela marcada pela inserção nas esferas institucionais normativas, é igualmente pensada como uma possibilidade para se viver nas ruas. Muitos dos *pardais* que permanecem na cidade de São Carlos podem inserir-se na malha institucional (CREAS e Albergue) e, então, um outro tipo de movimento é produzido: o deslocamento pela rede institucional. Como veremos no capítulo dedicado à rede institucional (Capítulo 3), a entrada nas instituições, que ocorre por escolha pessoal ou através das capturas institucionais, produz um itinerário de deslocamento por várias instituições. São realizados encaminhamentos para rede de saúde para qualquer tratamento que seja, como ocorre nos casos de doenças mentais, abuso de álcool e *drogas*, problemas cardíacos, respiratórios, entre tantos outros; encaminhamentos para a rede de educação nos casos em que o usuário pretende fazer cursos profissionalizantes, ou senão, pretende terminar o ensino fundamental ou médio. Além destes deslocamentos, o circuito institucional comporta uma infra-estrutura de acolhimento no período do dia, como é o caso do CREAS, e o acolhimento noturno, o Albergue Noturno. Entrar na rede ou sair dela também faz parte da mutabilidade destas trajetórias e, assim, um sujeito pode frequentar o CREAS durante um determinado período e depois não retornar mais. São muito frequentes os casos em que o sujeito deixa de frequentar o CREAS e passa a ficar nas ruas, ou cai no *trecho*, ou volta para a casa da família e, depois de um tempo, volta para o CREAS novamente. No Albergue, as entradas e saídas operam sob a mesma lógica. Estes deslocamentos não ocorrem somente com os *pardais* e há casos em que o *trecheiro* permanece na cidade por

algum tempo e passa a frequentar estas instituições.

Através das inúmeras possibilidades de caminhos a serem seguidos, veremos de que maneira uma trajetória de rua pode ser constituída, seja caindo no *trecho*, *aninhando-se* num único *trecho*, entre as *bancas* ou sem elas, imerso na rede institucional ou fora dela. Neste conjunto de possibilidades, procuro analisar a forma como o sujeito se pensa produzindo sua própria trajetória, ou melhor, como o sujeito produz sua própria pessoa, diferente daquele sujeito que rompeu com a instituição familiar. Reúno as possibilidades de produção de trajetórias em três modelos que operam apenas como um recurso analítico para avaliarmos as relações que se estabelecem com outros atores e com a própria cidade e as reverberações nas trajetórias pessoais. Contudo, uma forma de produção de trajetória não elimina a possibilidade de outra ser adotada, em outras palavras, um sujeito membro de uma *banca* pode virar um sujeito sem *banca*, um *trecheiro* pode aninhar-se na cidade e entrar para uma *banca* ou não entrar para nenhuma delas. As transformações continuam se fazendo presentes no processo de produção de sujeito. Procuo identificar neste jogo de relações como um sujeito acessa redes de relações distintas em cada um destes modelos, fato que me permitiu distinguí-las entre si. Identifico nestas redes alguns elementos que promovem a *pardalização* e aqueles que promovem a *trecheirização*, sendo estes apenas fatos que transformam o movimento das trajetórias de ruas.

A) VIVER EM BANCA

As *bancas* são agrupamentos de sujeitos que se territorializam num espaço. Formadas por uma complexa interação entre os seus membros, as *bancas* não são estáticas e segundo este critério é possível afirmar que elas não se configuram como um grupo. Elas se reconfiguram constantemente pois muitos membros vão embora da cidade e novos integrantes chegam nas *bancas*. Como, então, é possível a formação de *bancas*? Se existem trajetórias de rua tão fugazes, como as *bancas* continuam existindo? As *bancas* aproximam-se da noção de bando, estudado por Jacques Meunier (1978) entre os *gaminos* de Bogotá. Também chamados de

galladas, os bandos é um modo de organização dos *gaminos*, baseado num estatuto que é sempre revisto por eles mesmos e um código de honra baseado na violência. As *galladas* são formadas por um número variável de 5 a 10 membros que exercem vigilância em suas fronteiras, geralmente áreas de mendicância e roubos. Jacques Meunier diz ser a estrutura de uma *gallada* espontânea e incontrolada, como uma nebulosa: “a *gallada* era antes de tudo um território. Uma zona de operações” (MEUNIER, 1978: 104). A *gallada* faz parte da busca do *gamino*, existe nele e por ele: “é como se, com a *gallada*, ela descobrisse a existência de um segundo mundo dentro de seu universo de miséria” (*ibid*: 112).

Muito próxima à noção de *galladas*, uma *banca* não é formada somente por *trecheiros* e *pardais*, outros atores são incorporados (e também desvinculados) cotidianamente do círculo de convivência. O que estipula a entrada de um sujeito na *banca* não são as trajetórias de rua mas as interações ocasionais que a *banca* permite.

Um dia chuvoso em São Carlos. Eu andava pela cidade à procura de novas *banças*. No céu se armava um temporal. Saí correndo pelas ruas em busca de um lugar coberto para me proteger da chuva. Cheguei até a Estação Ferroviária e de longe avistei um grupo com uma garrafa *pet* e um cachorro entre eles, num dos poucos locais cobertos. Certamente esta seria uma *banca*. Aproximei-me deles, acendi um cigarro e permaneci ali como quem quer se acalmar depois de uma corrida frenética contra a chuva. Conversei um pouco com os rapazes. Minutos depois, uma mulher que também parecia estar fugindo da chuva juntou-se a nós. Depois de trocarmos algumas palavras, ela continuou sua caminhada. Depois de um tempo conversando, vi um dos rapazes *mangueando*, fato que comprovou minha hipótese da *banca*. Os rapazes da *banca* me disseram que a mulher que se juntou a nós sempre aparecia por ali e, de acordo com que me falaram, seria provável que ela tivesse desconfiada da minha presença entre os homens e aproximou-se para verificar quais eram as minhas intenções.

Este caso retrata como as interações são tão dinâmicas quanto a própria vida na rua. Assim como no caso desta mulher, que não está em situação de rua e tem um convívio frequente com a *banca*, outros inúmeros casos mostram como a integração de novos membros é realizada. Há muitos casos em que mulheres acabam frequentando as *banças* para conseguirem o *crack* com os outros membros. Alguns interlocutores relatam que são frequentes os casos em que as mulheres, sem dinheiro para comprar a *droga*, fazem programa de prostituição entre as *banças*.

Muitos sujeitos se juntam às *bancas* para passarem o dia bebendo *pinga*. Nas *bancas*, o consumo de *pinga* é feito coletivamente, assim, a garrafa com o destilado circula por todos os sujeitos, cada um dando um gole até que a bebida acabe. A bebida é comprada através de um rateio que é feito entre aqueles que querem ou podem contribuir, mas todos podem beber a *pinga* igualmente. Numa das *bancas* da cidade encontrei um rapaz que possui residência em São Carlos, mas durante o dia frequenta a *banca*, onde bebe *pinga* com os seus companheiros. Durante a noite, volta para sua casa, pois afirma que não é um morador de rua. A mesma lógica de diferenciação entre os atores, fato constatado entre os *trecheiros* e *pardais*, ocorre no caso deste rapaz. Embora seja facilmente confundido com a população de rua (aos olhos dos munícipes e das instituições de acolhimento), uma vez que está inserido numa *banca*, a diferenciação entre sua trajetória e outras é concebida, por ele mesmo, por uma junção de elementos fragmentários, como ocorre em todos os casos, segundo os quais são eleitos alguns critérios que permitem singularizar e diferenciar sua trajetória.

A convivência estabelecida numa *banca* pode também permitir que alguns sujeitos com vínculos familiares não rompidos permaneçam neste circuito para fumarem maconha ou crack. A maconha é fumada em roda, o cigarro passa por todos aqueles que desejem fumar até que o mesmo se acabe. A maior parte das *bancas* consome a maconha com bastante frequência, e geralmente fumam o cigarro em lugares públicos, o que facilita bastante a entrada de um sujeito para a *banca* caso queira consumir a substância. No caso do crack, o consumo não é feito em locais públicos. A *banca* se reúne em algum *mocó* para fumar. Igualmente, não há restrições para a entrada do sujeito na *banca* que deseje fazer uso da substância.

Através do convívio nas *bancas* o sujeito é inserido numa rede de relações específica e, neste sentido, as *bancas* são como zonas de interconexão entre diversos atores que acabam cruzando suas trajetórias no espaço da rua.

A *banca* pode continuar existindo no território onde foi criada, no entanto, os membros são gradualmente renovados. Assim, o território continua existindo, com seus códigos de funcionamento, mas seus membros podem ser atualizados, como bem vimos, as trajetórias de rua transformam-se repetidas vezes. Neste sentido, a *banca* é como um território, como Deleuze e Guattari o define, repleto de uma subjetividade coletiva que o delimita, deste modo, não há nada fora dele, todos seus códigos são criados nela mesma.

Ao mesmo tempo em que uma *banca* possui critérios para sua diferenciação das outras, vale notar que um membro não traça sua trajetória somente por meio deste convívio, isto porque cada trajetória só pode ser constituída pelo próprio sujeito. O pertencimento a uma *banca* é entendido como uma tática de rua já que a partir da *banca* se obtém ajuda, compartilhamento e proteção mútuas entre os membros. No entanto, as relações travadas entre os membros são em sua maioria circunstanciais e transitórias e, como se sabe, cada trajetória segue seu rumo.

No convívio das *bancas*, a categoria *correria* é de extrema importância para o estabelecimento do *respeito* entre os sujeitos. *Correria* diz respeito aos mecanismos de aquisição de dinheiro por meio de práticas tais como olhar carros, praticar furtos eventuais e trabalhos informais. Os bens compartilhados pela *banca* geralmente são bebidas alcoólicas, alimentos, *drogas*, bem como o dinheiro necessário para a realização destas trocas.

Não há uma obrigatoriedade em realizar as *correrias*, assim como todos os bens adquiridos são sempre vistos como contribuições bem-vindas. A *pinga* consumida nas *bancas* geralmente é adquirida através das *correrias*, ela é consumida pela grande maioria dos sujeitos, que se organizam em roda para longas conversas. Existe uma certa tolerância quanto a colaboração nas *correrias*, assim como não importa o quanto o sujeito colaborou, todos tem o direito tomar a *pinga* igualmente.

As *correrias* realizadas para a aquisição de algumas *drogas* como o crack e a maconha exigem a procura de *bocas* (ponto de venda dessas) e, quase sempre, são situações nas quais o sujeito está exposto ao risco de ser pego pela polícia. Este tipo de *correria* permite ao sujeito que obtenha mais *respeito* entre os companheiros.

É nessa partilha e troca de bens por meio da *correria* que se estabelece uma relação de *respeito* na *banca*. O termo *respeito* é de extrema importância para a organização da *banca*. A *correria* possui relação com o *respeito* à medida que quanto mais se contribui mais *respeito* se ganha na *banca*. É diante desta dinâmica de trocas, seja num *trecho*, ou em diversos deles, que os interlocutores afirmam: “ninguém passa fome aqui, um olha pelo outro”.

O *respeito* é uma relação travada entre os membros da *banca* que prevê certos comportamentos a serem seguidos, senão o *respeito* é quebrado e um membro pode ser expulso da *banca*. Enquanto um código dinâmico e instável, o *respeito* é sempre atualizado à medida que novos membros são adicionados na *banca*. Vivendo em situações limítrofes entre a vida e a

morte, o julgamento alheio é sempre mal visto e pode quebrar com o *respeito*. Além disso, por estar exposto a inúmeros perigos, qualquer sujeito na rua pode encontrar-se diante de situações delicadas, em que o próprio sujeito é juiz de sua consciência. O *cagueta* é aquele que se coloca numa posição de julgamento e entrega o companheiro de rua. Esta postura é condenada na rua e rompe com o *respeito* porque, segundo os relatos, cada um cuida de si. Na rua, os sujeitos são julgados a todo momento pelo seu passado, seja nos *mangueios*, seja nas instituições que os atendem. Como parte deste código ético, os companheiros de rua devem preservar a escolha pessoal de cada um, até mesmo porque, numa *banca* todos são considerados como iguais.

Como a grande maioria das *banças* é formada por homens, as mulheres são sempre alvo de disputa entre eles. Uma outra forma de romper com o *respeito* ocorre nos casos de disputas e brigas pelas mulheres da *banca*. As mulheres devem indicar seu interesse a algum sujeito para que a aproximação não seja entendida fora dos limites do *respeito* estabelecido. Quando não há um interesse prévio e mesmo assim o sujeito a aborda, o *respeito* é quebrado. O *respeito* em relação às mulheres é fundamental para mantê-las nas *banças* e regular os comportamentos em torno de suas disputas, como me contam, as mulheres são sempre vítimas de atentados de estupros seja por um membro de outra *banca* ou de sua própria *banca*. Acompanhei um caso em que um dos membros da *banca* fez algumas insinuações sensuais a uma das mulheres, que estava interessada em um outro rapaz. Esta atitude foi entendida como quebra de *respeito*, como forma de punição toda a *banca* espancou o sujeito por ter extrapolado o código de *respeito*.

Segundo os relatos de campo, meus interlocutores afirmam que não existe chefe numa *banca*, e, desta forma, parece não haver formas de hierarquização. No entanto, é possível acumular *respeito*, que parece estar mais ligado ao prestígio pessoal adquirido⁵⁸. O *respeito* deve ser continuamente conquistado e mantido em torno da trajetória do sujeito. Quando um sujeito possui um histórico de contribuições de *correrias*, está sempre em alerta com o *respeito* e, principalmente, está atento à proteção dos membros contra qualquer ameaça, é possível conseguir uma posição de prestígio na *banca*.

⁵⁸ Este dado de campo foi colhido entre a *banca* do Albergue, que manteve um contato mais aproximado e duradouro. Não pude comparar esta informação com outras *banças* uma vez que mantive um contato mais restrito entre as outras. É possível que em algumas *banças* haja formas de diferenciação entre os membros e talvez a figura de um chefe. Conversando com o Chefe de Divisão do CREAS, Luciano Oliveira, foi-me dito que a figura do chefe aparece em outras *banças*. Sem informações mais concretas, deixo em aberto esta questão que poderá ser retomada em outros trabalhos.

O *respeito* não parece estar ligado às normas de conduta, uma vez que estas prevêm uma espécie de contrato entre as partes. Mais próximo à noção de instrução sobre as condutas, o *respeito* pode ser melhor analisado sob a luz de estudos das relações prisionais paulista, no qual o *proceder*⁵⁹ é uma categoria que indica recomendações que atravessam toda a experiência prisional. Adalton Marques (2009) analisa em profundidade a dinâmica do *proceder* enquanto uma categoria capaz de delimitar instruções e procedimentos de conduta. Num primeiro caso, o *proceder* é utilizado como um substantivo, assim se diz “o *proceder*”. Neste caso, o *proceder*-substantivo é um conjunto de coisas tidas como “certas”, dentro de um regime de relações. Já num segundo caso, o *proceder* está ligado a um atributo do sujeito no qual delimita aqueles que tem *proceder* e aqueles que não o tem. O *proceder* tido como atributo, está ligado a uma disposição quanto a um respeito específico, uma atitude inspirada nas recomendações de condutas.

O ‘*proceder*’ enquanto substantivo, portanto, alcança essa complexa relação entre “respeito”, “conduta” e “atitude”. Já do “*proceder*” enquanto atributo, de modo diverso, se refere a essa consonância de um sujeito com o “*proceder*”-substantivo. Um preso nessa condição é considerado “cara de *proceder*”, “sujeito homem”, “ladrão” etc, possuindo, portanto, os requisitos para viver no espaço da prisão denominado “convívio”. No mesmo sentido (enquanto atributo), mas tomando o exemplo contrário, o “*proceder*” é aquilo que falta ao sujeito que é exilado no espaço carcerário denominado “seguro” ou morto durante um “debate” (MARQUES, 2009: 28).

O *proceder* é capaz de delimitar os espaços físicos e morais das prisões. Enquanto o “convívio”, espaço que abarca todo o perímetro de circulação dos presos nas construções penais, é o local reservado àqueles que têm o *proceder*, o “seguro”, espaços reservados aos presos que pedem proteção à administração penal, é o lugar dos que não têm o *proceder*. A divisão espacial e moral nos espaços prisionais revela como o *proceder* é capaz de selecionar os circuitos de convivialidade, acrescentando uma dimensão preeminente no caso das *banças*. O *respeito*, portanto, opera de modo análogo enquanto uma dinâmica altamente seletiva capaz de delimitar as condutas da *banca* e os circuitos de convivência.

⁵⁹ O *proceder* aparece em esferas sociais muito diversas, não somente nas prisões. Adalton Marques (2009) lembra alguns usos do *proceder* em futebol de várzea, nas letras de rap, nas pixações.

As *bancas* são organizadas pelo *respeito* e, somente por meio deste, é possível delimitar a interação e convivência dos membros. Deste modo, o *respeito* enquanto um procedimento de conduta é capaz de operacionalizar a organização de uma *banca*, torná-la uma zona de interconexão entre pessoas, sempre mediada por um conjunto de instruções negociadas, no qual a própria dinâmica permite selecionar convivências e, acima de tudo, preservar um estatuto de igualdade entre os membros.

Numa *banca* podem conviver sujeitos que não possuem trajetórias de rua, como são os casos de muitos sujeitos que permanecem junto às *bancas* e retornam às suas casas frequentemente. Aqui, a trajetória de rua não é a condição preeminente para inserir-se neste circuito de interação, ao contrário, nas *bancas* são permitidas algumas práticas que só podem ser intermediadas neste contexto. São comuns os casos de sujeitos sem trajetória de rua que se juntam às *bancas* para beberem *pinga*, consumirem algumas *drogas*, frequentarem os *mocós*. Como a dinâmica das *bancas* não está restrita aos sujeitos com trajetórias de rua, o gerenciamento das relações ocorre espontaneamente entre aqueles que buscam redes de socialidades parecidas. É possível reconhecer uma *banca* através do número que pessoas que permanecem num espaço público para conversar, beber *pinga*, fumar maconha. Para participar, apenas, de uma *banca* basta sentar-se junto a ela, compartilhar a *pinga*, contribuir no rateio, doar cigarros. Isto não significa que o sujeito passa a pertencer automaticamente a uma *banca* uma vez que o pertencimento só ocorre quando se passa a frequentá-la constantemente e, sobretudo, compartilhar e seguir as instruções de conduta previstas no *respeito*. Deste modo, para aqueles sujeitos que buscam fora do espaço privado redes de socialidades voltadas para o uso de *drogas*, encontram nas *bancas* uma coletividade ideal para tal prática.

Num outro aspecto, existem outras redes de sociabilidade em que os membros da *banca* podem se inserir. Conversando com uma *banca* perto da Estação Ferroviária de São Carlos, contaram-me que algum tempo atrás havia um hotel abandonado pela redondeza. Durante alguns meses o hotel tornou-se o ponto de encontro de diversos atores. Este local foi apropriado por *trecheiros*, *pardais*, prostitutas, traficantes de drogas, que durante a noite, permaneciam no local para usar e vender drogas, fazer programas de prostituição, beber *pinga*. O local só passou a ser policiado quando a vizinhança denunciou à guarda local. Posteriormente, o hotel foi interdito e demolido. A narrativa evoca como sujeitos com engajamentos parecidos podem

cruzar suas trajetórias, neste caso, a apropriação do hotel indica a mediação de experiências e práticas que no local eram permitidos e desejados por todos.

O consumo de *drogas* é bastante comum nas *bancas*, não à toa, o uso destas substâncias nas ruas permite uma socialização entre os usuários de *drogas* e criação de vínculos com os mesmos. Um dia em campo com meus colegas pesquisadores, um membro da *banca* que ainda não nos conhecia, procurou-nos na tentativa de vender uns cigarros de maconha. Depois que falamos sobre nossas pesquisas, o rapaz desculpou-se pois havia se enganado ao pensar que estávamos na *banca* à procura de *drogas*.

Embora haja um estigma de marginalização dos usos de *drogas* nos espaços públicos, meus interlocutores afirmam que nos espaços privados a prática é ainda mais estigmatizada, quase sempre é motivo de muitas brigas familiares.

Numa discussão sobre família, Donzelot (1986) nos dá algumas pistas para pensar a repressão familiar, fato que é relatado pelos meus interlocutores como um dos principais motivos para a ruptura familiar. Donzelot faz uma genealogia das transformações familiares durante os séculos, como vetores de mutações que operaram no domínio familiar. A implantação do médico da família transforma a moradia familiar em um espaço programado e protegido, onde nasce um movimento de proteção à infância, cuja tutela permitiu controlar os vagabundos, os rebeldes, as fugas. Nesta aliança estratégica entre família e Estado se organizou uma rede de coerção e banimento social daqueles que estavam fora do regime familiar referencial. Um novo papel social fora dedicado à mulher, que passou a controlar as condutas e comportamentos de seu cônjuge e filhos, trazendo-os para dentro de casa e retirando-os dos cabarés e das ruas. A noção de educação é apresentada na esfera doméstica através da aliança entre a mulher e o médico, configurando uma vigilância constante da parentela. Vemos aqui uma estratégia estatal minuciosa que tem por objetivo construir uma ordem social estável, pensada a partir da família.

Se tomarmos a família como uma instância de regulação dos comportamentos e condutas, no qual a preocupação maior diz respeito à disciplina, à ordem e à obediência, notamos que a repressão em torno do ócio e dos vícios é ainda mais latente nas instâncias familiares do que nos espaços públicos e, com isso, seria possível inferir que as rupturas familiares estejam fortemente atreladas ao descompasso gerado no descumprimento da moral familiar.

Ao que se nota, através das *banças* é possível dar início a uma trajetória de rua, por meio da desvinculação familiar e constituição de novos vínculos nas ruas, o que geralmente ocorre como um processo gradual no qual a rua aparece como um espaço de intermediação para algumas práticas que já foram interdidas na experiência familiar. No entanto, quando se inicia a trajetória de rua não se pode delimitar suas táticas de cuidado de si somente nas *banças*, lembrando que cada sujeito cuida de si.

Um sujeito que pertence a uma *bança* é um sujeito que se constrói em relação com os outros membros da *bança*, e por isso, em relação com toda rede de sociabilidade que atravessa e forma este coletivo. A existência de uma *bança* depende somente das relações que a constituem e não de uma forma estática em si, ou de um território específico. Assim, um membro de uma *bança* pertence a ela porque as relações que nela são intermediadas o atravessam, mas, ao contrário, o membro não é parte de um todo coerente, até porque, os membros de uma *bança* podem ser renovados gradualmente e ela continua existindo. Pensando em termos correlatos, o pertencimento a uma *bança* não cristaliza identidades a seus membros porque ao mesmo tempo em que se faz parte de uma *bança* se produz um sujeito autônomo à ela.

A rede de socialidade que corta transversalmente uma *bança* produz conhecimentos que são indispensáveis para se viver nas ruas, produz um *conhecimento da rua*. Como veremos mais adiante (Capítulo 1.3), o *conhecimento da rua* é produzido à medida que as táticas de cuidados de si são bem aplicadas, justamente por que elas prevêm esquivas criativas de inúmeros mecanismos contraceptivos destas vidas.

Portanto, assim como as *banças* permitem a criação de vínculos com o mundo da rua, permitem a apreensão de algumas táticas de rua que são fundamentais para que uma trajetória possa ser continuada, como bem se nota são táticas de apropriação dos espaços, de movimentação pelos *trechos*, de aquisição de alimentos e outros bens materiais. Deste modo, a iniciação das trajetórias de rua, independente da forma com a qual esta é feita, insere o sujeito num emaranhado de relações que atuam na produção de novos sujeitos mas também de novas trajetórias, das quais cada sujeito é protagonista de seu próprio percurso.

B) VIVER SEM BANCA

Assim como viver em *bancas* é uma das possibilidades de se viver nas ruas, viver sem *banca* também é parte de uma tática de rua. Como apontamos acima, existem vantagens e desvantagens de andar em muitos. “Sozinho é perigoso demais!”, afirma um deles. Na medida do possível, um protege o outro de atentados violentos (espancamentos, assassinatos, roubos). Por outro lado, não se pode confiar em ninguém. É muito frequente ocorrer as brigas de rua seja numa *banca* ou em diversas delas, por isso, muitos sujeitos afirmam que andar sozinho evita o envolvimento em brigas.

Os casos de expulsão das *bancas* também podem fazer com que um sujeito passe a andar sem *banca* na cidade, ou senão, ocorre a migração para outra *banca*. A expulsão geralmente ocorre quando o *respeito* é quebrado ou em brigas de rua⁶⁰.

Os casos em que os sujeitos vivem sem *banca* geralmente ocorrem quando se tem uma trajetória de rua mais prolongada e acaba se fixando numa única cidade. De modo geral, os mais idosos, assim classificados pelos meus interlocutores, preferem manter-se afastados das *bancas*. Nestes casos, existe a preferência pelo consumo da *pinga* e não de outras *drogas* pelos mais idosos. Como as *bancas* permitem que o consumo de algumas *drogas* seja coletivo, os não adeptos preferem não participar das rodas. Existe uma cisão entre os mais idosos e os mais jovens, não só pelo fato do corpo idoso estar mais debilitado pelo avanço da idade, mas, sobretudo, pela distinção moral, feita pelos mais velhos, entre a *pinga* e outras *drogas*. A primeira é considerada uma *droga* mas possui a característica de ser lícita, sendo que as outras *drogas* estão vinculadas ao crime organizado. Para os idosos, o envolvimento com o mundo do crime é visto com bastante estigma isto porque alguns deles já abandonaram o uso de certas *drogas* ou senão nunca mantiveram uma prática de uso de *drogas* ilícitas.

Quando o tempo de rua é maior e os sujeitos já percorreram outras trajetórias, é preferível andar sem *banca* porque o corpo já está bastante debilitado pela movimentação, pelos atropelamentos ou cirurgias médicas. Muitos deles só conseguem se locomover com a ajuda de

⁶⁰ Sobre as brigas de rua ver Capítulo 2.1 – **Vigilâncias para si.**

bengala, andador ou muletas. Nestes casos, seu circuito de convivência se limita aos espaços institucionais ou então em territórios singularizados. Os mais velhos que não possuem dificuldade para se deslocar circulam pelas ruas ocasionalmente para a realização do *mangueio*, procuram estabelecimentos comerciais para aquisição de alimentos, recorrem às instituições durante a noite para não dormirem nas ruas.

Com a inauguração do CREAS, alguns sujeitos passaram a frequentar a instituição cotidianamente, não estão mais inseridos nas *banças* que são compostas por uma faixa etária mais jovem. Este perfil recorre à instituição onde são ofertadas três alimentações diárias. É comum os sujeitos realizarem suas refeições no CREAS e saírem ocasionalmente para as ruas para fazerem o *mangueio*, cujo dinheiro é utilizado para tomar *pinga*.

Um outro perfil que está presente no CREAS e constituem suas trajetórias sem *banca* são os casos em que os sujeitos conseguem aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada⁶¹. Geralmente com idade mais avançada ou com algum problema de saúde que lhes impedem de trabalhar, estes sujeitos geralmente permanecem no CREAS durante o dia e no Albergue durante a noite.

Aqueles que estão em busca de trabalho ou estão trabalhando, mesmo que seja de forma informal, também evitam andar em *banca*. O discurso do trabalho aparece com frequência nas falas daqueles que se fixam nas cidades, para os que ainda têm expectativas de sair da rua. Embora muitos deles consigam empregos e os deixem, o valor do trabalho permanece com igual importância. O discurso é importante para quando os sujeitos se fixam nas cidades – levando a crer que a ideia de trabalho é mais importante que o trabalho em si, como veremos a seguir. Uma divisão clara entre aqueles que vivem do *mangueio* e aqueles que procuram trabalho aparece neste tipo de trajetória. A *banca* é referida, neste caso, como o local dos vagabundos, dos bêbados e drogados.

⁶¹ É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos a renda *per capita* familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação. Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), compete a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/ptecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>

Alguns *trecheiros* que permanecem na cidade apenas por alguns dias, também preferem ficar sem *banca* pelas ruas. Não são todos os casos, como já vimos muitos *trecheiros* ingressam em *bancas*, no entanto, alguns *trecheiros* preferem não manter nenhum vínculo com a cidade. Nestes casos, o *trecheiro* entra na cidade através do Albergue, permanece nas ruas durante o dia e logo já segue caminho pelo *trecho*, através do recebimento de passagens rodoviárias oferecidas pelo Albergue.

Assim como a disposição para a procura de trabalho pode singularizar e marcar uma diferenciação moral entre outras trajetórias, a disposição para abandonar a *pinga* e as *drogas* também são fatores determinantes para um sujeito viver sem *banca* na cidade. As rodas de *pingas* são sempre um estímulo para tomar mais um gole, então, evita-se fazer parte das *bancas* para que se torne mais fácil interromper a prática.

Outro caso de singularização das trajetórias ocorre quando o sujeito vai morar em pensão. Embora não estejam mais em situação de rua, geralmente, nestes casos os sujeitos podem continuar frequentando os espaços do CREAS para a realização de suas refeições.

Aqueles que andam sem *banca* não estão exatamente apartados da convivência com outros, mas procuram engajar-se em suas trajetórias por si mesmos. Como vimos, o sujeito acessa redes de sociabilidade diferentes das que a *banca* é atravessada, por isso, a apreensão do *conhecimento da rua* ocorre através das experiências vividas pelo próprio sujeito, assim, ele pode desenvolver táticas próprias para mapear um *mocó* ou um local para o *mangueio*, entre tantas outras táticas para se viver nas ruas. Vale notar que uma trajetória sem *banca* pode ser uma escolha pessoal mas também pode ser fruto de uma expulsão do membro de uma *banca*, cujo *respeito* fora quebrado. No entanto, esta forma de estar/ser nas ruas não elimina a possibilidade de sua mutação até porque não há nada que os impeça de serem inseridos numa outra rede de socialidade.

C) **VIVER NO TRECHO**

As trajetórias de rua concebidas pelo movimento itinerante são vividas pelos *trecheiros* e pelos *andarilhos*. O *andarilho* é uma variação do *trecheiro*, caminha a pé pelas estradas, atravessando cidades e estados. Estes usufruem dos atendimentos dos Albergues Noturnos, porém não utilizam as passagens de ônibus para se deslocarem pelas cidades⁶².

O ato de caminhar configura-se de dois modos: andar a pé pelas estradas ou utilizar os serviços de passagens dos Albergues. A caminhada é realizada por aqueles que não recorrem às instituições uma vez que é preciso apresentar-se na instituição e esperar até o dia programado à entrega de passagens para que sua caminhada continue. Os destinos estabelecidos pelo Albergue de São Carlos são quatro: Araraquara, Itirapina, Porto Ferreira, Descalvado. Um *andarilho* que encontrei em campo afirma que é preciso esperar até o dia seguinte, desde sua entrada na instituição, para que sua passagem seja liberada pelo Albergue e como os destinos são bem próximos é preferível pegar a estrada. Este *andarilho* se preparava para ir até Araraquara, cidade localizada a 36 km de distância de São Carlos.

Tive contato com um *pardal* de São Carlos que já havia sido *andarilho* em sua trajetória de rua. Andou por muitas estradas do estado de São Paulo e disse-me que chegou até o Rio de Janeiro à pé. Para caminhar pela estrada é preciso ter cuidado. Não se deve andar no mesmo sentido dos veículos já que é comum os caminhoneiros não conseguirem enxergar os *andarilhos* na estrada. Quando se está muito cansado, qualquer moita pode lhes servir de abrigo. É preferível andar pelas estradas durante o dia, sendo que à noite, pela dificuldade de enxergar a estrada, a probabilidade de serem atropelados é maior. Portanto, é preferível descansar durante a noite, em qualquer esconderijo que seja, e caminhar durante o dia.

O *andarilho* está exposto a inúmeros perigos nas estradas, seja por atropelamentos ou assaltos. Por isso, os mais cuidadosos advertem que é preferível programar suas paradas em cidades vizinhas. Quando a distância entre dois *trechos* é muito grande recomenda-se parar em algum Albergue Noturno, pegar a passagem e continuar seguindo caminho pelo *trecho*. Aqueles que não recorrem aos Albergues programam suas caminhadas até chegar a um posto de gasolina à beira da estrada, ou senão um posto de gasolina de alguma cidade de seu percurso. Este ponto de parada é considerado o lugar mais seguro para o abrigo, além disso, no posto é possível fazer alguns *bicos* para conseguirem dinheiro. Um interlocutor contou-me que quando estava no *trecho*

⁶² Sobre a política das passagens nos Albergues, será comentada no Capítulo 3.2 – **No Albergue Noturno**.

permaneceu fixado num posto de gasolina durante um mês. Perto do estabelecimento havia uma borracharia cujo proprietário dava-lhe comida e alguns trocados para que ele fosse seu ajudante.

Quando se está na estrada a possibilidade de pegar carona pode ajudar a poupar esforços da caminhada. Uma *trecheira* contou-me que passou três meses *pingando* por *trechos* diferentes. Em meio a sua caminhada, conseguiu uma carona com um caminhoneiro que tinha o destino marcado para Mato Grosso do Sul. Assim, aproveitando a carona, ela também foi até o destino programado pelo caminhoneiro, permaneceu no local por algum tempo e depois voltou para São Carlos *pingando* de *trecho* em *trecho* segundo os destinos previamente marcados pelos Albergues por onde passou.

Os momentos de parada de um *andarilho* ou *trecheiro* ocorrem geralmente para conseguirem dinheiro. Como no caso de um *andarilho* que permaneceu parado no posto de gasolina por um mês, outros casos de parada são descritos pela fixação na cidade. Como o *trecheiro* é obrigado a pegar a passagem quando entra no Albergue, uma das táticas para a fixação territorial na cidade é não recorrer à instituição. Nestes casos, o *trecheiro* deve dormir na rua para que a instituição não tenha conhecimento de sua permanência. As paradas são pensadas pontualmente pelo *trecheiro* que avalia se a cidade é mais ou menos violenta, ou se nela existe a possibilidade de trabalhos mesmo que informais.

Ao chegar na cidade, o *trecheiro* deve informar-se sobre a estrutura de acolhimento aos itinerantes. Geralmente inserem-se nas *bancas* para colher este tipo de informação. Alguns *trecheiros* conhecem a rede assistencial de várias cidades, justamente porque procuram estas informações com os *pardais* da cidade. São avaliados os procedimentos de acolhimento no Albergue, o tempo de permanência nesta instituição, os serviços prestados por outras instituições de assistência (doação de roupas e alimentos), política de atendimento à população de rua. Muitos *trecheiros* prestam informações sobre outras cidades àqueles que o desejam saber, sendo que alguns deles estão muito bem informados sobre toda a estrutura e política de atendimento.

Na cidade de Campinas, informaram-me que não existe mais o fornecimento de passagens. Ao passar pelo Albergue da cidade, o *trecheiro* deve informar o nome de algum conhecido (não é necessário ter uma relação de parentesco) para ser encaminhado à cidade onde

possuem algum tipo de vínculo. Segundo os relatos, é necessário fazer o *manguieio* para conseguir dinheiro suficiente para seguir pelo *trecho*, ou senão, caminhar pelas estradas.

Alguns casos de parada em São Carlos ocorreram com *trecheiros* que chegaram à cidade e ao tomarem conhecimento da rede assistencial, que inclui o CREAS e o Albergue, fizeram o pedido de novos documentos, justificando a necessidade de novas cópias para conseguirem trabalho formal. Quando se está esperando a entrega de documentos, o *trecheiro* pode permanecer na cidade até que os mesmos sejam liberados. Acompanhei um caso em que uma *trecheira* fez o pedido de novos documentos ao chegar em São Carlos. Enquanto não foram liberados, algo em torno de 15 dias, ela aproveitou para marcar consultas médicas no hospital municipal. Ao término dos 15 dias, ela não foi encaminhada para outras cidades uma vez que havia marcado as consultas médicas.

Saindo de São Carlos com o destino programado até São Paulo, pode-se levar uns quatro dias caso a trajetória seja feita pelo sistema de passagens dos Albergues. De São Carlos, o trajeto para seguir até São Paulo inclui pelo menos cinco cidades: Itirapina — Rio Claro — Limeira — Americana — Campinas, sendo que a última parada é em São Paulo. Dependendo do caso, de São Carlos se consegue ir até Rio Claro com destino direto para São Paulo. O trajeto depende em muitos casos das passagens que o Albergue providencia ao itinerante. Em cada Albergue que se pára, o *trecheiro* deve esperar até o dia de fornecimento das passagens, geralmente, no mesmo dia ou no dia seguinte. Neste período o *trecheiro* se movimenta pela cidade a fim de conseguir alguns trocados.

Há casos em que o *trecheiro* prefere parar na cidade por um período mais longo, e para isso deve dormir nas ruas de modo que não seja pego pela polícia ou pelos funcionários do Albergue, que realizam a ronda noturna para verificar quais pessoas estão na rua durante a noite⁶³, já que, se o for identificado, é encaminhado para uma outra cidade.

O grande problema de recorrer ao Albergue Noturno são os procedimentos burocráticos exigidos. Quando se apresentam no Albergue Noturno precisam ter em mãos alguns documentos, além de contar brevemente sua história e justificar o motivo pelo qual está de passagem na cidade. A história de vida cabe como um recurso para julgar as intenções e a trajetória do sujeito. É bem provável que muitas histórias não correspondam às suas trajetórias

⁶³ No Capítulo 3.2 - **No Albergue Noturno** será comentada a Ronda Noturna.

vividas, uma vez que toda informação colhida pode ser utilizada para intervenções que se julguem necessárias. Se existe algum vínculo familiar na cidade, a equipe do Albergue pode entrar em contato com a família e encaminhar o sujeito até eles. Em outros casos, é possível contatar os familiares em cidades vizinhas e encaminhá-los para seus parentes.

Geralmente, a caminhada destina-se à procura de novos empregos ou de possibilidades de sobrevivência em outras cidades. É comum os *trecheiros* utilizarem um discurso do trabalho para justificar suas caminhadas pelo *trecho*, além de ser um discurso pouco contestado nos Albergues. Um *trecheiro* consegue permanecer no Albergue alguns dias a mais do que o previsto quando se diz que tem a possibilidade de conseguir um emprego em São Carlos mas é preciso aguardar alguns dias até que ocorra a entrevista de emprego.

O *trecheiro* pára nas cidades que melhor oferecem oportunidades de sobrevivência ou de trabalhos. No entanto, estes trabalhos, na maioria das vezes, são informais. A rotatividade de empregos e a ocupação temporária em serviços remunerados retroalimenta o movimento itinerante.

Alguns *trecheiros* e *andarilhos* procuram viver nas cidades sem recorrer à malha institucional. Dormem nas ruas, tomam banho em lugares públicos, fazem o *mangueio*. Os locais de pernoite são variados. Para aqueles que preferem inserir-se nas *bancas*, há uma preferência em dormir nas ruas para o consumo de *drogas* e bebidas. Há aqueles que preferem pernoitar em Albergues noturnos, porém as condições precárias de infra-estrutura e higiene são reclamações constantes entre os usuários.

A vida no *trecho* é dotada de uma dinâmica de movimentações na qual um *trecho* é somente parte do caminho a ser percorrido. Os *trecheiros* organizam seu cotidiano por inúmeras táticas de movimentação mas, sobretudo, movem-se de acordo com as oportunidades que são apreendidas caso a caso. Brognoli (1999) acrescenta que a movimentação pelo *trecho* é dotada de uma apreensão dos códigos em proveito de sua mobilidade: “Tais efeitos de apropriação se obtêm através de um *modus operandi* cuja lógica é o emprego de táticas como guia de ações, forma privilegiada de operação para os que ocupam posição de inferioridade, constituindo uma tentativa incessante de retomar ou reapropriar-se do controle a partir deste ponto na hierarquia social” (*idem*: 81). Movendo-se de acordo com as possibilidades que lhes são apresentadas, um *trecheiro* pode transformar o seu movimento, caso deseje mudar sua rota.

Para que suas caminhadas não sofram intervenções institucionais, como são os casos dos Albergues que os despacham para qualquer cidade que seja, o *trecheiro* não recorre aos Albergues para dormir ou para viajar. Neste caso é preciso permanecer na cidade até que se consiga a quantia necessária de dinheiro para comprar suas passagens.

Para as mulheres que vivem no *trecho*, o estabelecimento de uma relação estável com o companheiro pode ser motivo para sua *pardalização*. A gravidez, por sua vez, é uma das questões mais problemáticas quando se está em situação de rua tanto para as pessoas que vivenciam na rua sua jornada quanto para a rede de acolhimento. A mulher gestante sempre sofre intervenções institucionais que as encaminham para rede de saúde para o acompanhamento de exames pré-natais. Com a gestação mais avançada, estas mulheres são impedidas de saírem do Albergue para que o parto ocorra nos hospitais e não na rua. Dois procedimentos são tomados para os casos de gravidez: 1) a gestante deve sair da rua; 2) a criança recém-nascida é encaminhada para o conselho tutelar.

Em São Carlos, a rede de acolhimento à população de rua possui uma infraestrutura interligada entre CREAS, Albergue e demais instituições de saúde e assistência. Nos casos de gravidez, o CREAS faz o encaminhamento da usuária para outras redes institucionais. Houve casos em que a gestante, já nos últimos meses de gestação, foi encaminhada para o CREAS para receber um apoio institucional que comporta os dois procedimentos já citados anteriormente. A gravidez gera inúmeros embates éticos, principalmente para os profissionais que trabalham no acolhimento, que diz respeito a estatuto de direito da criança em gestação. A primeira implicação diz respeito ao fato que a mulher em situação de rua não pode permanecer no Albergue com seu filho, pois a instituição é restrita àqueles que possuem a maioridade. Para a mulher, a vida nas ruas faz parte da gramática dos adultos e não das crianças. Uma *trecheira* me disse certa vez que seria impossível viver no *trecho* com os filhos. “Como eu vou andar pelo *trecho* com criança pra cuidar? Essa vida eu escolhi pra mim e pra mais ninguém”, enfatiza a *trecheira*.

Nos casos de gravidez que pude acompanhar, o CREAS procurou intervir no caso oferecendo à gestante algumas opções para sair das ruas, caso a mulher optasse por ficar com a guarda judicial do filho. A primeira opção para solucionar o caso é entrar em contato com a família da gestante e encaminhá-la até a casa dos pais ou de algum responsável. Uma outra opção

é encaminhá-la para abrigos de mães gestantes, onde sua permanência se estende até que a mãe possa voltar para casa de algum responsável. Em último caso, ou nos casos em que a gestante não concorde com as outras opções dadas, a criança recém-nascida é encaminhada para adoção logo após o parto.

Acompanhei um caso em que um casal voltou para a casa dos pais para poder criar o filho que estava sendo gestado. A princípio, o casal saiu das ruas para morar numa pensão já que o rapaz havia conseguido um emprego. Depois de um tempo, já desempregados, o casal optou por sair da pensão e pediu ajuda aos familiares.

Muitas das mulheres que possuem trajetória de rua já tiveram diversas gestações enquanto estiveram na rua. Embora seja um grande dilema não poder ficar com seus filhos, ainda assim poucas vezes são tomadas precauções para o controle de natalidade. O mais comum dos métodos, e mesmo assim pouco utilizado pelas mulheres, é o uso do preservativo. Conversando com algumas mulheres, perguntei-lhes sobre o que acham da maternidade. A resposta foi unânime: é a maior realização na vida de uma mulher. Disse-lhes que tinha dúvida quanto minha vontade de ser mãe. Elas retrucaram: como assim? Você vai morrer sem deixar nada pra este mundo?

A gravidez é vista como produção de vida, momento no qual a mulher se vê cumprindo seu dever mesmo que a maternidade não faça parte de sua trajetória de rua. Mesmo apartadas de elos sedentários, cuja condição parece ser uma escolha pessoal, a mulher vê na gravidez não a possibilidade de sedentarizar-se mas a perpetuação da vida.

Existem muitos casos de formação de casais na rua. Para alguns, o relacionamento pode vir a ser um motivo para sair das ruas. Geralmente, o processo de saída das ruas consiste na aquisição de um trabalho, cuja função é obrigatoriamente destinada aos homens, e a procura de uma casa, local reservado para as mulheres exercerem sua responsabilidade. Existem muitos casos em que os casais não querem sair das ruas, continuam a habitar os *mocós*, ou dormem no Albergue durante a noite, quando já são *pardais* da cidade. Não presenciei nenhum caso de formação de casal entre *trecheiros* que vivem *pingando* entre cidades. Acompanhei um caso de uma *trecheira* que veio até São Carlos para procurar um ex-namorado. Ao encontrá-lo, não seguiram pelo *trecho*, acabaram por se fixar na cidade por alguns meses.

O movimento do *trecheiro* está altamente vulnerável aos acasos de sua caminhada. Deste modo, a vida no *trecho* é a trajetória de rua de maior mobilidade, sendo que o próprio movimento pode constituir-se como o engajamento desta trajetória de rua. Há casos em que o *trecheiro* está no *trecho* há mais de 10 anos, outros em que já viveram no *trecho* tempo suficiente para estar desgastados com suas caminhadas, quando uma outra trajetória é iniciada.

Diferentemente do *trecheiro*, o migrante possui um rumo pré-destinado. O migrante se fixa num território, está em busca de emprego, constitui família. Embora não se identifiquem como migrantes, existe uma classificação específica, operada por eles mesmos, como *trabalhadores*. Há muitos casos de *trabalhadores* que ficam em situação de rua por um curto período de tempo. Em São Carlos muitos deles chegam à cidade à procura de trabalho na Usina Açucareira da Serra, localizada em Ibaté, a 15 km de São Carlos⁶⁴. Geralmente permanecem em pensões quando ainda estão empregados, mas logo que se encerra a colheita, voltam para o Albergue para continuar suas trajetórias.

O discurso do trabalho opera como um diferencial destas trajetórias e, desta vez, produz um distanciamento entre todas as outras classificações, delimitado pela condição de ser mão-de-obra trabalhadora, isto é, não viver do *mangueio*. Embora o discurso do trabalho apareça em diferentes atores, mesmo quando o discurso é mais importante do que a prática do trabalho, o *trabalhador* só se desloca com o propósito de ser trabalhador. Seu ponto de parada é determinado pela aquisição de um trabalho novo e o seu deslocamento é restrito à condição de desempregado. O *trabalhador* geralmente utiliza a rede de Albergues entre as cidades e desloca-se utilizando-se das passagens ofertadas pela instituição. Como o trabalho é o elemento central na configuração de sua trajetória, o *trabalhador* pode até aceitar doações de roupas ou alimentos mas, jamais, segundo o que me informam, dinheiro. Existe aqui uma diferença clara entre a noção de produzir dinheiro para os *trabalhadores* e para os demais atores que vivem nas ruas, para os quais o *mangueio* é também visto como uma prática que produz dinheiro⁶⁵.

⁶⁴ Um *trecheiro* que trabalhou durante um tempo na Usina Açucareira da Serra e depois se fixou em São Carlos conta que são contratada temporariamente para a safra mão-de-obra proveniente da região nordeste do Brasil. Quando a safra termina estes trabalhadores são levados por motoristas contratados pela usina às suas regiões de origem. O *trecheiro* acrescenta que são enviados dezenas de ônibus, quase sempre com todos os lugares preenchidos. Este fato retrata uma política que evita a migração em massa nas cidades que abrigam temporariamente estes trabalhadores.

⁶⁵ A noção de produzir dinheiro através do *mangueio* será elaborada no Capítulo 1.4 - O *mangueio*.

O discurso do trabalho aparece com frequência nas falas dos atores, independente de sua mobilidade ou fixação. Embora muitos deles consigam empregos e os deixem facilmente, o valor do trabalho permanece com igual importância. O discurso é acionado com frequência pelos *trecheiros* ao entrarem nos Albergues, justificando seu deslocamento em busca de uma ocupação no mercado de trabalho. Quando acionado, este discurso quase nunca é contestado na instituição que o acolhe. No entanto, o discurso do trabalho aparece nas falas dos *pardais* para referir-se a um passado marcado por entradas e saídas constantes no mercado de trabalho mas que, no atual contexto, a identidade do trabalhador é recuperada a fim de distanciarem-se da representação do mendigo, levando a crer que a ideia de trabalho é central para a composição de suas identidades.

A associação entre itinerância e a pobreza é verificada particularmente no gênero masculino das classes trabalhadoras. O “discurso da mobilidade” é notado na vida de famílias pobres e trabalhadoras, cujo papel do chefe de família se cristaliza na função de provedor da unidade familiar. A dificuldade de prover a família e a busca por novas possibilidades de renda aparece nas expressões “ir à luta”, “correr atrás” e “ter que se virar” (SCOREL 1998: 257).

Scorel (1998) comenta sobre o trabalhador enquanto uma identidade social:

A centralidade dos vínculos com a esfera econômico-ocupacional determina que o trabalho seja o critério que confere a legitimidade e a dignidade da existência do cidadão. Os processos nesse âmbito estão fortemente relacionados à identidade e auto-estima do indivíduo-trabalhador-cidadão de modo que a análise de trajetórias de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão ocupacional deve estar permanentemente orientada em duas direções: as condições de vida do trabalhador, incluindo possibilidades de poupança e perspectivas de futuro (mobilidade social) e, em paralelo, porém com características próprias, a constituição do trabalho como ‘sistema identitário’, referencial de comportamentos e valores do trabalhador. Dessa forma deve ser analisada a posição que o trabalhador ocupa tanto na estratificação socioeconômica quanto na estratificação simbólica (valorização social da função) (SCOREL 1998: 2001).

Embora o trabalho apareça constantemente no itinerário destas trajetórias, não poderíamos reduzir a existência de *trecheiros* e *pardais* ao desemprego somente, fato que se verifica nas oportunidades que já tiveram de fixar-se através de um trabalho formal e ainda assim foram abandonadas. Um conjunto de elementos soma-se ao discurso do trabalho, cuja função é

vista como uma possibilidade de transitar por uma rede de significados na qual a figura normativa do trabalhador é operada para distanciar-se de seu status oposto: o marginal.

1.3 - PONTOS DE ACOMODAÇÃO E CIRCULAÇÃO: O ENGAJAMENTO COM A CIDADE E PRODUÇÃO DO *CONHECIMENTO DA RUA*

O espaço urbano é o espaço onde pessoas com trajetórias de rua irão habitar o mundo, para seguir a recomendações de Ingold. A noção de habitar é aqui abordada enquanto um processo de engajamento e experimentação de mundo, um modo de produzir ação sobre o ambiente que o cerca. O espaço urbano, paisagem experimentada em suas jornadas, seria o campo de percepção e atuação destes atores, cuja prática de habitação, aqui ligada à proposta de Ingold (2000), é entendida como uma ação sobre o mundo, mas também, uma ação produtora de sentido. Um território passível de ser habitado não se limita à reprodução do espaço-casa e, no caso aqui discutido, os espaços urbanos são pensados em seus usos potenciais para habitação. Uma perspectiva de habitação das ruas requer pensar as construções da cidade não em suas materialidades objetivas, as quais o observante apenas a representa num plano mental, mas um habitar que se concebe pela prática de atualização da ordem espacial.

Para aqueles que habitam as ruas, os *mocós* são quaisquer lugares que possam lhes servir de abrigo. Portanto, qualquer casa abandonada, árvore, buraco, posto de gasolina podem tornar-se um *mocó*. Neste sentido, os *mocós* são como enunciações sobre o espaço urbano, sentido aqui empregado como De Certeau (2004) o apresenta. A ordem urbanística está sujeita a movimentos contraditórios, como poderes sem identidades que são impossíveis de serem geridos e escapam do projeto urbanístico panóptico. O olhar tático que avalia a formação de um *mocó* é como enunciações sobre o espaço pois para o autor o ato de caminhar está para o sistema urbano como a fala ou a enunciação (*speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos. O caminhar possui uma tríplice função enunciativa:

é um processo de apropriação do espaço topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e o põe em jogo contratos entre co-locutores). (DE CERTEAU 1994: 177)

O caminhante atualiza a ordem urbana, transforma cada significante espacial, tornando efetivas algumas possibilidades fixadas pela ordem construída, mas também desloca e inventa outras: “o usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (*ibid*: 178). O espaço alterado pelas práticas cotidianas transforma-se, atualiza-se, singulariza-se. A atualização dos espaços, operada pelas pessoas com trajetórias de rua, é como as *maneiras de fazer* que De Certeau (1994) destaca como mecanismos de uma antidisciplina. Em outras palavras, são formas assumidas pela criatividade tática de sujeitos imersos nas redes de “vigilância” mas que alteram o funcionamento de uma ordem tecnocrática.

No caso do *mocó*, a ideia de abrigo que o espaço pode oferecer, remete aos usos potenciais dos espaços, pois ao procurar por um abrigo são avaliadas as possibilidades de um espaço tornar-se um *mocó*. Para complementar a noção de usos potenciais dos espaços, Ingold (2000) apresenta o conceito *affordance* para explicar a interação entre um organismo e seu ambiente. Tomado por empréstimo de Gibson (1977), a *affordance* de um objeto é percebida quando informações são colhidas por um agente numa atividade prática específica. Conhecer um ambiente é penetrar nele, neste caso, a habilidade para colher informações das coisas é feita manualmente, no dia a dia, como uma espécie de “educação pela atenção” (Gibson 1977 *apud* Ingold 2000).

Os equipamentos urbanos passam por uma leitura tática das pessoas com trajetórias de rua, através da qual são avaliadas as possibilidades de seus usos. Os espaços urbanos podem ser pensados pelos seus usos potenciais, segundo as *affordances* do objeto. Não se trata de rearranjar os lugares e equipamentos, uma vez que a noção de rearranjo pressupõe um fim específico e único das coisas.

Existem muitas propriedades abandonadas, a maioria muito antiga e tombada como patrimônio histórico da cidade, que usualmente viram *mocós*. Os proprietários destes

imóveis são antigos moradores de São Carlos que, mesmo provindo de famílias ricas, deixam os imóveis abandonados na cidade. Para mapear as casas e analisar a infra-estrutura de um possível *mocó*, quando andam pela cidade estes sujeitos estão com os olhares atentos às construções. Mapear os pontos de instalações de *mocós* é algo que se faz frequentemente para aqueles que estão na rua. Porém, para assegurar que o local está, de fato, abandonado é preciso uma técnica. A principal tática para ocupar um imóvel é abrir a porta da propriedade e observar durante uns quatro dias se alguém irá fechá-la. Caso permaneça aberta a porta, o local pode ser ocupado com segurança. Quando se acomodam no estabelecimento, é preciso travar a porta com um pedaço de madeira para que ninguém consiga entrar no local de imediato.

No universo da rua, estes atores são especialistas em mapear pontos estratégicos para suas acomodações. Enquanto espectadoras da cidade, as pessoas com trajetórias de rua observam fluxos, eventos, acontecimentos e arquiteturas; é um olhar tático atento a tudo. Conheci uma mulher de uma *banca* que conhecia muitas casas abandonadas e as indicavam para aqueles que desejam apropriar-se de um local. Neste caso, o *mocó* não é exatamente um esconderijo, até mesmo porque esta mulher é quem indica o local. É comum apropriarem-se de locais abandonados para passarem a noite em *banca* sem que haja perigo de serem pegos pela polícia.

Um caso que se tornou famoso em São Carlos é o de um sujeito que arranhou um *mocó* nas tubulações do rio da cidade. Numa noite de muita chuva, as comportas foram abertas e este sujeito foi levado pela correnteza.

As praças também lhes servem de espaço de socialização para as *banças*. Os bancos das praças podem servir-lhes para o repouso, assim como as sombras das árvores também são locais disputados para um cochilo. As árvores também podem servir-lhes de esconderijo para seus *galos* (mochilas ou sacolas na qual carregam seus pertences pessoais). Na antiga *banca* do Cemitério, uma das mulheres apresentou-me o espaço da praça e as árvores que foram nomeadas como cômodos de uma casa: a cozinha, o quarto e a dispensa. Na árvore que servia de cozinha, guardavam as panelas. No quarto, uma outra árvore, guardavam os cobertores e roupas, e na dispensa, uma terceira árvore, guardavam as marmitas. Os objetos estavam tão bem escondidos entre os galhos das árvores que mal pude avistá-los, mesmo tendo ela me indicado os galhos nos quais estavam escondidos seus pertences.

Os banhos, para aqueles que não recorrem ao Albergue, são realizados na

Rodoviária da cidade ou em bicas públicas. Como muitas praças tiveram suas bicas retiradas por ordem da administração pública, numa tentativa de evitar que pessoas ocupassem as praças, ao invés de transitar por elas, os sujeitos acabavam recorrendo ao Piscinão Municipal para seus banhos. A represa do 29, lagoa turística de São Carlos, é utilizada com frequência para lavarem suas roupas e banharem-se.

Os locais de intenso fluxo de pedestres são especialmente escolhidos para conseguirem comida e dinheiro. No Mercado Municipal, localizado na área central da cidade, o fluxo de trânsito é bastante intenso por isso é também considerada uma área privilegiada para o *mangueio*. É comum ficarem próximos as suas redondezas para conseguirem uns trocados, transitar por restaurantes em busca de comida, vender mercadorias ou até mesmo realizar compras. Próximo também às localidades do CREAS, o Mercado Municipal é um espaço sempre transitado pelos usuários da instituição, pois muitos deles retornam à instituição no horário de almoço, caso queiram fazer suas refeições sem ter que *manguear*. Outros, ainda, vão para o Mercado para fazer suas apostas no Jogo do Bixo, comprar mercadorias nas bancas de camelôs que se localizam nesta mesma área.

A aquisição de alimentos, para aqueles que já estão há mais tempo na cidade, é realizada em restaurantes, geralmente como doações de sobras das refeições. Alguns *pardais* me contaram que no centro da cidade havia um restaurante que doava marmitas aos *trecheiros* e *pardais* da cidade. No entanto, o restaurante deixou de fazer as doações por conta de algumas confusões e brigas que ocorreram no local entre *trecheiros* e *pardais*, além disso, deixavam restos de comida pela calçada. Embora os restaurantes costumem doar comida a eles, quase sempre ocorre nos casos em que o pedido é feito individualmente, diferente do primeiro caso em que o estabelecimento realizava doações coletivas. Um *pardal* me descreve sua tática para ganhar sempre comida em alguns locais. De tanto andar pelo centro da cidade, este *pardal* acabou descobrindo o melhor horário para se conseguir doações de comida. De manhã passava por uma padaria para tomar um café, onde acabou ficando conhecido entre os funcionários. No almoço, visitava com frequência um restaurante para conseguir um prato de comida, mas, apenas depois das 14h, para não pegar o horário de almoço dos clientes. Um vendedor ambulante de pastel sempre lhe dava alguns depois das 17h30, perto do horário em que o vendedor encerra seu expediente de trabalho.

Os bairros domiciliares são preferenciais para aqueles que buscam um prato de comida e roupas. Neste caso, o pedido deve ser feito individualmente e uma vez que se consiga a doação, o sujeito não deve mais voltar na mesma casa. Esta técnica indica que é necessária uma rotatividade entre as casas porque, senão, o doador perde a vontade de doar, pois sentiria que o pedinte esteja se aproveitando da situação.

Nas trajetórias de rua, os sujeitos estão atentos às oportunidades de trabalho. Por isso, ficam atentos com os terrenos baldios que podem ser carpidos, caminhões de cargas que necessitam ser descarregados, estabelecimentos em obras que necessitam de mão-de-obra. Seus olhares estão atentos a todas as possibilidades que possam surgir. Durante uma época de bastante chuva em São Carlos, a calçada da minha casa ficou repleta de moitas. Enquanto as moitas não foram retiradas, cada dia um rapaz diferente batia à minha porta pedindo para carpi-las e em troca eu lhe daria uns trocados. Conversando com um deles, descobri que era um *trecheiro* recém-chegado na cidade. Até então não sabia que meu bairro, localizado próximo à Cidade Jardim (bairro populado por muitos estudantes), fazia parte do circuito das pessoas com trajetórias de rua, e percebi que estes estão circulando por todos os cantos da cidade.

Com o olhar sempre atento, o sujeito se educa pela atenção frequente aos usos potenciais das coisas. Este olhar tático nos revela um *conhecimento da rua*, concebido como tal e apreendido cotidianamente através das táticas de rua. O olhar tático está atento à apreensão da organização dos fluxos, regras e valores do cotidiano, como uma fórmula para escapar sempre do perigo. Brognoli (1996) adverte que o uso de tais táticas são como modelos de ação na tentativa de retomar ou reapropriar-se do controle de suas subsistências, porém a partir de um ponto inferior da hierarquia social. O emprego das táticas como guia das ações é tratada em De Certeau (1994) como forma privilegiada de operação para os que ocupam posição de inferioridade na hierarquia. As táticas diferenciam-se das estratégias, já que a segunda implica o cálculo de relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de poder é isolado. As táticas dependem, no entanto, das possibilidades, estão ligadas ao poder dos fracos.

A tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido das forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (assim, no supermercado, a

dona-de-casa, em face de dados heterogêneos e moveis, como as provisões no freezer, os gostos, apetites, disposições de ânimos de seus familiares, os produtos mais baratos e suas possíveis combinações com o que ela já tem em casa etc.), mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. (DE CERTEAU 1994: 47)

O *conhecimento da rua* é adquirido através das táticas de rua que diz respeito às habilidades desenvolvidas e necessárias para traçar suas trajetórias de modo efetivo. Deste modo, são táticas de apropriação dos espaços, produção de territórios, aquisição de bens materiais, mapeamento dos pontos para acomodação e circulação e cuidados de si. Sua relação se torna intrínseca ao *conhecimento da rua* à medida que este conhecimento é produzido somente pela experimentação de suas posições marginalizadas.

Comentei na introdução que o *conhecimento da rua* está relacionado às experiências de marginalizações a que estão submetidos, dado o fato de não partilharem uma condição de cidadania para a sociedade hegemônica. Como todo o engajamento nas trajetórias é empreendido somente pelo próprio sujeito, é o *conhecimento da rua* que irá guiar as ações em suas táticas de proteção e cuidado. As táticas e seus usos são maneiras de preservar a vida em um universo de relações hostis, são como esquivas, movimentos defensivos da própria vida.

O conhecimento é adquirido à medida que tais táticas são acionadas (e bem utilizadas) para driblar uma série de contenções que surgem como obstáculos à própria perpetuação da vida. A relação estabelecida entre conhecimento e experiência é notada no mundo empírico, apresentado por eles como *realidade*. O pedinte enuncia nos pedidos de esmola uma *realidade* fruto da pobreza, injustiça e violência, e que só podem ser vividos em tal potência nas trajetórias de rua. A rua também pode ser uma metáfora da sociedade (GUASCO 2001). Num estudo sobre *rappers* da periferia paulistana, a rua aparece em seus discursos como o lugar da experiência diante do social, mas também retratam este social a partir da periferia. Na noção de “realidade”, também contida entre os *rappers*, a relação entre o conhecimento dado nas ruas e aquele adquirido na sociedade abrangente são diferentes uma vez que o conhecimento adquirido na rua é verdadeiro porque está marcado pela miséria e violência deste meio social, enquanto que o outro conhecimento não é verdadeiro por que são apenas relações mediadas por um Estado que aparta os cidadãos da violência.

Assim como ocorre no caso dos *rappers*, que nos auxiliam pensar a noção de

realidade nas trajetórias de rua, a rua é metáfora da sociedade uma vez que tanto a noção de Rua quanto de Sociedade possuem traços semânticos comuns entre ambos. Suas proximidades de significados são expressas nos termos violência, injustiça, impunidade e alguns outros termos correlatos que indicam um cenário marcado principalmente pela miséria.

Por um outro aspecto, se a metáfora é uma figura de linguagem boa para pensar a correlação entre Rua e Sociedade, a metonímia também é eficaz na explicação desta lógica. A metonímia é construída quando dois termos estão relacionados por contiguidade, caso não operado na metáfora. Assim, a Rua está em relação de contiguidade com a Sociedade porque é parte de um todo. Colocando os termos em relação, a rua representa uma parte da sociedade que é marcada pela pobreza enquanto que outras partes são assim diferenciadas porque a pobreza não é uma experiência de vida.

Como uma espécie de retrato da sociedade, a *realidade* é apreendida em seus cotidianos nas experiências de violência, impunidade e miséria, vivenciadas frequentemente nas ruas. O *conhecimento da rua* só pode ser edificado mediante a apreensão empírica de tal *realidade* e sobre esta mesma apreensão suas táticas serão produzidas em respostas a tais contenções.

1.4 - O MANGUEIO

A vida nas ruas historicamente é marcada pela mendicância, um conceito que vem sendo retratado como um mecanismo de supressão das necessidades mais básicas para a sobrevivência. O mendigo, um trabalhador que não deu certo (Neves 1987), vive das colaborações que lhes são dadas. A mendicância, de acordo com as abordagens fundadas no discurso sobre o trabalho, é pensada como uma prática de pedidos de esmolas, ao que se nota, as esmolas são bens que atendem ao caráter emergencial da sobrevivência.

Menicância não é o termo utilizado na rua para denominar os pedidos de dinheiro. Enquanto uma prática mais dinâmica, o *mangueio* demonstra como a doação está envolvida por uma relação de troca entre ambas as partes. O *mangueio* é a prática de aquisição de

dinheiro travada entre o pedinte e o doador. A abordagem é realizada através da imagem da exclusão social, na qual o pedinte é aquele que necessita de ajuda. É através da enunciação da *realidade* que a representação do pedinte (tradicionalmente chamado de mendigo) se constitui. O *mangueio* articula um discurso com apelo à precariedade da situação de rua e a conotação emergencial do pedido.

O apelo à doação ocorre mediante alguns limites corporais e identitários que, de modo geral, são elaborados através da exibição do corpo sujo e machucado. Os ferimentos são expostos ao público para causar uma sensibilização nos doadores. Tal apelo demonstra como a doação é quase sempre estabelecida entre o pedinte que demonstra suas chagas e o doador que se sensibilizada com elas.

A abordagem jamais deve ser agressiva pois o “morador de rua” é um necessitado e não um ladrão. Ao contrário, o sorriso no rosto promove a imagem de um sujeito pacífico, tal qual um pedinte deve ser.

A exposição das dificuldades vividas nas ruas é importante para estabelecer a relação do *mangueio*. Para que esta relação seja uma troca, o pedinte deve sempre justificar o uso que fará do dinheiro. Até mesmo nos casos em que o *mangueio* reverte na compra da *pinga*, o pedinte deve justificar a importância desta para a vida nas ruas.

Um interlocutor me disse que “o *mangueio* é uma troca”. A dádiva que se conjuga na doação pode ser travada entre a troca do dinheiro doado e a partilha das experiências da rua. Este interlocutor ainda complementa: “as pessoas querem saber do *mundo-cão* nas ruas”. Portanto, compartilhar experiências e dificuldades completa o ciclo da dádiva que está envolto na doação.

O pedinte enuncia nos pedidos uma *realidade* fruto da vitimização da pobreza. O *mundo-cão* é representado pela violência, injustiça, maus-tratos que somente na rua podem ser vividos em tal potência. A representação da *realidade* é apreendida na rua porque ela é o lócus das grandes desigualdades sociais. Esta *realidade* parece ser camuflada pela mídia e amortizada nos espaços privados, contudo, aparecem escancaradas nos espaços públicos.

As imagens referentes ao ser pobre construídas no discurso dos pedintes, possuem a finalidade de sensibilizar o doador. Estas figuras sobre a pobreza são incorporadas em suas trajetórias e dramatizadas de acordo com as situações concretas e diversas de seu cotidiano. Ao

elaborar um discurso em torno da fome, do frio, das chagas, uma representação sobre a vida nas ruas é construída, na qual alguns elementos são escolhidos para compor não só uma narrativa mas, também, uma imagem sobre a miséria das ruas. O *mundo-cão* narrado no *mangueio* opera como um elemento de troca, no qual os elementos postos em jogo retratam a luta pela sobrevivência.

Embora o apelo à sobrevivência articule o discurso do *mangueio*, este elemento só é acionado na elaboração dos pedidos e não nas narrativas diárias sobre a vida nas ruas, segundo aquilo que me foi dito: “Na rua ninguém passa fome. Ninguém vai te negar um prato de comida”. Num estudo sobre meninos de rua, Gregori (2000) aponta a *viração* como um mecanismo dinâmico de aquisição de bens materiais, mais do que um mecanismo de sobrevivência. A *viração* permite estabelecer uma mediação de posicionamentos simbólicos em torno dos quais os meninos de rua aprendem a lidar com diferentes tipos de imagem sobre si próprios e sobre a relação que eles estabelecem com o mundo. São tomados de empréstimo conteúdos do repertório sociocultural sobre a vida nas ruas e, sobretudo sobre a infância pobre, para formatar representações sobre como são vistos e tratados. As imagens construídas em torno da miséria das ruas são elementos identitários acionados para permitir uma troca entre os agentes. Gregori esclarece sobre a *viração*:

Há uma tentativa de manipular os recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não-excludente: comportar-se como ‘trombadinha’, como ‘avião’ (passador de drogas), como ‘menor carente’, como ‘sobrevivente’, como adulto e como criança. Nesse sentido, é uma noção que sugere, mais do que o movimento – que é dinâmico e constante -, uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens. (GREGORI 2000: 31)

As representações podem oscilar conforme o contexto, dependendo do sujeito abordado, os discursos são transformados. Fui abordada diversas vezes pelo mesmo sujeito que sempre estava *mangueando* nas ruas. Cada abordagem era feita por um discurso diferente. Da última vez que o encontrei disse a ele que não tinha dinheiro, mas, ele continuou insistindo e cada vez mais seu tom de voz tornava-se melancólico. O apelo voltou-se para o desespero da fome: “Moça, eu tô com fome. Você sabe o que é isso?”. De acordo com a noção, a *viração* é uma

simbiose entre a luta pela sobrevivência e a interação simbólica que são cristalizadas nesta prática. (*ibid*: 30)

As mulheres, geralmente, conseguem sensibilizar mais facilmente o doador, talvez pela representação fragilizada que o próprio gênero é subjugado. Nas *bancas*, as mulheres são moedas preciosas para a realização do *mangueio*. Elas acabam sendo agenciadoras em potencial das *correrias*.

As doações são mediadas em espaços próprios para sua prática. Fazem parte do circuito das doações espaços de grandes fluxos urbanos como rodoviária, Mercado Municipal, centro da cidade, locais próximos a restaurantes, supermercados e bancos. Estes são alguns espaços onde as pessoas com trajetórias de rua são minimamente aceitas para realizar seu *mangueio*. Os *trecheiros* novos na cidade, geralmente, recorrem a estes espaços urbanos para fazer suas *correrias*. Aqueles que já conhecem a cidade por mais tempo recorrem aos estabelecimentos onde acabam por ficar conhecidos.

Trecheiros costumam não recorrer às instituições durante o período diurno. Os *pardais* vão à procura do CREAS para realizar suas refeições durante o dia. Alguns deles não gostam de pedir dinheiro, e portanto, recorrem à instituição diariamente.

Nos finais de semana e feriados, dias em que o CREAS está fechado, o Albergue fica aberto durante todo o dia para acolher a população de rua da cidade, isto é, apenas os usuários que frequentam o CREAS. Os *trecheiros* devem deixar a instituição no período da manhã, podendo retornar no horário do almoço mas logo após a refeição devem sair do local novamente, retornando apenas no período da noite para a pernoite. A abertura do Albergue durante o período do dia nos finais de semana e feriado para a população de rua local foi uma iniciativa da Secretaria de Cidadania que trabalha conjuntamente com o Albergue, uma instituição filantrópica.

De qualquer modo, muitas atividades de doações ocorrem entre sexta-feira e domingo, já que todos os estabelecimentos permanecem fechados. Para aqueles que não recorrem ao Albergue, é preciso se preparar para não passar necessidades nos finais de semana.

O cotidiano das pessoas em situação de rua em São Carlos é marcado pelas atividades de assistência, segundo a tabela abaixo:

Tabela 1. Tabela das doações para população de rua realizadas pelas instituições religiosas de São Carlos

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Manhã	CREAS	CREAS	CREAS	CREAS	CREAS	Albergue	Posto de rua Albergue
Tarde	CREAS	CREAS	CREAS	CREAS	CREAS	Pastoral de rua Albergue	Albergue
Noite	Albergue O	Albergue	Albergue	Albergue	Albergue Pão Fraternal	Albergue	Albergue

O *mangueio* é também considerado um mecanismo de produção de dinheiro. Ao andar pela cidade em busca de dinheiro, é preciso *manguear* o suficiente para se consiga a quantia desejada, assim, estes sujeitos dizem que estão fazendo dinheiro. Um interlocutor me disse que caso atravessasse a Avenida São Carlos inteira, é possível fazer uns 20 reais. O *mangueio* enquanto uma ação que produz dinheiro, demonstra como o pedido é parte de uma tática de rua que vislumbra incluí-los numa esfera de mercado onde somente a troca monetária é permitida, isto porque o dinheiro é utilizado para *pinga*, cigarros, passagens de ônibus, maconha, *crack*. De modo geral, são mercadorias que não são doadas, assim o dinheiro é imprescindível para a aquisição de certos bens.

Mesmo quando as pessoas com trajetória de rua possuem dinheiro para fazer suas compras, existem ocasiões em que são impedidos de entrar nos estabelecimentos, pois o despojamento corporal, as roupas sujas e o cheiro forte são estigmas que operam como marcadores sociais da exclusão.

O pedinte muitas vezes deve justificar o uso que será feito do dinheiro, assim, o motivo deve ser convincente para que o doador seja sensibilizado. A decisão entre doar ou não é tomada por um julgamento que se faz sobre o discurso do pedinte. Numa trajetória de rua, os sujeitos são julgados pelo seu passado (reforçando as narrativas das histórias de vida), sendo o *mangueio* um momento em que este julgamento é crucial para justificar a doação. Um dia de campo, estava eu sentada no banco de uma praça, uma mulher ao meu lado pediu-me um cigarro.

Perguntou-me se eu morava pela redondeza, ela necessitava de uma calça *jeans* para fazer uma entrevista de emprego no dia seguinte já que a única peça de roupa que possuía não era adequada para apresentar-se no local de trabalho. Contou-me em seguida que estava no Albergue Noturno, veio de Ribeirão Preto para tentar a vida em São Carlos. Como fiz várias perguntas sobre sua vida e a motivei para sua entrevista de emprego, ela continuou insistindo na história da calça *jeans*. Disse-me que bem próximo à praça tinha um brechó, ela já havia provado uma calça mas não tinha 10 reais para comprá-la. Fiquei na dúvida em doar os 10 reais. Por um lado, sabia eu que estava julgando sua história, até porque fiz várias perguntas para saber melhor dos detalhes e provar a veracidade dos fatos. Por outro lado, sabia que toda a narrativa poderia ser apenas uma boa tática de *mangueio*, cujo objetivo era fazer 10 reais. Senti-me desconfortável por estar numa posição de julgamento, fato corriqueiro em quase todos os *mangueios*. Insisti em saber mais detalhes sobre o emprego em que estava candidatando-se, sobre sua vida em Ribeirão Preto, sobre suas expectativas quanto ao trabalho, uma vez que não gostaria de ser enganada. Resolvi doar-lhe os 10 reais, afinal, como posso estabelecer o uso que será feito do dinheiro? Uma vez doado, o próprio pedinte poderá julgar a utilidade do valor produzido no *mangueio*. A produção de dinheiro, tal como é concebido o *mangueio*, parece operar como um mecanismo capaz de produzir valores que poderão incluí-los na esfera do mercado e não da doação.

Mais do que uma tática de rua, há no *mangueio* uma manipulação de códigos simbólicos e identitários que permite ao pedinte adotar posicionamentos diversos como mecanismos para a aquisição de recursos materiais. como também, mecanismos que produzem dinheiro, necessário para inserção num circuito mediado somente por esta moeda de troca e não pela dívida caricativa.

1.5 - A RUA: UM EMARANHADO DE PERCURSOS

Boa parte dos estudos sobre população de rua esteve centrada na avaliação dos processos de desvinculação que levaram os sujeitos à situação de rua. Por razões metodológicas,

mas também frente a um problema social que se mostrava urgente, a definição deste contingente quase sempre seguiu os parâmetros do modelo familiar, recorrentemente adotado para circunscrever um campo populacional. Paralelo ao processo de delimitação deste contingente, a marginalização da população de rua nasce em conjunto com sua própria definição, isto é, a população de rua é necessariamente definida em seus aspectos negativos. Como a rua sempre foi tratada como um problema *a priori*, a população de rua é comumente definida pelas perdas sofridas neste processo de desvinculação com a instituição familiar e outras instituições normativas. A rua, portanto, é o local reservado aos sujeitos sem vínculos, sem cidadania, sem trabalho, sem história.

Nestes estudos recorre-se frequentemente às histórias de vida dos sujeitos na tentativa de estabelecer alguns parâmetros comparativos nos quais seja possível reconhecer processos parecidos que os desloquem da esfera privada para o mundo da rua. Espera-se, contudo, que nas narrativas evocadas estejam presentes os vínculos que o sujeitos tinham mas que foram rompidos. A rua aparece nestas bibliografias como o espaço reservado aos excluídos de todas as esferas de cidadania, àqueles que perderam tudo e “foram parar no olho da rua”. Embora todas as narrativas evoquem uma multiplicidade de itinerários anteriores à situação de rua, de profissões, brigas, casamentos, separações, aventuras, decepções, não formam, ainda assim, um conjunto orgânico de fatores cujas consequências estejam diretamente ligadas com a situação de rua. Observa-se, apenas, que todos estes elementos são acionados no discurso para falar de si, em seu passado ou presente. Como vimos, as histórias de vida são narradas numa cronologia irregular, levando-nos a crer que a elaboração discursiva de seus itinerários, além de serem marcadores da situação de rua nas instituições, colocaria à mostra uma trajetória que não deve ser revelada não só por motivos pessoais (rancor, decepção, mágoa) mas, também, para proteger seus anonimatos, principalmente nos casos de fugas de instituições prisionais, juras de morte, crimes, roubos, infrações penais.

As histórias de vida são narradas de forma fragmentada e enunciam uma teia de circuitos anteriores à situação de rua; contudo, a passagem entre o passado, deixado para trás, e o presente, na rua, quase sempre é narrado de forma bastante similar, sem conter uma consequência causal dos fatos, geralmente com o uso da expressão: “daí, eu acabei na rua”.

Brognoli (1999) trata as narrativas de vida sob dois aspectos. O primeiro deles

sugere que as histórias de vida são como derivas marginais, um movimento gradual e não-consciente, no qual se encontra a ocorrência do acaso: “O que parece haver é, na verdade, uma sobredeterminação de fatores que escapam a seu entendimento, sendo destacados aqueles que fazem mais sentido” (*ibid*: 76). O segundo aspecto parece ser uma tentativa de controle consciente das informações a seu respeito, como contra-ofensiva à manipulação do estigma. Permanecem, contudo, as suspeitas dos que lhes perguntam sobre suas histórias, quase sempre pela dúvida em saber por que se vive desta maneira.

Mesmo nas histórias nas quais as perdas e rupturas aparecem como argumento central para conferir inteligibilidade à situação de rua, verifica-se que tais processos de rupturas são graduais, diferente dos relatos por eles apresentados. Mesmo depois de “caírem” na rua, os contatos familiares não foram completamente rompidos. Verifica-se, em muitos casos, o trânsito entre o mundo da rua e as retomadas familiares: saem e voltam para a casa frequentemente.

A rua é o principal parâmetro comparativo a partir do qual se articula o problema de gestão da população de rua. Nos percursos narrados de suas jornadas, há, portanto, uma infinidade de ramificações, de multiplicidades narradas que só ganham uma inteligibilidade em comum quando pensadas a partir de um feixe de relações que entrecruza estas conexões.

Segundo aquilo que meus dados apontam, a rua apresenta-se como um local possível para ativação de vínculos outros, diferentes daqueles constituídos na esfera familiar, no trabalho, na comunidade.

Quando relato sobre trajetórias de rua, e não sobre população, privilegio em suas narrativas algumas conexões sobre os vínculos que são parcialmente ativados nas ruas. Quando meus interlocutores falam que “na rua tem de tudo”, esta diversidade pode ser compreendida pelas formas de se moldar percursos neste meio. Estas narrativas anunciam processos de desvinculações familiares e vinculações específicas que ocorrem somente em circuitos públicos.

A rua aparece como um *lócus* de interações sociais e práticas que só podem ser intermediadas nos espaços públicos, portanto, a rua é um espaço sociológico onde ocorrem interações e vínculos de espécies diferentes dos espaços normativos.

Tomando o exemplo das *bancas*, que operam como uma zona de interconexão de atores, é possível observar com mais clareza como os vínculos com a rua são ativados. Nas *bancas* o consumo da *pinga* é coletivo, passam o dia bebendo, conversando, fumando. Na antiga

banca da Praça Nossa Senhora do Carmo, hoje dispersa por outros *trechos*, sua composição era bastante diversa. A maior parte de seus membros eram *pardais* da cidade, no entanto, era também frequentada por sujeitos que já haviam deixado a rua, mas que sempre retornavam à praça para beberem *pinga* com seus companheiros, jogar baralho, conversar. Outros, ainda, que conseguiram trabalho, encontravam os membros da *banca* logo após o expediente.

Nos casos em que os sujeitos não estavam mais em situação de rua, mas não deixaram de frequentar a *banca* podemos verificar como os vínculos criados na rua são bastante importantes para suas trajetórias pessoais, uma vez que as *bancas* produzem um espaço social, um universo de relações.

Toda trajetória é marcada pelo reconhecimento da rua como um espaço inteligível para práticas ilícitas, ilegais, anônimas. Nas *bancas* tais práticas estão claramente expostas, notadamente quando o sujeito insere-se nelas mesmo sem ter uma trajetória de rua. Daí, é possível reconhecer nas trajetórias de rua um processo contínuo e gradual de desvinculação familiar e vinculação com a rua. Enquanto nas *bancas* o compartilhamento de bens e a proteção mútua asseguram um vínculo entre os membros, entre os parentes familiares são sempre ressaltadas as restrições, principalmente em torno da bebida e do consumo de *drogas*.

Grande parte das pessoas com trajetórias de rua tem passagem pelas instituições prisionais, segundo os dados que obtive em campo e que puderam ser contrastados com a contagem censitária nacional⁶⁶. Afirmam que com a *ficha suja*⁶⁷ torna-se ainda mais difícil inserir-se no mercado formal de trabalho. Além destes, que já tiveram que cumprir suas penas criminais, existem aqueles que cometeram algum crime e foram para a rua para não serem encontrados por ninguém. Algumas destas histórias foram contadas a mim, quase como um desabafo. Outras, ainda, são contadas como fofocas, que são sempre acionadas para prejudicar a reputação destes sujeitos. Em casos de brigas entre eles esta mesma reputação criminosa é usada como uma afronta e ameaça ao oponente: “Já matei três, pra matar mais um não custa nada”.

Na rua é possível manter-se no anonimato, produzidos pelas perdas constantes de

⁶⁶ Segundo os dados da Pesquisa Nacional sobre População de rua, grande parte dos entrevistados possui um histórico de internação em instituições, dentre elas: “28,1% afirmaram já ter passado por casa de recuperação de dependentes químicos; 27,0% já estiveram em algum abrigo institucional; 17,0% admitiram já ter passado por alguma casa de detenção; 16,7% afirmaram já ter passado por hospital psiquiátrico; 15,0% dos entrevistados já estiveram em orfanato; 12,2% já estiveram na FEBEM ou instituição equivalente (MDS 2008 : 11)”.

⁶⁷ O termo *ficha suja* diz respeito às passagens pela polícia.

seus documentos. Para aqueles que desejam não expor suas identidades civis, o anonimato provocado pela inexistência de documentos é fundamental nesta trama. Mesmo nos casos em que estes sujeitos são levados aos hospitais públicos para algum atendimento, na maioria das vezes emergencial, sua passagem pela instituição de saúde ocorre como “morador de rua” ou indigente, o que lhes é mais conveniente.

As internações em instituições psiquiátricas também marcam a trajetória pessoal de algumas pessoas com trajetória de rua. Quase sempre narradas pelas brigas familiares, estas histórias revelam as dificuldades que a família sofre em lidar com as doenças mentais de alguns parentes, cujo rompimento com os vínculos são apresentados pelo abandono da família ou senão pela fuga destes sujeitos de suas casas.

Há, contudo, a possibilidade de traçar suas trajetórias pela rede institucional, cuja alternativa é presente no universo da rua. Muitos *pardais* procuram no CREAS uma rede de apoio para seu cuidado nas ruas, sendo esta mais uma tática, assim como permanecer nas ruas também possui o mesmo caráter. Contudo, suas entradas na rede institucional não delimitam um circuito mais restrito de convivialidade, até mesmo porque muitos deles não permanecem apenas neste circuito.

Nestas narrativas de rupturas, o conflito familiar parece configurar uma razão plausível para a ida às ruas, sendo esta ruptura uma forma de solucionar o conflito. São expressas nessas narrativas a desvinculação com o mundo normatizado e sua recusa em participar das relações hierarquizadas na esfera da família, do trabalho e da comunidade. Quase sempre são expressos seus desejos de viver com mais liberdade que aparece em seus discursos como o desgosto em seguir regras, cumprir horários, ter responsabilidades. Afirmam que na família é preciso seguir horários, dar satisfações, contribuir para as despesas da casa, entre tantas outras responsabilidades. Brognoli (1999) novamente esclarece tal processo de ruptura marcado em suas trajetórias:

Quero dizer assim que a ruptura com a família é interpretada e constitui o drama no qual os sujeitos podem expressar a efetuação da quebra de contratualidade que tem a família como a outra parte, mas que não se reduz a ela, atingindo pontos de fixação dos indivíduos. Pode constituir deste modo um (pré) texto que fornece suporte para que o sujeito possa organizar uma explicação – para o outro e para si mesmo – a fim de dar conta deste evento

maior que é o seu deslindamento das amarras institucionais e justificar sua entrega a esta verdadeira *paixão de abolição* na qual a deriva marginal pode desembocar. (*ibid* : 78)

Na rua é possível moldar percursos, tal como a noção de linha que é marcada por um movimento, porém são percursos cuja interdição já fora realizada no espaço privado. De acordo com a descrição que meus interlocutores fazem da rua, nela é possível traçar percursos da embriaguez, do ilícito, do ilegal, do ócio, da sujeira, da insanidade, do anonimato. Estes percursos aparecem como linhas que se entrecruzam constantemente, assim, uma vez que se percorra uma delas é possível transitar por todas as outras. Portanto, na rua a criação de vínculos e a modulação das trajetórias são realizadas a partir dos trajetos que são apresentados como possibilidades de produção de percursos. Como as linhas estão dispostas como um emaranhado (INGOLD 2000), no qual não há pontos de ligação, todos os percursos são caminhos a serem percorridos.

A caminhada é elaborada levando em conta os ajustes realizados em proveito de suas mobilidades. Portanto, uma trajetória de rua é cotidianamente reavaliada de acordo com os ajustes necessários para que a própria caminhada seja continuada.

Como são trajetórias que só podem ser construídas pelo próprio sujeito e por meio da mobilidade, seria impossível traçá-las dentro de uma lógica sedentária. A rua é o espaço em que as trajetórias de mobilidade podem ser vividas em toda sua potência, pois não há paradas e todo o movimento é adaptado conforme as possibilidades que são apresentadas ao sujeito.

CAPÍTULO 2

O CORPO DA RUA: TRAJETÓRIAS CORPORAIS NA RUA

2.1-VIGILÂNCIAS PARA SI

No capítulo anterior descrevi em breves palavras como o sujeito se pensa produzindo sua trajetória de rua e conseqüentemente como produz um sujeito novo nestas trajetórias. Neste capítulo, irei acrescentar alguns elementos sobre a corporalidade de quem vive nas ruas para entender que tipo de sujeito é produzido numa trajetória de rua. De antemão anuncio que as táticas de rua compreendem também cuidados com o corpo e com a mente, por isso, são táticas de vigilâncias para si.

A expressão “cada um cuida de si” foi apreendida em campo em situações em que os interlocutores narravam a desconfiança que permeia entre todos os membros da *banca* ou, então, falavam da rua e seus atores de modo geral. Embora o pertencimento a uma *banca* permita ao sujeito ter acesso a proteções mútuas, ainda assim, a desconfiança deve ser mantida, já que é uma atitude de vigilância. A expressão denota, como Foucault (1984) sugere, uma intensificação das relações consigo mesmo, enquanto uma ética de domínio que produz uma subjetividade particular.

Neste sentido, as práticas de cuidado de si nas trajetórias de rua, sob a luz dos estudos de Foucault, são entendidas como práticas que transformam gradualmente um corpo e um sujeito para formar um certo modo de ser que, neste caso, são sujeitos vigilantes.

A organização do cotidiano para aqueles que vivem nas ruas é realizada por táticas de cuidado cuja apreensão e aplicação configuram o *conhecimento da rua*, necessário para garantir que suas trajetórias sejam perpetuadas apesar das inúmeras violências e contenções sofridas cotidianamente. As táticas, sendo guias de orientação, configuram as avaliações de todo um repertório de situações que devem ser superadas para que sejam permitidos seus deslocamentos pelas cidades, a produção de territórios, o mapeamento da rede assistencial e suas possibilidades de usos, mas também a proteção de si, de seus corpos e de suas vidas. Avalio aqui como as táticas de proteção de si configuram esta ética de domínio que irá formar o sujeito e os limites de sua existência, como também, as táticas configuram o *conhecimento da rua*, fundamental para garantir a preservação de si.

Para viver na rua é preciso “ser esperto”, de acordo com o que me contam meus interlocutores. Dentre as condutas mais importantes da rua, o “ser esperto” ou “ser ligeiro” são as

principais delas. “Ser ligeiro” significa não se colocar em confusão, não ser pego por ninguém, estar sempre em alerta. Ao que se nota, “ser ligeiro” remete a uma vigilância constante de si. Embora haja o convívio em *bancas*, a trajetória de rua é traçada por cada um dos sujeitos, porque é preciso que *cada um cuide de si*. Beber demais, juntar-se com pessoas de pouca confiança, colocar-se em confusão, chamar atenção de policiais, são alguns descuidos que devem ser evitados.

As vidas nas ruas estão expostas a inúmeros atentados. Por isso, a tática de rua mais preeminente diz respeito à proteção individual; é neste sentido que o “ser ligeiro” indica uma vigilância para si.

Viver sem *banca* nas ruas expressa claramente esta noção de vigilância. Quando seus percursos são solitários, é preciso recorrer a algumas táticas de proteção. Uma delas é adotar filhotes de cães para serem seus companheiros e vigias. Mais do que um animal de estimação, o cachorro, quando treinado desde filhote, aprende a proteger seu dono de qualquer ameaça, principalmente enquanto o dono está dormindo. Um interlocutor contou-me que desafiou a autoridade de um policial dizendo: "Você não é capaz de me proteger nem um segundo sequer, mas ele [o cachorro] guarda minha integridade 24 horas por dia". Os cães, quando treinados, aprendem a proteger seus donos de qualquer ameaça que se aproxime de seus territórios. Um *pardal* relata que seu cão dispara a latir, quando não avança sobre alguém, quando se aproximam dos pertences de seu dono. Houve um caso em que um *pardal* fora mordido pelo cão quando tentou acordar seu dono.

Uma opção mais segura para aqueles que ficam sozinhos é recorrer ao Albergue Noturno, isto porque são comuns os casos de assaltos e espancamentos em pessoas que dormem nas ruas. Embora muitos reconheçam a segurança que o estabelecimento oferece, no Albergue ocorrem também casos de brigas frequentes durante a noite. Eles relatam que as brigas geralmente são causadas por aqueles que fazem barulho nos quartos, ou quando alguém é pego vasculhando os pertences de outra pessoa. Mesmo dentro do Albergue, quase todos guardam consigo alguns utensílios que lhes possam servir de defesa, ou que possam servi-lhes como instrumento de ameaça àqueles que quebram o *respeito*. Geralmente são utilizadas facas, lâminas de barbear, pedaços de madeira, cacos de vidro, qualquer instrumento que possa cortar, furar, machucar o oponente. Quando dormem nas ruas, estes utensílios estão sempre guardados junto ao

corpo do sujeito, pois em caso de alguma ameaça possam reagir imediatamente.

As mulheres estão expostas a maiores perigos pois, além de sofrerem os mesmos atentados que os homens, ainda são vítimas de tentativas de estupros. Quando dormem nas ruas, elas recorrem a dois tipos de procedimentos. Um deles é juntar-se a uma *banca* cujos membros sejam de sua confiança. Outro é dormir sozinhas, armadas, nos *mocós*.

Na medida do possível, um protege o outro de atentados violentos (espancamentos, assassinatos, roubos). É muito comum em casos de alcoolização ou usos de *drogas* o sujeito ter seus pertences roubados (dinheiro, documentos, roupas). Estes casos de roubos são frequentes em sujeitos sem *bancas* ou mesmo nas *bancas*. Quando se perde a capacidade de cuidar-se de si, dizem que a pessoa *vacila*. Em conflitos, quaisquer que sejam, o caso pode virar uma *briga de rua*. Em casos de quebra do *respeito*, o caso pode ser seguido de discussões, espancamentos e até mesmo de mortes⁶⁸. Os motivos para as brigas são inúmeros, alguns deles, pontuados pelos meus interlocutores, ocorrem em casos de roubos, bastante frequentes entre eles. Quando alguém está muito *chapado* (sob o efeito de alguma *droga*) e dorme em qualquer canto que seja, quase sempre tem o seu *galo* roubado porque a pessoa *vacilou*. Se o ladrão for descoberto, os acertos de contas são feitos por meio de uma briga. Outro caso bastante frequente que pode se tornar uma *briga de rua* é causado por aqueles que roubam o dinheiro do rateio, quase sempre para comparem *pinga* para a *banca*. Quando alguém relata à *banca* que possui uma quantia grande de dinheiro, ocorrem muitas ameaças a este sujeito para que dinheiro seja colocado em comum a todos.

Alguns sujeitos recebem Aposentadoria ou Benefício do Estado. Próximo à data de seus pagamentos, algumas ameaças começam a serem feitas aos beneficiários, quase sempre com o intuito de forçá-los a gastar o dinheiro com os outros e compartilhar os usufrutos deste. Quando os beneficiários são mais resistentes, chegam até a serem ameaçados de espancamento ou morte. Se o dinheiro é colocado em comum à *banca*, podem adquirir mais *respeito* pela contribuição feita. Aqueles que possuem conhecimento do dinheiro recebido e não são membros da *banca* não poupam constrangimentos ao beneficiário.

⁶⁸ Presenciei uma briga de rua no meu primeiro dia de pesquisa de campo, em 2006. Este exemplo relata o caso de um sujeito recém-chegado na *banca* que abordou uma das mulheres e foi espancado por todos os integrantes da *banca*.

As *brigas de rua* podem ser seguidas de discussões ou de violência física. Quando se está muito *chapado*, efeito provocado pela *pinga* ou por outra *droga*, qualquer ameaça pode ser reagida com violência. Vulneráveis ao estado alterado da consciência, suas emoções estão à flor da pele e, por isso, muitos afirmam que sob tal efeito não se consegue discernir completamente os fatos, chegando até se arrependem depois. Um caso famoso na cidade foi publicado num dos jornais de São Carlos, no qual um morador de rua morreu espancado na linha do trem. Uma das *banças* esclareceu-me o ocorrido, dizendo que a morte fora consequência de uma *briga de rua*. A vítima havia roubado um membro de uma *banca* e, para solucionar a briga, armaram uma tocaia para solucionar o caso. O fato é que não se pretendia tirar a vida do sujeito – no entanto, como foram muitos os que o atacaram e eles estavam *chapados*, quando se deram conta o sujeito já havia falecido. Embora o caso tenha sido publicado nos jornais, não houve nenhuma investigação policial para apurar a ocorrência. Por isso, as *brigas de rua* devem ser evitadas ao máximo, já que os acertos de conta ocorrem sempre nas ruas.

As *brigas de rua* são provocadas entre seus circuitos de convivência e são resolvidas entre eles, sem que haja nenhuma intervenção de outras pessoas. O *cagueta* é aquele que entrega o sujeito para seu oponente. Numa briga apenas os envolvidos devem fazer seus acertos de conta, os demais não devem se envolver na discussão, exceto se a ameaça for injusta – daí a *banca* pode entrar na briga para proteger o ameaçado.

O cuidado de si requer táticas diárias para a alimentação, para o *mangueio*, o mapeamento de locais seguros, o cuidado com o corpo. São considerados cuidados de si uma vez que todo o sujeito que está na rua deve aprender por si só essas táticas.

Beber demais também é um descuido de si. A alteração da consciência provocada pela *pinga* produz efeitos que podem ser benéficos ao sujeito, conforme veremos ainda neste capítulo. No entanto, os efeitos tornam-se prejudiciais quando o sujeito perde a vigilância de si. Quando os efeitos da *pinga* prejudicam as ações motoras, o sujeito fica jogado pela rua, o corpo fica completamente vulnerável a quaisquer atentados. São frequentes os casos em que os sujeitos bebem demais e acabam sendo atropelados nas vias de trânsito, têm o seu *galo* roubado, ou provocam uma *briga de rua*, na qual a violência física quase sempre é acionada para resolver os conflitos.

As instituições são utilizadas como um espaço de proteção de si, onde podem estar

apartados do circuito de convivência da *pinga* ou de outras *drogas*, mas também das confusões provocadas entre eles. O CREAS é também utilizado como um espaço de proteção (de si mesmo) para aqueles que pretendem se resguardar do uso de *drogas* e da *pinga*. Ao conceberem a rua como um local livre para o uso destas substâncias, o CREAS, em contraponto, pode ser um espaço para os “livrar das tentações da rua”, conforme a fala de muitos dos meus interlocutores. O atendimento noturno do Albergue permite que os sujeitos possam recorrer a ele para evitar que durmam nas ruas. Para aqueles que procuram afastar-se da *banca* com o intuito de evitar o consumo de *drogas*, o Albergue parece ser um espaço de resguardo. Quando estão envolvidos em alguma *briga de rua*, é preciso evitar andar sozinho pelas ruas e, por isso, recorrem ao Albergue para evitar que sejam pegos em tocaia.

As instituições são acionadas em suas trajetórias de acordo com a tática prevista para a proteção de si, justamente por que avaliam o melhor uso destes espaços de acordo com as necessidades cotidianas. As entradas e saídas das instituições são operadas de acordo com tais táticas, sendo que sua permanência nos espaços institucionais não exclui o convívio previamente estabelecido nas ruas. Retornaremos a este ponto no Capítulo 3.

2.2 - *PINGA* E *DROGAS*: PERSPECTIVAS SOBRE SAÚDE E DOENÇA

O uso de *drogas* e as motivações envolvidas em sua procura articulam questões em torno dos efeitos que elas podem desencadear no organismo. Os psicoativos constituem uma forma pela qual é possível experimentar alteração da consciência. Sob a forma de condenação e criminalização, vemos emergir medidas de controle aos usos de psicoativos, cuja interdição parece estar atrelada no caráter danoso e inaceitável das experiências de alteração de consciência. Não à toa, um argumento comum à condenação das *drogas* justifica-se pela fuga da “realidade”, cuja apreensão desta só é possível por um certo padrão de “consciência ordinária de vigília” (MACRAE & SIMÕES 2004). A preservação deste estado de consciência vigilante tem sido, atualmente, um consenso sobre o estatuto de racionalidade do sujeito, assim como tem sido,

também, o único padrão aceitável de experimentação do mundo. Discutir a questão das *drogas* entre nós remete, portanto, ao problema dos sentidos atribuídos a estados alterados de consciência em nossa cultura.

Proponho pensar as *drogas* não apenas do ponto de vista farmacológico das substâncias, mas procuro trazer ao debate as experiências subjetivas de seu uso. Isto quer dizer que o significado dos efeitos provocados no organismo não está limitado, somente, aos princípios ativos das substâncias, mas correspondem também às expectativas individuais e às formas de uso destas substâncias.

Portanto, é segundo os significados atribuídos às *drogas* no contexto da rua que procuro avaliar o manejo de algumas substâncias. Dentre as principais substâncias consumidas nas ruas, a *pinga* revelou-se a mais importante para a construção do corpo e o principal vetor de socialidade. Seu consumo é unânime e cotidiano entre as pessoas que estão na rua.

A *pinga* revela-se como um símbolo poderoso e ambivalente, através do qual é possível atingir um estado de saúde ou de doença. A principal característica da *pinga* que torna o seu uso importante nas trajetórias de rua é a capacidade de alterar a consciência. Quando altera a consciência e provoca a sensação de *ficar na brisa*, a *pinga* pode promover descontração. A conotação negativa causada pela *pinga* é manifestada pelos efeitos considerados negativos, tais como o descontrole das ações e a perda das capacidades individuais. Ainda outra função importante da *pinga* – e que faz com que esteja constantemente presente no cotidiano da rua – é expressa em seu potencial em produzir saúde e influenciar na dinâmica da socialidade.

Há possibilidades, no contexto da rua, de se manter uma consciência considerada saudável e racional, mesmo com o uso da *pinga*. A alteração da consciência pode promover a emergência de um estado de vigilância, graças ao uso contínuo e consciente da bebida.

O *ficar na brisa*, a emergência do estado de alerta (“ficar esperto”), a euforia e animação são efeitos produzidos pela *pinga* que produzem a saúde do sujeito, isto por que estas são condições primordiais para a vivência na rua e para a realização das *correrias*. Muitos de meus interlocutores afirmam a dificuldade de *manguear* por vergonha de exporem suas situações. Os efeitos da *pinga* podem estimular a descontração do sujeito para fazer suas *correrias*. A alteração da consciência (*ficar na brisa*) causada pela *pinga* pode ser uma agência de estabilização emocional que permite alterar os malefícios da memória. As más lembranças

remetem à trajetória dos sujeitos antes de “cair na rua”, são lembranças sobre família, brigas, frustrações, perdas. A *pinga* age como um vetor de saúde quando tais lembranças não devem ser revividas e podem ser controladas ou manipuladas pela alteração da consciência.

O uso da *pinga*, pontuado pelos seus benefícios e malefícios, é regulado por um cálculo que prevê a promoção de estados alterados segundo aquilo que o sujeito deseja experimentar, seja o estado de alerta ou a estabilização emocional. As motivações que envolvem o uso da *pinga* estão dispostas num conjunto de noções prévias sobre seus efeitos na alteração do estado psíquico, sendo que a partir destas noções o sujeito pode controlar o uso da *pinga* para promover os estados psíquicos desejados.

Contudo, o mesmo vetor “produtor de saúde” pode transfigurar-se em doença. A *pinga* pode causar-lhes transtornos quando os parâmetros de usos passam a prejudicar a alimentação, as articulações motoras e a memória. Devido à imprevisibilidade das situações de violência e perigo nas ruas, assim como a falta de mecanismos que os protejam, numa trajetória de rua é preciso sempre estar alerta. Quando o consumo é descontrolado e, portanto, os efeitos estão fora das expectativas prévias, o estado de consciência encontra-se vulnerável. O abuso da *pinga* só aparece nestes termos quando o sujeito perde a capacidade de cuidar-se de si. Os efeitos negativos atrelados à *pinga* articulam o plano físico e moral do sujeito. O descontrole motor ou emocional significa a perda da capacidade de cuidar-se de si e a quebra das redes de socialidade. Se o ficar em alerta é o principal estado de consciência na rua, a moderação do uso só é assim considerada quando não afeta o estado de vigilância.

Retomando os estudos sobre as relações entre o sujeito e o ambiente, a noção de *affordance* (INGOLD 2000), já citada em contextos anteriores, enriquece a análise de consumo da *pinga* e das *drogas*, e as relações entre as substâncias e os sujeitos que as consomem. É possível dizer que a *pinga* possui *affordances* que só são percebidas porque seus consumidores, no nosso caso pessoas com trajetórias de rua, possuem habilidades para assim o fazer. Se a *pinga* possui agência que produz saúde e doença no sujeito, significa dizer que existem relações intrínsecas a bebida e ao sujeito, como uma simbiose entre ambos. Sua capacidade de produzir saúde e doença são assim operadas através das *affordances* que a bebida possui em relação ao sujeito que a percebe e a consome.

O uso descontrolado é retratado pela expressão “perder-se na *pinga*”⁶⁹ que revela o desajuste provocado no âmbito dos cuidados mais preeminentes para suas sobrevivências. O sujeito se perde na *pinga* quando o consumo não está dentro do cálculo que promove os efeitos desejados, e daí o sujeito não possui mais controle sobre a bebida. Notamos aqui uma relação de força entre a bebida e o consumidor, na qual o sujeito parece estar dominado e subjugado a ela. A expressão “perder-se na *pinga*”, dentro desta ética de cuidado, denota a perda da capacidade de ser senhor de si mesmo porque a bebida é quem controla suas próprias vontades.

Uma frase emblemática revela o consumo controlado da *pinga*: “a gente que tem que beber a pinga e não a pinga beber a gente”, isto porque o consumo excessivo faz com que a pessoa pare de comer, enfraqueça e se “perca na *pinga*”.

Uma forma de controlar o uso da bebida é permanecer no CREAS durante todo o dia. No local, além da proibição do uso de bebidas alcoólicas, é regulada a entrada de sujeitos “muito alterados”. Esta expressão é frequentemente usada pelos profissionais do CREAS para denominar aqueles que extrapolam as regras de convívio local e atrapalham o atendimento institucional. Se a alteração da consciência promovida pela *pinga* não atrapalhar as formas de convívio no CREAS, não há problemas em permanecer na instituição.

Num outro sentido, o consumo abusivo da *pinga* deixa o corpo fraco e causa dependência. A relação feita entre a fraqueza do corpo e a *pinga* é estabelecida pelo consumo ininterrupto da bebida até que o sujeito não consiga mais se alimentar. É nesta fase em que o sujeito “é bebido pela *pinga*”.

A recuperação pode ser feita através da abstinência da bebida. O sujeito deve ficar sem beber durante um período de cinco a sete dias, segundo os relatos dos meus interlocutores. Este período corresponde ao tempo necessário para que o álcool saia do corpo, o sujeito volte a se alimentar e o corpo se fortaleça novamente. Duarte (1986) comenta sobre a relação da fraqueza e sangue nas classes trabalhadoras:

⁶⁹ A expressão “perder-se na *pinga*” aproxima-se da noção “perder o controle de si mesmo” verificada entre os Alcoólicos Anônimos. Campos (2005) relata que a expressão utilizada no A.A. significa perder a qualidade moral de cuidar de si. No caso dos frequentadores do A. A., o que difere um tanto de nosso caso, está também relacionada à perda da capacidade de prover sua família através do trabalho.

O núcleo *força/fraqueza* se articula fundamentalmente com o tema da alimentação, sobretudo através da representação do *sangue* e da manutenção ou renovação de seu estoque e qualidade. Como ressaltam todos os trabalhos desenvolvidos por esse tema, a *comida* tem como um de seus pontos centrais de avaliação a ‘força’ transmissível ao organismo pela ingestão, frequentemente chamada de *sustança*, ou avaliada pela presença de elementos como os já citados das *vitaminas, ferro*, etc. (DUARTE 1986: 151).

O consumo da *pinga* é visto como uma prática consciente e opcional de cada sujeito, por isso, o uso controlado depende do critério de cada um. É interessante notar que em situações nas quais “a bebida bebe a pessoa”, a associação entre o corpo doente “tomado pela *pinga*” não se refere ao alcoolismo, de acordo com um discurso médico sobre esta prática.

Notei algumas formas de conjugar o verbo beber que, de modo geral, apresenta o modo pelo qual acontece o consumo e regulação do álcool.

- Eu não bebo: quer dizer que o sujeito abandonou o hábito de beber.
- Eu não estou bebendo: quer dizer o sujeito está num período de abstinência para a recuperação do corpo fraco.
- Eu bebo: é o hábito de beber controladamente.
- Eu estou bebendo: é quando o sujeito está bebendo compulsivamente, deixa de comer, deixa de tomar remédios.

A recuperação do corpo fraco realizada através da abstinência da *pinga* é um processo rápido que visa, principalmente, a desintoxicação do corpo. “Perder-se na *pinga*”, ou recuperar-se dela, é uma escolha que cada sujeito deve fazer. Abandonar o hábito de beber quase nunca é posto como uma possibilidade de escolha⁷⁰.

A prática de consumo da bebida em si não é considerada uma doença, apenas o descontrole de seu uso é entendido como promotor de um estado contrário à saúde. Por isso, proponho pensarmos o consumo como um ciclo no qual o controle e o descontrole são os parâmetros de diferenciação entre as duas modalidades de consumo de uma mesma prática. O uso

⁷⁰ Edemilson Campos (2005) comenta que para os Alcoólicos Anônimos a abstinência do álcool atua como um princípio terapêutico e como um valor para orientar a reorganização pessoal e coletiva da vida do bebedor. Diferentemente deste discurso, o consumo do álcool nas ruas é uma condição necessária para viver nas ruas. A noção de saúde e doença entre ambos os discursos são configuradas em princípios diferentes.

controlado da *pinga* é apenas uma modalidade de consumo, pois qualquer motivo pode desencadear seu uso descontrolado. Quem é bebido pela *pinga* tem duas opções: a abstinência dela para sua recuperação, ou ser bebido de vez, isto é, se entregar à própria morte. A recuperação do corpo fraco, para aqueles que não querem se entregar à bebida, prevê sua recuperação para que a prática de consumo possa ser continuada mas, quase nunca, abandonada. A abstinência da *pinga*, seja pela recuperação do corpo ou por qualquer outro motivo, é bastante difícil de ser controlada e, geralmente, os sintomas da abstinência provoca *tremedeira* (tremores no corpo) e, para aqueles que bebem há mais tempo, convulsões. Eles advertem: “quando para de beber, dá tremedeira. Só cura com outro gole”. Esta frase ilustra a perversidade do consumo da *pinga*, que é igualmente percebida por eles. Embora haja a elaboração de uma situação ideal de consumo, a grande maioria afirma que a *pinga* é a *droga* mais perversa que existe, justamente por que o sujeito pode passar uma vida inteira bebendo. A palavra *droga* é acionada neste discurso ocasionalmente, em geral, apenas para enfatizar uma conotação negativa da substância e não para sua classificação estanque.

Diferentemente, quando se está doente por qualquer outro motivo que não a bebida, casos como gripes, infecções e inflamações, são tomadas algumas medidas quase sempre envolvendo a regulação do uso da *pinga*, e, neste caso, os procedimentos terapêuticos são acompanhados por toda a *banca*. Na maioria das vezes em que um dos membros está passando por procedimentos terapêuticos, a *banca* parece agir de maneira a impedir que faça uso de *pinga*, sendo que a suspensão desta contribui (juntamente com a utilização de remédios em alguns casos) para a própria experiência da cura. A abstinência da *pinga* é fundamental para a cura do sujeito, uma vez que a mistura desta com algum tipo de remédio vem a se tornar tóxica para o organismo.

Com a implementação do CREAS na cidade, tornou-se parte do procedimento terapêutico, para aqueles que são usuários da instituição, a internação no Hospital Psiquiátrico Espírita Cairbar Schutel⁷¹ para a desintoxicação de álcool e *drogas*. Quando o sujeito está muito debilitado com o consumo contínuo do álcool, ele mesmo procura o CREAS e pede encaminhamento ao Hospital. O tratamento de desintoxicação se estende, em média, por 15 dias,

⁷¹ O Hospital Psiquiátrico Espírita Cairbar Schutel está localizado no município de Araraquara. Disponibilizam ao SUS atendimentos aos dependentes químicos (álcool e drogas) e aos pacientes com transtornos mentais. A população de rua assistida pelo CREAS geralmente é encaminhada para o Hospital Psiquiátrico para o tratamento referente ao álcool e drogas.

e o paciente pode interrompê-lo a qualquer momento. Disseram-me que o processo de fortalecimento do corpo é mais rápido na instituição já que o tratamento é realizado com remédios⁷².

De modo geral, podemos dizer que beber *pinga* é uma maneira de reafirmar seu estado de saúde, e isto implica a capacitação para as *correrias*, o controle das lembranças, o “estado de alerta”, fatores primordiais para se viver na rua. Em contrapartida, a abstinência da *pinga* está sempre atrelada a um processo de cura e conseqüentemente a um estado de doença. Além disso, ao mesmo tempo em que a bebida é um vetor de saúde e sociabilidade, ela pode também ser causa de desestabilização do sujeito, e é neste sentido que a *pinga* age como uma agência produtora de saúde e a doença.

A maconha (*Cannabis sativa*) é frequentemente utilizada pela maioria dos mais jovens que estão nas ruas. Os mais idosos preferem tomar *pinga*. A maconha não é classificada como uma *droga* na rua e, por conta disso, não se identifica nenhum efeito negativo provocado por ela. O principal argumento que faz com que a substância não seja classificada como *droga* é o fato de ser uma planta natural (sem processo químico envolvido) e não causa nenhum tipo de dependência. Em outras palavras, a maconha possui *affordances* que promovem a saúde no sujeito e não a doença. Veremos mais adiante.

Os mais velhos que preferem tomar *pinga* referem-se à maconha como uma *droga*, imputando uma conotação estigmatizada à substância. Entre os mais jovens, o uso da maconha parece ser bastante familiar, uma prática popularizada e altamente disseminada em seus circuitos de convivência.

A maconha é capaz de alterar a consciência sem prejudicar o estado de alerta, assim, o sujeito não perde a capacidade de vigiar-se. O manejo desta substância envolve um cálculo que aciona os efeitos da maconha para regular o estado de consciência conforme as expectativas do sujeito. Quando se está triste e desanimado, os efeitos da maconha promovem um estado de bem-estar, euforia, animação.

A substância é também utilizada para fins terapêuticos no processo de recuperação

⁷² Não tive conhecimento dos protocolos do tratamento terapêutico no Hospital Psiquiátrico, portanto não posso afirmar os medicamentos utilizados. Segundo o ponto de vista dos pacientes que foram internados e depois voltaram para as ruas, os remédios incentivam a fome e, portanto, aceleram o processo de fortalecimento do corpo.

da *pinga*. No estágio de fortalecimento do corpo fraco de *pinga*, a maconha pode auxiliar no processo de cura. Como o corpo fraco precisa abster-se da *pinga* para que o sujeito volte a se alimentar, a maconha provoca fome, o sujeito volta a comer e se recupera mais facilmente da *pinga*.

Nas *bancas* o uso da maconha é corriqueiro, sendo que as rodas de fumo são quase sempre formadas em espaços públicos, seja nas praças ou nas calçadas, no centro da cidade, em bairros domiciliares, em locais pouco movimentado ou com bastante fluxo de automóveis e pedestres. O uso público da maconha não lhes causa muitos constrangimentos, afirmam que a maconha não é *droga*, por isso, não temem intervenções policiais. O fato é que eles não têm grandes constrangimentos de demonstrarem ao público o hábito de fumar maconha, no entanto, caso haja alguma aproximação policial, o cigarro é escondido.

Como o trânsito entre as esferas normativas e desviantes são corriqueiras nas trajetórias de rua, o uso da maconha em locais públicos parece ser uma provocação à ordem pública, uma vez que não parecem temer aos distúrbios causados nela ou as penalidades que podem sofrer por tal infração penal, por isso as rodas de fumo são sempre formadas em vias públicas.

A maconha é sempre associada à sua agencia produtora de saúde, seja para a recuperação do corpo fraco ou sua capacidade de promover estados alterados da consciência que quase nunca desestabilizam emocionalmente o sujeito. Assim, não existe uma relação de força entre a substância e o consumidor, diferente do caso da *pinga*, porque não se sente a abstinência da maconha, quando deixam de consumi-la, não afeta o controle das memórias e principalmente por que promove uma sensação de bem-estar. É neste sentido que meus interlocutores afirmam que a maconha não é uma *droga*.

Já o crack é classificado como uma *droga* perigosa entre meus interlocutores, isto porque é difícil manejar os efeitos segundo as expectativas do sujeito. Um interlocutor me contou que experimentou uma única vez o crack: “nunca me senti tão bem em toda minha vida e, por isso mesmo, nunca mais voltei a usar”. Seus efeitos são descritos como uma intensa sensação de prazer, a intensidade é tamanha que o corpo permanece em estado letárgico, até que é seguida de uma sensação de mal-estar. Como os efeitos têm curta duração (cerca de 5 a 10 minutos), volta-se a fumar o *crack* para retomar a sensação provocada pela substância. O *crack* é considerado

poderoso uma vez que promove uma potencialização do estado de bem-estar, sendo esta a principal agência da substância. Uma frase esclarecedora aponta a potência da substância: “*Crack* é melhor que Deus!”.

Para regular o intenso estado de letargia que o crack promove, é utilizada conjuntamente à maconha para amenizar os efeitos de mal-estar. O perigo apontado no uso do *crack* é verificado na qualidade da substância, considerada por eles como *forte*, em comparação a outros tipos de substâncias como a *pinga* e a maconha, classificadas como *fracas*. O crack é considerado uma substância *forte* uma vez que sua composição é feita a partir da cocaína, acrescida de bicarbonato de sódio, e o seu efeito é classificado como *forte* justamente pelo descontrole que provoca na *mente*. A mente é uma instância corporal onde se localiza o pensamento, a memória, o raciocínio. O efeito do crack atinge a *mente* na medida em que é capaz de dispersar os maus pensamentos no momento da euforia, mas igualmente prejudica a *mente* na fase do mal-estar, seguido da euforia, na qual são provocadas sensações de angústia, medo, agonia, sensação de perseguição. O crack, ainda, deixa a *mente fraca* porque não se consegue controlar suas vontades. Quando bate a *fissura* (vontade incontrolável de usar o *crack*), o corpo reage de forma aleatória com dores repentinas na barriga, descontrole na urinação e defecação. Na *fissura*, os pensamentos não param de vir à *mente*, e neste estágio a *mente* não controla mais o corpo. A categoria “vício” é expressa no uso desta substância quando os momentos de *fissuras* são cada vez mais frequentes.

Quando o sujeito torna-se “viciado”, em seus momentos de descontrole, ele perde o *respeito* entre os companheiros. Vi um caso em que a *banca* juntou uma certa quantidade de dinheiro para comprar *pinga* e, antes mesmo de recolherem as moedas, um dos sujeitos pegou o dinheiro e saiu para comprar uma pedra de crack. Disseram-me que é muito difícil ter confiança num sujeito que é “viciado” em *pedra*⁷³.

O *crack* é também considerado *forte* uma vez que não dá pra fumar crack durante muito tempo, ao contrário da *pinga*, que é caracterizada por um ciclo que permite regular seu controle e descontrole. A única possibilidade terapêutica que se vislumbra para aquele que pretende abandonar o crack é a internação em hospitais, onde o tratamento é igualmente realizado para a desintoxicação do corpo, mas a utilização de remédios é extremamente importante para

⁷³ *Pedra* é também utilizado como sinônimo de *crack*.

minimizar os efeitos da abstinência. Como a maior parte dos discursos de meus interlocutores afirmam que é muito difícil abandonar o consumo do *crack* sem tratamentos médicos, podemos inferir que o *crack* é também entendido como uma *droga* que “vicia” justamente porque a substância produz sujeitos assujeitados a ela, ou então, sujeitos que perderam a capacidade de cuidar de si. O cuidado é também entendido pelas práticas de vigilância do corpo, isto é, os cuidados com a alimentação, higiene, cuidados com seus pertences; mas, num outro sentido, é entendido pelas práticas de vigilância da *mente*, que são o controle da memória, do raciocínio e também dos pensamentos, que são fundamentais para o manejo das vontades. Um sujeito que não controla sua *mente* não é capaz de cuidar de si por completo.

Descontrolar a *mente* possui relação com a loucura, uma perturbação física e moral. Um *pardal* me conta que a *fissura* do *crack* faz com que a *mente* não pare de trabalhar, pois o excesso de pensamento chega a levar o sujeito à loucura. Não há nada que possa diminuir os pensamentos vindos à *mente*, por isso a dependência é causada rapidamente, pois somente a sensação letárgica do *crack* é capaz de acalmar a *mente*. A relação entre o forte/fraco na classificação das *drogas* é percebida na seguinte frase, enquanto o mesmo *pardal* tentava me explicar a diferença entre o *crack* e o álcool: “Vou te explicar exatamente como funciona isso. Quando alguém começa a beber *pinga*, é como se ele tivesse caindo num poço. Quando alguém começa a fumar *pedra*, ele se atira num abismo.” A loucura é pensada através da relação entre o descontrole da *mente* e também do corpo, que só é percebido em tal potência pelo uso e abstinência do *crack*. Alguns *pardais* relatam com muito pesar um caso triste e trágico em que um viciado em *pedra* tentou de várias formas abandonar o vício. Seu último recurso foi sair da rua e voltar para a casa dos pais, local onde poderia estar afastado do circuito de convivência das *banças*. O descontrole da *mente* chegou a um ponto em que ele não conseguia mais viver em tal estado e acabou se enforcando no banheiro de sua casa.

A substância parece ser um divisor de grupos: a turma que usa *droga* e a turma que bebe *pinga*. No CREAS, o atendimento é bem diferenciado entre estes dois perfis, isto porque, a categoria “vício” aparece como uma preocupação central no atendimento a estes usuários. Embora todo o serviço seja oferecido de modo semelhante aos usuários da instituição, a preocupação com o descontrole é algo que gera inúmeros conflitos como, por exemplo, a desconfiança quando some algo no local. O descontrole de si é o principal efeito negativo da *pedra* e é apontado como uma preocupação, também, pelos usuários do *crack*.

2.3 - CORPO E MEMÓRIA

Cada movimento nas ruas é marcado nas trajetórias pessoais e cada insígnia é marcada no corpo, como se fossem rastros dos movimentos produzidos. A vida na rua é codificada na esfera do corpo, não somente porque numa trajetória de rua não se preza pela acumulação material, mas porque é no corpo onde são codificadas todas as relações que atravessam os sujeitos. Sendo assim, cada percurso traçado numa trajetória é corporalmente marcado.

Além de uma corporalidade produzida pelas táticas de cuidado de si, que remete a uma ética de cuidado, o corpo nas trajetórias de rua é inverso ao projeto corporal hegemônico, no qual uma outra ética marca o cuidado do corpo, da mente, da sexualidade, da higiene. Num estudo sobre a corporalidade dos moradores de rua, Frangella (2006) enfatiza o despojamento material dos corpos errantes, suas marcas e abjeções ficam às margens dos projetos corporais hegemônicos:

A trajetória do morador de rua é eminentemente corporal. Não apenas porque o corpo traz visibilidade aos processos que marcam a formação desta categoria. Mas também porque, sendo o único suporte que lhe resta e que lhe é irredutível, atualiza sua possibilidade de existência e as condições atuais nas quais ela se faz. Seu corpo aparece como último território, sobre o que e por meio do qual singularizam-se as manifestações de sua experiência na cidade. Desprovidos de bens materiais, sem casa, absolutamente fora das práticas de consumo, envelhecendo na rua, corpo sujo e fétido que os mimetiza no asfalto, o morador de rua aparece como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano e às projeções corporais idealizadas (FRANGELLA 2006: 61).

As trajetórias de rua são também codificadas pelas marcas adquiridas ao longo de todas suas caminhadas. Notamos estas marcas nos pés sujos e rachados, que demonstram a intensidade do movimento. As marcas e cicatrizes codificam todas as violências por eles vivenciadas, assim, à medida que a trajetória se prolonga nas ruas, as marcas corporais denunciam todos os embates por eles vivenciados.

Para melhor entendermos a relação entre o corpo da rua, que é itinerante e

vigilante, e a memória começamos pela sua principal marca: o corpo da rua carrega peso. Os habitantes da rua possuem mochilas ou sacolas para guardar seus pertences, chamados de *galo*. A vida nas ruas não se presta à acumulação material, justamente por que a acumulação está associada à interrupção do movimento e à *pardalização*, no sentido de que ao cessar qualquer tipo de movimento, o sujeito deixa de produzir vida. No sentido prático, a dificuldade de armazenamento e transporte dos pertences dificulta bastante a mobilidade, por isso os objetos mais essenciais para vida nas ruas são carregados no *galo*. Geralmente são guardados objetos pessoais para higiene diária (sabonetes, desodorantes, pente, escova de dente, papel higiênico, absorvente feminino), documentos pessoais, algumas peças de roupa, cartas e fotografias.

Numa trajetória de rua, seus poucos e únicos pertences estão sempre junto ao corpo. Em suas mochilas carregam o essencial para a vida na rua. Os *pardais* também possuem o *galo*, mas muitos deles o guardam nas instituições para não correrem o risco de serem roubados.

O *galo* é a marca distintiva da vida nas ruas e caracteriza fortemente o principal caráter das trajetórias: suas variações intermitentes. Além da funcionalidade prática do *galo*, a impossibilidade de se carregar excedentes é também uma tática para perpetuar sempre o movimento contínuo pelas ruas.

Como seus pertences mais pessoais estão guardados no *galo*, existe uma contiguidade entre o corpo e o *galo* que está sempre junto ao corpo. O *galo* é mais do que um receptáculo para seus pertences, é uma instância na qual a memória pode ser ativada, revivida, mas também, esquecida. Cartas e fotografias, guardadas sempre no *galo*, criam elos com o passado e tornam a memória materializada nos objetos. Como vimos, as lembranças são controladas pelo uso da *pinga*, por isso, numa trajetória de rua o rompimento com o passado é continuamente controlado pela *mente*, capaz de selecionar as lembranças que podem ser revividas daquelas que devem ser esquecidas. A memória (e seu excesso) tanto pode se manifestar como uma lembrança afetiva boa quanto um fardo da lembrança de experiências ruins, sendo que “se o *galo* tá pesado vira um fardo”. As lembranças ruins, aquelas que podem se tornar um fardo, são aquelas que os remetem à vida antes de “cair na rua”, geralmente são lembranças de brigas, conflitos, perdas, frustrações. O elo com o passado, experimentado através da memória revivida na *mente*, lhes trazem malefícios e desestabilização emocional. É importante destacar que o rompimento familiar, isto é, perder a casa como referência de sua sociabilidade é o principal

marco que delimita a produção de um novo sujeito, aquele capaz de produzir uma nova trajetória, neste caso, uma trajetória de rua. Por isso, reviver lembranças passadas através da *mente* pode desestabilizar o sujeito, por que estas lembranças são de um sujeito que não existe mais.

As pessoas com trajetórias de rua engajam-se com o presente, porque este é o imperativo maior de suas caminhadas. Não há futuro nem passado. No entanto, isto não significa dizer que seus passados estejam perdidos por completo. A reativação das memórias, quando feita através da *mente*, isto é, quando revivem uma cena através de suas lembranças, trazem malefícios emocionais, isto porque a sensação revivida é presente e atual. As memórias podem estar alocadas e, por conseguinte, podem ser revividas numa instância material e não na *mente*. Deste modo, a memória materializada nos objetos é realocada na materialidade das coisas, sendo, portanto, o modo pelo qual suas histórias estão impressas.

No *galo* está contida a história do sujeito, cuja memória materializada nos objetos não deixa seu passado ser perdido no esquecimento, assim como, tais memórias são provas materiais de suas próprias existências, notadamente são comprovações materiais dos vínculos familiares que os remetem a um lugar social do qual lhe deram origem. Nesse sentido, o *galo* representa uma extensão do próprio corpo.

A memória é materializada nas cartas e fotografias, mecanismo que regula sua *mente* e controla as lembranças que não devem ser revividas. Num outro sentido, as memórias são também corporalizadas por meio das marcas inscritas nos corpos. Esta memória, no entanto, são lembranças de suas trajetórias pessoais, aquelas vividas na casa, na prisão, nas instituições por onde passaram e também na rua.

As tatuagens são insígnias que criam elos com o passado. Geralmente são feitas dentro das instituições prisionais, com técnicas bastante rudimentares. De qualquer modo, as tatuagens possibilitam que as memórias de suas trajetórias estejam ativadas na esfera do corpo. É muito comum terem impressos no corpo os nomes de seus filhos, motivo de bastante orgulho para eles. Os nomes de pai, mãe e amores já vividos são também bastante comuns entre eles e estão sempre marcados no corpo.

Algumas tatuagens feitas nas instituições prisionais são frequentes: caveiras, facas, espadas, brasões. Disseram-me que um desenho específico de faca representa um assassinato cometido, assim como outros desenhos, dos quais não tive acesso e conhecimento, representam

os estupros ou roubos cometidos. Assim, a trajetória criminal é também possível ser impressa no corpo.

Algumas frases são também gravadas na pele como uma espécie de lema para a vida. Algumas delas de clara conotação religiosa, como, passagens bíblicas, ou senão, simplesmente a palavra Deus ou Jesus Cristo. Todas estas marcas são possibilidades de retomar um passado que jamais irá se apagar porque está impresso em seus corpos.

Embora suas trajetórias civis estejam no esquecimento, fato comprovado pela perda de documentos, uma outra trajetória, que não se associa ao sujeito cidadão, é produzida através de todas as memórias corporalizadas ou materializadas. Contudo, sabem bem da funcionalidade prática dos documentos e a importância deste para garantir, e não exercer, a cidadania. Sem os documentos são impedidos de conseguirem benefícios eventuais, tratamento médico, inserção no mercado de trabalho, dentre tantas outras inserções na lógica estatal.

Suas trajetórias de rua fabricam memórias de todos os trajetos percorridos, da pele marcada pelo sol, dos ferimentos mal curados, das cicatrizes, dos pés calejados e rachados. São marcas que atualizam a memória, cujas histórias estão impressas na esfera do corpo.

As marcas na pele codificam todos os embates que circundam o universo da rua. Toda a sujeira do asfalto e os castigos do sol aparecem nas peles mais expostas a estes fatores. A pele também indica como cada sujeito se desloca pela cidade. Os frequentadores de Albergue aderem aos banhos diários, a pele fica pouco encardida e menos machucada. Aqueles que não frequentam os Albergues ficam com a pele muito suja e machucada. As doenças de pele são comuns entre os frequentadores de Albergue, isto porque aqueles que não possuem sabonete devem compartilhar o que é doado pela instituição, por isso, é comum serem infectados por sarna. A doença deixa marcas no dorso, braços, pernas, grandes manchas vermelhas, bolhas, escoriações.

A falta de banhos, comum entre aqueles que dormem nas ruas, pode causar inflamações na pele com apenas um corte cutâneo superficial. Suas peles são encardidas, grossas de sujeira, brilhantes de suor. A falta de assepsia pode agravar infecções e inflamações decorrentes de qualquer corte cutâneo, formando grandes chagas, difíceis de serem tratadas na escassez material da rua.

O limite entre o sujo e o limpo é manipulado por estes sujeitos de forma ambígua.

A fabricação do corpo sujo ocorre de forma gradual, quanto mais tempo se prolonga nas ruas mais sujo o corpo pode ficar devido às degradações do clima, falta de banhos, roupas encardidas, uso contínuo da *pinga* – fatores próprios da movimentação pelas ruas. Contudo, em função do estigma conferido a esses corpos, os sujeitos esforçam-se para uma boa aparência e para um corpo limpo, a fim de se afastarem da imagem do estigma. É muito comum manipularem estes limites a fim de criar aparências conforme lhes convêm. Quando querem apelar para a imagem do mendigo e para a mendicância, usam da imagem do “sujo”, mas quando estão em busca de emprego, seu corpo deve ser “limpo”.

O tempo de rua também é exposto em seus corpos. À medida que suas trajetórias de rua se prolongam, o corpo passa a adquirir marcas que sinalizam a abjeção que esse circuito pode proporcionar. As marcas são expressas na pele, nos dentes, nos cabelos, nos pés. São desgastes corporais que se acentuam conforme a trajetória que se percorre, seja no prolongamento do tempo de rua, seja nas movimentações constantes.

À medida que se acentua o movimento pela cidade, os pés são marcados pela itinerância. Calçados, na maioria das vezes, com chinelos de borracha, os pés ficam rachados pelo contato frequente com o asfalto. As unhas estão quase sempre sujas e compridas. Os pés calçados por sapatos sinalizam uma diferenciação sutil entre os movimentos percorridos, pois o acesso aos calçados está mais restrito ao circuito institucional, onde se beneficiam de doações frequentes. Os pés menos machucados marcam o circuito institucional em suas trajetórias, circuito onde podem tomar banho diariamente, lavar as roupas, conseguir calçados e vestimentas.

A perda dos dentes é bastante comum para pessoas com trajetórias de rua. Alguns deles guardam em seus *galos* uma escova de dente, mas, a grande maioria, não costuma fazer higiene bucal. Contam-me que os dentes simplesmente vão caindo, um após o outro. Na boca restam apenas poucos deles. O prolongamento das trajetórias de rua é facilmente percebido pela perda dos dentes, devido ao fato de não terem acesso aos banheiros com tanta frequência, ou simplesmente não cuidarem da higiene bucal. Notamos que aqui existe um distanciamento entre a construção corporal por eles realizada e o projeto corporal contemporâneo, ligado ao cuidado da aparência, higiene, saúde e sexualidade. Frangella (2006) assinala a construção de uma corporalidade específica entre os habitantes de rua, contrária às projeções contemporâneas de uma corporalidade de rejuvenescimento e cuidado:

O morador de rua vai no caminho oposto da superexposição corporal e da fruição desse circuito desejante; está no lado oposto desse imaginário de produção do corpo. Neste sentido, esse segmento assinala um processo de *embodiment* que se faz no revés desse projeto corporal contemporâneo. E é por meio dessa outra corporalidade que ele cria seus caminhos, sua subjetividade, suas práticas e sua própria resistência no espaço urbano. Seu corpo, uma entidade física, material, social e política, se define, na situação de rua, em torno da abjeção e da subtração material e simbólica. O gradual vínculo da pessoa com a rua pressupõe um aprendizado de mecanismos de sobrevivência, ao mesmo tempo em que marcas corporais que vão denunciando o prolongamento do contato com o espaço urbano: a sujeira que gradualmente vai lhe encardindo, as feições inchadas pelo álcool, a vestimenta rasgada, a postura corporal específica, o olhar introspectivo (FRANGELLA 2006: 64).

Os corpos marcados pelos deslocamentos são formados por todos os acontecimentos imprevisíveis de suas caminhadas. Devido às andanças é comum serem atropelados nas vias públicas, por isso, muitos deles têm seus membros amputados, pernas, braços, mãos; estas marcas sinalizam suas trajetórias itinerantes. Impossibilitados de continuarem andando pelos *trechos*, acabam parando nas cidades, pois necessitam de bengalas, andadores e muletas que lhes sirvam de apoio para seu deslocamento. Estes corpos mutilados pelas andanças costumam parar nas instituições de acolhimento para continuarem vivendo nos circuitos da rua.

O corpo da rua quando mais afetado pela falta de banhos, amputação de membros, perda de dentes, passa a ser um corpo ainda mais discriminado. Além destas marcas, as rachaduras nas mãos e nos pés, as roupas encardidas, entre outras marcas, são insígnias corporais completamente avessas a uma corporalidade de cuidado e rejuvenescimento. Estas marcas vão tornando-se cada vez mais permanentes, afastando do sujeito as possibilidades de reinserção, principalmente, no mundo do trabalho.

Através das marcas corporalizadas as pessoas com trajetórias de rua atualizam sua experiência neste contexto, já que estas operam como possibilidades de construir, destruir, reconstruir e atualizar a memória na esfera do corpo. O corpo vai se modelando na rua e tudo depende dos percursos percorridos. Ele é mais do que um suporte, pois dele emanam todas as relações que os sujeitos vivem.

CAPÍTULO 3

CAIR NA REDE: UMA ETNOGRAFIA DA REDE ASSISTENCIAL

3.1 - NO CREAS

As instituições de acolhimento à população de rua fazem parte do circuito das ruas, sendo impossível falar deste circuito isoladamente, isto porque as entradas e saídas pelas instituições estão previstas nas trajetórias de rua como táticas de circulação pela cidade e, sobretudo, de cuidado de si. Portanto, as trajetórias institucionais não estão desvinculadas das trajetórias de rua. Imersos na rede institucional, um outro tipo de movimento é produzido, marcado, principalmente, pelo deslocamento entre diversas instituições, fato que caracteriza a formação de uma rede de acolhimento interligada.

Embora o CREAS tenha o atendimento restrito aos *pardais*, classificados como população de rua **da** cidade, os *trecheiros* são ocasionalmente atendidos pela instituição, justamente porque é no CREAS onde se encontra a equipe profissional responsável pelo encaminhamento médico e familiar (quando os itinerantes possuem familiares na cidade).

A entrada nas instituições pode ocorrer espontaneamente pelo sujeito que vai até a instituição em busca dos serviços por ela ofertados, ou então, os funcionários do Albergue que encaminham os usuários até o CREAS para resolução de casos em que somente a equipe profissional está apta a realizar, ou ainda, os sujeitos entram na instituição através do serviço da Abordagem de Rua, por meio do qual são convidados a conhecer as instalações e serviços do CREAS. A entrada destes sujeitos na instituição não é obrigatória, assim como sua frequência pode ser ocasional. Por isso, o atendimento institucional conta com um público flutuante que recorre aos serviços segundo suas próprias expectativas, avaliando as vantagens e desvantagens de sua permanência ou desvinculação (permanente ou ocasional). Os *pardais* costumam entrar no CREAS para realizar suas refeições diárias, participar das atividades educativas, pedir encaminhamento à rede de saúde, ou ainda, pedir ajuda para a entrada no mercado de trabalho. Contudo, nem sempre se recorre ao CREAS pela necessidade de se obter os encaminhamentos, justamente porque a instituição pode também oferecer um espaço para realizar suas refeições, lazer e descanso. Não se descartam os conflitos gerados entre profissionais e usuários do CREAS no que diz respeito às expectativas de suas frequências e permanência na instituição, marcadas por um projeto de ressocialização que os profissionais procuram desenvolver aos usuários e os

usos que estes fazem dos serviços.

Os *trecheiros* podem entrar no CREAS quando permanecem na cidade por um período de tempo mais longo, mas, como já vimos anteriormente, é necessário escapar do Albergue, senão são obrigatoriamente encaminhados para os Albergues de cidades vizinhas. Nos casos em que o *trecheiro* necessita de encaminhamento médico por motivos de adoecimento, o CREAS pode acolhê-lo até que seu tratamento médico seja concluído. Há ainda os casos em que o *trecheiro* consegue trabalho na cidade mas não possui moradia; ele permanece no CREAS e Albergue Noturno até que as providências sejam tomadas.

Como se vê, a política de atendimento é bastante maleável tanto para os *pardais* quanto para os *trecheiros*, por isso, o circuito institucional está fortemente presente nas trajetórias de rua.

Seus corpos são evidentemente marcados pelas suas passagens pela instituição, onde recebem refeições diárias, doações de roupas e tratamento médico. O despojamento corporal marcado por trajetórias traçadas pelo *trecho* dificilmente é encontrado dentro dos circuitos institucionais porque o CREAS atende os casos mais emergenciais de atropelamento, convulsões, feridas, infecções, tão recorrente nos circuitos das ruas. O encaminhamento para a rede de saúde para tratar os casos de complicações do uso do álcool e *drogas* é também frequente no circuito institucional, quase sempre incentivado pela equipe profissional ou a pedido do próprio usuário. Neste sentido, o CREAS é também entendido pelas pessoas com trajetórias de rua como um espaço para o cuidado de si.

O CREAS é um modelo institucional previsto na Política Nacional de Assistência Social, porém sua implementação é realizada em âmbito municipal. Existem poucos casos no Brasil de implementação do CREAS com atendimento voltado à população de rua, portanto, em São Carlos verifica-se uma experiência institucional pioneira no âmbito assistencial.

O CREAS é o mais importante equipamento de atendimento à população de rua da cidade. Diferentemente do Albergue Noturno, o CREAS oferece atendimento somente no período diurno, que é justificado como, sem ter o caráter de assistência imediata, um projeto assistencial continuado para este segmento. O CREAS segue as orientações da Política Nacional de Assistência Social (2004) que, desde o ano de sua implementação, subdivide os grupos de riscos em dois níveis de Proteção Social: proteção social básica e proteção social especial. No texto aqui

proposto, cabe apenas desdobrarmos as diretrizes da segunda proteção⁷⁴. De acordo com o Guia CREAS, é definida a proteção social especial:

Nesse contexto, a proteção social especial tem por direção: a) proteger as vítimas de violências, agressões e as pessoas com contingências pessoais e sociais, de modo a que ampliem a sua capacidade para enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social; b) monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência; c) desenvolver ações para eliminação/redução da infringência aos direitos humanos e sociais. Este campo de proteção na assistência social se ocupa das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões, cujo nível de agravamento determina seu padrão de atenção (MDS, CREAS - Guia de Orientação: 3).

A proteção social especial destina-se à reestruturação dos serviços de abrigo para aqueles indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias. Sua modalidade de atendimento prevê o acolhimento de pessoas que sofreram abandono, abusos, maus-tratos físicos e psíquicos, situação de rua, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas. A proteção social especial é ainda subdividida em: a) média complexidade; b) alta complexidade. São considerados serviços de média complexidade aqueles que atendem às famílias e indivíduos que sofreram violação de seus direitos, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos⁷⁵. Já os serviços de alta complexidade são destinados às famílias e indivíduos que se encontram já desvinculados, ou ameaçados de desvinculação, dos núcleos comunitário e familiar⁷⁶. A população de rua é classificada como

⁷⁴ “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (PNAS 2004: 25) Os equipamentos de assistência à este grupo de risco são os Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

⁷⁵ “A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (PNAS 2004: 29).

⁷⁶ “Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário, tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada); Trabalho Protegido” (PNAS 2004: 30).

proteção social especial de alta complexidade, já que, seus vínculos familiares e comunitários foram rompidos.

De acordo com as orientações do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o CREAS possui um caráter de abrangência local, isto é, possui o princípio de territorialidade para delimitar as demandas municipais específicas. O CREAS deve constituir-se:

numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado (MDS, CREAS - Guia de Orientação: 4).

A equipe profissional também está prevista no Guia de orientação do CREAS mas pode ser adaptada segundo demandas específicas. O quadro profissional é composto por:

- 1 Sociólogo (Chefe de Divisão)
- 1 Terapeuta Ocupacional
- 1 Psicólogo
- 2 Educadores Sociais
- 1 Assistente social
- 1 Motorista
- 1 Merendeira
- 1 Auxiliar de serviços gerais
- 1 Administrativo
- 1 Guarda municipal
- 2 Estagiários (Pedagogia e Ciências Sociais).

O provimento das vagas foi realizado através de um processo seletivo público, exceto para os cargos de auxiliar de limpeza e estagiários. O cargo de Chefe de Divisão é

comissionado, também chamado de cargo de confiança, pois sua admissão é de livre nomeação.

A) O PERFIL DOS USUÁRIOS

De acordo com o guia de orientação do CREAS e as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os serviços devem ter abrangência local, sendo que o atendimento é restrito aos usuários do município; assim, no CREAS é atendida somente a população de rua da cidade de São Carlos. Levando em conta a itinerância das ruas, assim como o tempo das trajetórias de rua, há inúmeras controvérsias práticas (e conceituais) que dificultam a caracterização de uma população de rua, como também, a diferenciação desta população no território de São Carlos.

Tendo em vista o caráter estritamente territorial, o CREAS deveria delimitar o perfil de usuários para seu atendimento. Depois de um ano de trabalho e muitas discussões a respeito, a equipe profissional estabeleceu o parâmetro de diferenciação, que é utilizado até os dias atuais. É considerada população de rua **da** cidade os que permaneceram por mais de seis (6) meses de rua. O tempo de rua constitui-se como o principal delimitador do fenômeno, opera em diferenciações de trajetórias de rua e a permanência na cidade (diferenciações entre *trecheiros* e *pardais*).

Paralelamente à categoria tempo de rua, a definição do segmento é delimitada pela espécie de trajetória construída pelo sujeito. Assim, são diferenciadas as trajetórias de migrantes, de *trecheiros*, de doentes mentais, de recém-desempregados. São tomados como parâmetros definidores de trajetórias de rua as rupturas familiares, desvinculação do trabalho, permanência nas ruas como um espaço de sobrevivência. O início de uma trajetória de rua é definido pelo CREAS a partir da ruptura familiar, cuja inserção nos circuitos de rua ainda é recente. Quando a inserção nas redes de socialidade da rua é mais profunda e o tempo de rua se estende, torna-se mais difícil tirar o sujeito da situação de rua, segundo o discurso dos profissionais. O CREAS

entende, portanto, os sujeitos (habitantes de São Carlos) que estão iniciando uma trajetória de rua e permanecem ocasionalmente nas ruas, como um perfil de risco, cuja intervenção institucional deve oferecer os aparatos necessários para tirar o sujeito de situação de rua. São também atendidos os *trecheiros* que estão em São Carlos há uns três ou quatro meses, pois, entende-se que o sujeito já se fixou na cidade e pode vir a se tornar parte da população de rua de São Carlos. Como se vê, a definição do segmento é maleável, operando numa lógica de diminuição dos riscos na situação de rua.

Atualmente o CREAS atende um número variável de 95 pessoas em situação de rua, cadastrados pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social entre o período de 2006 a 2008. Com a implantação do CREAS iniciou-se o levantamento e a sistematização dos dados sobre a população de rua da cidade, e o método estatístico é acionado para uma análise minuciosa e detalhada de seu público atendido. Os dados estatísticos aqui apresentados são referentes ao ano de 2008 e, desde então, não foram publicados dados mais recentes. Em levantamento realizado por Silva e Herrera (2008) dos usuários atendidos, 88% são do sexo masculino e 12% do sexo feminino. Segundo o perfil de atendimento, os usuários que recorrem à instituição compõem o seguinte quadro etário:

TABELA 2 . Faixa etária dos usuários do CREAS:

	<i>Pessoas</i>	<i>%</i>
18 a 24 anos	04	12
25 a 39 anos	13	40
40 a 60 anos	12	36
Mais de 60 anos	04	12

Fonte: SILVA & HERRERA 2008

Em comparação aos dados sistematizados pelo CREAS observamos que o perfil dos usuários difere sutilmente do perfil que se apresenta nas ruas, que não são analisados em forma estatística. Apenas por observação em campo notei que o perfil de pessoas com trajetórias de rua em São Carlos é majoritariamente jovem e masculino, sendo que o perfil dos usuários do

CREAS compreende um público de faixa etária mais avançada, dificilmente encontrado nos circuitos da rua. Nos ambientes institucionais, surge uma categoria nova chamada de “idoso” que, embora não tenha ainda 60 anos de idade, é considerado idoso pela saúde frágil e, principalmente, por não estar mais inserido nos circuitos de rua. Alguns destes sujeitos possuem uma trajetória de rua bastante longa, mas não são considerados idosos pela lei⁷⁷, não podendo assim ser encaminhados às instituições especializadas para a Terceira Idade⁷⁸.

Um outro perfil encontrado no CREAS compreende os pacientes do Centro de Atenção Psicossocial⁷⁹, diagnosticados com transtornos mentais⁸⁰ (não se inclui neste perfil pacientes do CAPS álcool e drogas⁸¹). Alguns deles já estavam nas ruas e foram encaminhados para o tratamento. Outros, ainda, haviam sido encaminhados para o CAPS e acabaram saindo de casa. Este perfil específico de população de rua é mantido sob os cuidados do Albergue Noturno (durante a noite) e do CREAS (durante o dia), portanto, dificilmente são encontrados nas ruas. São os motoristas de ambas instituições que levam estes usuários aos atendimentos semanais do CAPS, e os funcionários responsáveis fazem contatos com os familiares dos usuários.

Estes dois perfis destoam da grande maioria das trajetórias de rua. De qualquer modo, os “idosos” e os sujeitos com transtornos mentais estão inseridos na política de atendimento para o segmento alvo. Aqui, percebemos que a situação de rua é um fenômeno de definição ampla.

De acordo com a Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de rua, este segmento é fundamentalmente caracterizado:

⁷⁷ Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Capítulo I, Art. 2º: Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

⁷⁸ Embora todo o atendimento voltado aos idosos seja realizado pelo CREAS, a concessão de benefícios do governo (Benefício de Prestação Continuada) é feito pelo Conselho Municipal do Idoso, vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

⁷⁹ Os CAPSs são unidades de atendimento intensivo e diário aos portadores de transtornos mentais graves. Este se apresenta como uma alternativa ao modelo centrado no hospital psiquiátrico. Segundo a definição do Ministério da Saúde: “(...) são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários, que oferecem atendimento diário às pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social destas pessoas através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários (...)”. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29797&janela=1

⁸⁰ Não tive acesso aos diagnósticos dos usuários do CREAS, mantidos em sigilo.

⁸¹ O CAPS Álcool e Drogas de São Carlos tem seu atendimento restrito aos jovens de até 18 anos de idade.


como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (MDS 2008 : 9).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional sobre População de rua, grande parte dos entrevistados possui um histórico de internação em instituições, dentre elas: “28,1% afirmaram já ter passado por casa de recuperação de dependentes químicos; 27,0% já estiveram em algum abrigo institucional; 17,0% admitiram já ter passado por alguma casa de detenção; 16,7% afirmaram já ter passado por hospital psiquiátrico; 15,0% dos entrevistados já estiveram em orfanato; 12,2% já estiveram na FEBEM ou instituição equivalente (MDS 2008: 11)”. Estes dados correspondem ao histórico de internação dos sujeitos ao longo de toda sua vida e não necessariamente às internações realizadas na rua e revelam-nos um histórico de institucionalização daqueles que acabam iniciando uma trajetória de rua, o que nos leva a crer que os institucionalizados em situação de rua não são contemplados na pesquisa estatística.

As bases sob as quais a Política Nacional para a População de Rua acaba circunscrevendo o fenômeno da rua está baseada segundo o perfil majoritário deste segmento. Neste caso, idosos e pacientes com transtornos mentais (que permanecem nas instituições de assistência) não são claramente definidos pela Pesquisa Nacional.

Há, também, pessoas em situação de rua que não estão incluídas nas malhas institucionais, como são os casos dos *trecheiros* e *andarilhos*, e que não são contabilizadas de modo efetivo no censo nacional sobre população em situação de rua, uma vez que a condição nômade (de constante movimentação) dificulta a abordagem destes sujeitos.

Tabela 3. Perfil majoritário e os inclassificáveis, segundo uma leitura da Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua

<i>Inclassificáveis</i>	<i>Perfil majoritário do Censo</i>	<i>Inclassificáveis</i>
Idosos Doentes mentais	Sexo masculino Idade de 25 a 44 anos Trabalhos informais (remuneração) Fixados nas cidades	Trecheiros Andarilhos
Institucionalizados	 Definição central da situação de rua	Não- institucionalizados

A partir do perfil encontrado na cidade de São Carlos, em comparação com os dados da Pesquisa Nacional, é possível afirmar que os parâmetros de caracterização da população de rua parecem estar assentados sob o perfil socioeconômico das cidades brasileiras de médio e grande porte⁸². De acordo com os dados sistematizados pelo CREAS conjuntamente com a análise do sistema classificatório que diferencia as trajetórias de rua (*trecheiros, pardais, andarilhos*), é possível inferir que a situação de rua pode ser concebida e gerida de modo particular nos pequenos centros urbanos. Notamos um intenso fluxo circulatório de *trecheiros, andarilhos* e migrantes entre as cidades do interior paulista, formando uma espécie de circuito integrado entre os Albergues, que, como veremos mais adiante, promove a circulação destes sujeitos pela malha albergal.

Num estudo sobre moradores de rua numa cidade do interior paulista, Di Flora (1987) destaca a circularidade condicionada pelas instituições de triagem aos migrantes um traço característico das cidades do interior paulista, cuja interligação é realizada por um sistema ferroviário. O mendigo trecheiro, termo utilizado pela autora, é um perfil em destaque dessas cidades de pequeno porte. Embora se apresente como um perfil minoritário, com relação aos mendigos que não circulam pelo *trecho*, este perfil está submetido a uma lógica de circularidade produzida pelo encaminhamento obrigatório realizado pelos Centros de Triagens que, por sua

⁸² A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de rua (2008) foi realizada em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional.

vez, não possibilita o rompimento deste circuito intermitente.

Notamos que o tipo de movimento promovido pela malha albergal, constatado no movimento produzido no *trecho*, destoa do perfil majoritário apresentado na Pesquisa Nacional, caracterizado pela fixação permanente nas cidades. Tendo em vista a gestão política da população de rua e as possibilidades de usos e movimentações pelos espaços urbanos na cidade de São Carlos, há indícios de que a situação de rua é manifestada e gerida (por todos os interlocutores envolvidos no fenômeno) de modo particular nos pequenos centros urbanos. Por um lado, os inclassificáveis institucionalizados (“idosos” e doentes mentais) estão inseridos na malha institucional segundo o critério da proteção social especial e de acordo com as possibilidades que os aparatos institucionais da cidade podem incluir no atendimento. Por outro, os inclassificáveis não-institucionalizados (*trecheiros* e *andarilhos*) não adentram aos serviços institucionais do CREAS mas mantêm suas movimentações intermunicipais segundo as possibilidades de deslocamento que os aparatos urbanos lhes concedem.

A lógica de fixação e circulação prevista nas trajetórias de rua parece ser mais marcante em centros urbanos menores, segundo a constituição de um equipamento de assistência que promove possibilidades de permanência na cidade ou de circulação entre cidades.

B) A ROTINA DE ATENDIMENTO

A principal característica do CREAS, prevista no Guia Creas, diz respeito ao seu funcionamento em estreita articulação com os demais serviços da proteção social básica e especial, com políticas públicas diversas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, formando uma rede de proteção social. Em sua rotina de atendimento, notamos uma intermediação profissional que opera no agendamento preferencial para consultas médicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Hospital Municipal, encaminhamento para o Hospital Psiquiátrico para o tratamento de álcool e *drogas*, encaminhamento para o mercado de trabalho,

regularização de documentos, concessão de benefícios eventuais.

O encaminhamento à rede de saúde constitui-se como um das principais intermediações que psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais do CREAS realizam em torno da rede institucional de proteção social. A entrada nos serviços de saúde quase sempre é dificultada pela situação de rua, isto é, sem documentos ou sem endereço fixo, estes sujeitos são considerados indigentes nas instituições de atendimento. É o profissional responsável pelo encaminhamento do usuário do CREAS (de acordo com o tipo de intervenção que o usuário irá passar) quem realiza as intervenções burocráticas necessárias para que seus usuários possam ter direito ao atendimento mesmo quando estão completamente excluídos dos trâmites burocráticos exigidos. O encaminhamento emergencial é muito frequente e extremamente importante para o cuidado dos usuários do CREAS. São frequentes os encaminhamentos médicos nos casos de convulsões entre os sujeitos que bebem há muito tempo, problemas cardíacos, tratamento ortopédico para aqueles que foram atropelados ou sofreram agressões físicas, além dos casos de comas alcoólicos, diabetes, entre tantos outros.

Além dos encaminhamentos emergenciais, os tratamentos mais prolongados também são realizados para os usuários do CREAS, como são os casos de tratamento para a saúde mental, nos pacientes com transtornos mentais, desintoxicação de álcool e *drogas*, exames pré-natais. A entrada na rede institucional de saúde é a principal intermediação realizada pelo CREAS para os cuidados de seus usuários, que frequentemente necessitam de cuidados médicos. São responsáveis pelos encaminhamentos médicos aos CAPS e Hospital Psiquiátrico Cairbar Schutel os psicólogos da instituição, aqueles que realizam os diagnósticos psicológicos dos usuários.

Existem muitos casos de usuários de álcool e *drogas* que se submetem ao tratamento de desintoxicação química; como vimos acima, geralmente são encaminhados para o Hospital Psiquiátrico Espírita Cairbar Schutel⁸³, onde são realizados tratamentos para os dependentes de álcool e *drogas*. Já apontamos que muitos usuários do CREAS realizam um tratamento de desintoxicação em caráter emergencial de cuidado ao corpo, mas sem a finalidade de tratar a dependência com mais profundidade. Frequentemente os usuários do CREAS iniciam

⁸³ Como já fora comentado em passagens anteriores, o Hospital Psiquiátrico está localizado em Araraquara. Todos os usuários do CREAS que se submetem ao tratamento de álcool e drogas é encaminhado para esta instituição.

o tratamento no Hospital Psiquiátrico, permanecem na instituição por um período médio de 15 dias, retornam às ruas de São Carlos e continuam a beber *pinga* ou a consumir outras *drogas*.

Outra intermediação importante realizada pelo CREAS diz respeito à inclusão de seus usuários no mercado de trabalho. Assistentes sociais e educadores sociais são os responsáveis por este tipo de encaminhamento. Realizam o cadastro de currículos no *Cadastro do Candidato ao Emprego e Balcão de Empregos*, vinculados à Secretaria Municipal de Trabalho, que desenvolve políticas públicas de geração de emprego e renda. Os currículos cadastrados no programa são também disponibilizados para as empresas cadastradas na Secretaria Municipal. Muitos usuários do CREAS conseguiram inserir-se no mercado de trabalho por meio da parceria entre as secretarias municipais. Quando o usuário pretende permanecer no trabalho e sair das ruas, os profissionais do CREAS trabalham conjuntamente para lhe conceder ajuda na procura de moradia ou do retorno aos familiares. Contudo, é bastante comum os usuários que se tornaram trabalhadores não terem o desejo de saírem das ruas por não quererem desvincular-se do CREAS, o que gera grandes conflitos entre os usuários e profissionais.

O mais corriqueiro dos atendimentos é realizado a fim de regularizar os documentos de seus usuários: RG, CPF, carteira de trabalho, título eleitoral. Um traço marcante dos frequentadores do CREAS é a regularização dos documentos, fato elementar para suas entradas no mercado de trabalho, o direito ao voto, utilização dos serviços de saúde.

Quando seus usuários não estão aptos a retornarem ao mercado de trabalho, fato constatado nos casos de transtornos mentais, amputação de membros, doenças quaisquer que os impossibilitem de ser mão-de-obra úteis para o mercado, o CREAS lhes providencia a concessão de benefícios e aposentadorias previstos em lei. As assistentes sociais providenciam a regularização dos direitos que lhes cabem enquanto cidadãos, e, por isso, os benefícios e aposentadorias são concedidos a todos aqueles que podem realizar o pedido.

No CREAS são servidas três refeições diárias (café da manhã, almoço e café da tarde). Às oito da manhã a instituição inicia o atendimento. Por volta deste horário, o motorista do CREAS busca os usuários no Albergue Noturno com uma Kombi, veículo que transporta em média 10 pessoas. Geralmente é necessário realizar duas viagens para que todos os usuários que desejam passar o dia no CREAS possam ser transportados. A primeira viagem privilegia os mais idosos e aqueles que utilizam andadores, muletas ou bengalas. Alguns preferem ir à pé do

Albergue até o CREAS. Por volta das nove da manhã é servido o café, com pães, biscoitos, leite e café. No Albergue Noturno é também servido o café da manhã, por volta das 7 horas. No entanto, o CREAS oferece novamente a refeição por que nem todos aqueles que frequentam o CREAS dormem no Albergue.

O almoço é servido entre às 11h30 e às 12h30, sendo que a entrada na instituição, para realizar esta refeição, só pode ocorrer até às 11h. A dieta é bastante balanceada contando com um cardápio mais ou menos constante composto por arroz, feijão, carnes, saladas, legumes e suco. O café da tarde é servido por volta das 15h, com um cardápio variável de pães, biscoitos, bolos, frutas.

Os momentos de lazer são passados, principalmente, em frente à televisão. Na sala de TV, reúne-se a maior parte dos usuários que permanecem na instituição durante todo o dia. Alguns, ainda, preferem folhear revistas e livros da pequena biblioteca do local.

As atividades educativas, ofertadas em forma de oficina, ocorrem semanalmente. Como as oficinas são selecionadas pelo edital Ciranda Cultural, a cada semestre são renovados os projetos. Durante o período em que estive em campo foram ofertadas oficinas de filmes, sob minha coordenação, aulas de português, teatro, capoeira, artesanato, iniciação musical. Algumas oficinas podem ser renovadas, mediante inscrição no edital referido, no entanto a maior parte das oficinas mudam a cada semestre.

Numa sala grande, reservada para as atividades educativas, ocorrem as oficinas. Participei de uma aula da oficina de artesanato, teatro e aula de português. A participação varia conforme o interesse de cada um, mas ao menos uma das oficinas é preciso frequentar. As aulas de português são voltadas aos usuários que abandonaram os estudos. Geralmente os mais idosos participam dela. Já as oficinas de artesanato, frequentam usuários com variados perfis. Numa mesa grande, com bancos coletivos, todos sentam próximos uns aos outros para fazer as atividades. A oficina de teatro é mais frequentada pelos jovens que dançam, pulam, fazem improvisações teatrais. As oficinas duram em torno de duas horas, geralmente no horário da manhã (entre o café e o almoço) ou durante à tarde (depois do almoço e antes do café da tarde).

Outra atividade importante ofertada pelo CREAS são as reuniões do A.A. (Alcoólicos Anônimos) que ocorrem semanalmente. Nesta mesma sala onde ocorrem as oficinas, as reuniões são exclusivas para os usuários do CREAS. Como muitos usuários não querem

participar das atividades educativas justificando sua falta de aptidão pelos temas trabalhados, toda a equipe cobra a participação nas reuniões do A.A. daqueles que não se interessam pelas outras atividades.

A entrada e saída dos usuários são livres durante todo o horário de atendimento, assim, a frequência não é controlada, sendo permitidas entradas e saídas frequentes na instituição. Aqueles que vivem em *banca* ficam na rua durante o período da manhã, bebem *pinga*, fazem o *mangueio*, ficam em bares, mas, próximo ao horário do almoço começam a caminhada em direção ao CREAS, para entrarem na instituição a fim de poderem almoçar no local. Muitos dos usuários entram no CREAS no horário em que é servido o almoço mas retornam às ruas depois de suas refeições. Este outro caso é bastante comum tanto entre aqueles que ficam em *bancas* ou sem *bancas*. Saem para as ruas para *manguear*, para ficar na *banca*, para procurar serviços a fazer, mas, principalmente, para beber *pinga*. Outros, ainda, permanecem na instituição durante todo o dia, onde participam das oficinas, descansam, lavam suas roupas. Seria difícil demarcar as diferenças entre os usuários quanto ao uso que fazem do CREAS por que cada entrada ou saída nela é sempre vista como um manejo das possibilidades que o espaço institucional proporciona para sua rotina. Não há uma rotina fixa daqueles que pertencem às *bancas* ou os que não pertencem mas que frequentam o CREAS.

Ocorrem casos em que aqueles que brigam na *banca* passam a restringir a maior parte de sua rotina no CREAS justamente para evitar o convívio nas ruas. Neste sentido, o CREAS é tanto um espaço de proteção e resguardo como também um espaço onde é possível criar outras redes de sociabilidades. Vale lembrar que a maior parte dos usuários do CREAS não estabelecem sua rede de convivência apenas nos espaços institucionais. Existe aqui uma contiguidade entre a rua e a instituição, embora sejam claras as diferenças de condutas negociadas em ambos os espaços.

É comum as brigas que se iniciam nas ruas serem retomadas no CREAS. Geralmente são casos em que um sujeito rouba o outro e como os acertos de conta são sempre feitos pelos envolvidos na trama, as brigas acontecem frequentemente. Conversando com o chefe de divisão da instituição, disse-me que é muito difícil intervir nos casos de brigas por que nunca se sabe ao certo os reais motivos delas por que são brigas que ocorrem nas *bancas*, no Albergue ou na rua, por motivos os mais variados possíveis. Nestes casos, a equipe como um todo não

pode tentar resolver os casos, por isso, o único recurso que lhes restam é punir os envolvidos na briga. Quando as brigas ocorrem na *banca* é ainda mais complicado por que se os membros acharem que a acusação é injusta ao seu companheiro, muitas pessoas se envolvem na briga, fato que complica ainda mais a intervenção profissional para a solução do caso. Geralmente, nos casos de agressões físicas, o guarda municipal é quem resolve a confusão, retirando do local os envolvidos na briga. Mas, o chefe de divisão afirma que é necessário punir os envolvidos com suspensão de alguns dias do CREAS como forma de conter confusões futuras.

Frequentam o CREAS os membros de apenas uma *banca* da cidade, que é a mesma territorializada nas proximidades da APAE e Albergue. A *banca* acabou delimitando suas redes de socialidade nas proximidades das duas instituições, com isso, o trânsito de entradas e saídas institucionais é muito frequente. Esta *banca* é conhecida entre outras da cidade como aquela que utiliza as instituições de assistência, como as rixas são muito comuns entre elas, a entrada institucional é vista de forma estigmatizada pelas outras *banças*.

Semanalmente é realizada uma assembleia com usuários e funcionários da instituição para a discussão do atendimento. Neste espaço são realizadas críticas e sugestões aos serviços e esclarecimentos quaisquer⁸⁴. Além das assembleias, é também realizada a reunião de equipe, composta somente pelos funcionários, à qual não tive acesso.

A linha de frente do atendimento do CREAS é o encaminhamento para outras instituições, formando uma rede institucional integrada de apoio aos usuários. Ao que se nota, o usuário do CREAS é inserido numa malha institucional onde cada uma das entidades que formatam essa ampla rede interligada configura uma esfera de apoio e proteção social, sendo esta a condição para que o próprio atendimento do CREAS seja operacionalizado.

Uma dificuldade latente no encaminhamento dos usuários para toda a rede de proteção social diz respeito às suas situações burocráticas irregulares. Como toda rede institucional do município opera segundo o princípio da territorialidade e o atendimento é específico para o público alvo, existem muitos casos em que o encaminhamento é barrado com uma justificativa quase sempre baseada nas diretrizes burocráticas das entidades. Um exemplo bastante esclarecedor diz respeito à preocupação em oferecer tratamento no CAPS Álcool e

⁸⁴ Participei de uma única assembleia, da qual fui pauta de discussão. Apresentei a proposta de minha oficina, pedi sugestões e depois, todos votaram pela proposta do projeto.

Drogas para os usuários que decidem recorrer a um tratamento terapêutico. No entanto, o CAPS não atende usuários maiores de 18 anos, restando apenas o tratamento de desintoxicação no Hospital Psiquiátrico. O caso dos “idosos” é ainda mais problemático. Como não estão incluídos no Estatuto do Idoso, por não terem a faixa etária mínima prevista em lei, não podem ser encaminhados para os Asilos Municipais, local onde poderiam receber cuidados específicos para suas necessidades, conforme afirmam os profissionais do CREAS.

Outros conflitos ocorrem em torno do encaminhamento dos usuários para a rede institucional. Quase sempre são casos em que o público alvo não inclui as pessoas em situação de rua, como é o caso dos Asilos e CAPS, pois o CREAS é a entidade específica para o cuidado desta população.

Embora o propósito da instituição seja operacionalizar um encaminhamento para outras instâncias institucionais, a vinculação às instituições de saúde e educação ainda é muito precária.

Ao que se nota, a rede institucional de saúde, educação e assistência social deveriam estar em constante parceria e diálogo, no entanto alguns pormenores burocráticos no que diz respeito às diretrizes de atendimento desta rede impedem que esteja de fato interligada. A falta de diálogo entre as instituições municipais é uma reclamação constante dos funcionários do CREAS que são impedidos, em muitos casos, de encaminhar os usuários do CREAS para a rede assistencial.

Todo o esforço realizado pelos profissionais para que o atendimento contemple as demandas dos usuários são ações de extrema importância para a criação de vínculos. O vínculo entre o usuário e a instituição é essencial para que o projeto de ressocialização seja continuado, até porque as diretrizes institucionais prevêm a saída das ruas e não uma assistência paliativa. Não é à toa que a noção de vínculo aparece de forma tão preeminente na instituição pois, como já comentei anteriormente, a rua é retratada como o local dos sujeitos sem vínculos, assim a instituição cumpriria o papel de produzir vínculos para aqueles que sofrem pela falta deles. Numa outra instância, os vínculos produzidos pelo CREAS seria fundamental para articular uma suposta saída das ruas, sendo que são os vínculos com algumas esferas de cidadania que podem reinserir socialmente estes sujeitos.

C) O COMPROMETIMENTO

Para estabelecer um espaço de convívio harmonioso, funcionários e usuários estão atentos ao cumprimento das normas institucionais. Além das normas, foi estabelecida entre usuários e funcionários uma espécie de pacto que todos chamam de *comprometimento*⁸⁵. Diferente da noção de *respeito* operada nas *bancas*, este acordo, proposto pela equipe profissional da instituição, visa a regulação do comportamento dos usuários. Dentre as principais condutas, notei as seguintes: a) respeito com funcionários e usuários; b) higiene pessoal e higiene do estabelecimento; c) tolerância uns com os outros; d) sobriedade e) não fazer *manguieio* no CREAS; f) participação nas atividades ofertadas.

O compromisso com o atendimento é algo que gera muitas controvérsias entre usuários e equipe profissional. A principal cobrança gira em torno da participação nas oficinas, sendo que o compromisso com as atividades é cobrado pelos profissionais e pelos próprios usuários. O *comprometimento* com as atividades educativas parece operar, segundo os profissionais, como um medidor dos engajamentos dos usuários para o cumprimento de um projeto de ressocialização, que neste caso, aparece como a finalidade última dos serviços prestados. Esta primeira concepção de *comprometimento* diz respeito às expectativas da equipe profissional aos seus usuários. No entanto, para os usuários, é construída uma outra concepção de *comprometimento* que diz respeito ao grau de esforços pessoais empreendido pelo usuário na participação das atividades, sendo que quanto mais se compromete com o serviço mais direito se tem de continuar desfrutando deles, ao invés de sua desvinculação institucional.

A contradição entre uma concepção e outra de *comprometimento* enfatiza a dificuldade de desvinculação institucional de seus usuários, sendo que grande parte deles não se sente preparado ou não quer retornar ao mundo sedentário, marcado pelo trabalho, moradia e família. Notamos que nesta contradição os vínculos criados na rua, mas também aqueles produzidos na instituição, são extremamente importantes para produção de suas pessoas e suas identidades.

⁸⁵

O acordo de *comprometimento* realizado na instituição é diferente do *respeito* que é cobrado nas *bancas*.

Sendo assim, o grau de compromisso é acompanhado (e cobrado) por todos os usuários do CREAS. Há uma vigilância constante entre os usuários que gira em torno do compromisso, de modo que os próprios frequentadores acabam coagindo os menos descompromissados, também chamado de *acomodados*. A categoria *acomodado* aparece como uma modalidade contrastiva, cuja denúncia e identificação é sempre o Outro. Portanto, os *acomodados* são aqueles que são julgados pelo menor grau de *comprometimento* com o atendimento, são aqueles que “só vêm aqui pra comer, pra beber, pra descansar”. Enquanto uma operação contrastiva, aquela que se constitui a partir de diferenças julgadas segundo um ponto de vista, o *acomodado* articula e evidencia as tensões provocadas por duas perspectivas diferentes sobre os serviços prestados e a noção de ressocialização. O *comprometimento* é vigiado e cobrado por todos os usuários justamente porque, segundo suas perspectivas, o *acomodado* não possui o mesmo direito de utilizar os serviços, pois não se compromete com ele. Neste ponto, a cobrança pelo *comprometimento*, fato que ocorre entre os usuários, indica que todos devem utilizar os serviços de modo igual, quer dizer, ninguém pode ter privilégios. Quando se nota que um usuário está *acomodado*, os outros cobram a equipe profissional, questionando os privilégios que este possui. Como o *comprometimento* é a condição elementar da criação do vínculo institucional, ele indica, sobretudo, como a condição de *acomodado* escapa ao projeto de ressocialização.

O *comprometimento*, ao mesmo tempo em que é um engajamento do usuário para cumprir com as expectativas do atendimento (e não necessariamente às expectativas dos usuários) deve ser incitado e facilitado pelos profissionais para que os usuários sintam-se motivados a ele. Existe um grande esforço em adequar as atividades institucionais, tais como assembleias, oficinas e momentos de lazer, aos pedidos dos usuários, dando um caráter mais participativo na gestão institucional. As oficinas são sempre reajustadas de acordo com aquilo que seria mais adequado para os usuários, segundo suas preferências. As atividades devem estar em sintonia com as preferências dos usuários para que o atendimento não esteja em descompasso com a “realidade” das ruas.

O *comprometimento* ocorre também à medida que os usuários trazem sugestões e ideias novas para a instituição, pois é entendido que o usuário está preocupado em melhorar a qualidade do atendimento. Assim sendo, quando os usuários opinam pouco sobre o atendimento, diz-se que estão descomprometidos com o serviço.

Se pensarmos na constituição dos vínculos entre usuários e profissionais, o *comprometimento* é capaz de articular uma relação duradoura entre ambos, ao passo que é, sobretudo, através dos vínculos que o CREAS pode implementar um projeto continuado de assistência. Na falta de vínculos e do *comprometimento*, duas situações são apontadas como um grande conflito de gestão institucional:

- 1) O usuário frequenta esporadicamente o CREAS e não se compromete com as atividades. Neste caso o vínculo que liga o usuário com a instituição é muito frágil, tornando quase impossível o encaminhamento para outras redes de atendimento, pois este não se compromete com o serviço. Seria necessária uma intervenção institucional que incite sua motivação para frequentar o CREAS cotidianamente, e partir daí, fortalecer o vínculo entre usuário e instituição.
- 2) O usuário frequenta cotidianamente o CREAS mas não se engaja num projeto de ressocialização, pensado, principalmente, por meio da dissolução dos vínculos criados nas ruas.

Como o CREAS opera como suporte para tirar o sujeito de situação de rua, o *comprometimento* acaba sendo uma categoria chave para se pensar todos os conflitos gerados em torno da noção de ressocialização, cuja concepção destoa novamente das percepções profissionais e dos usuários. Para os profissionais, a ressocialização está vinculada às esferas do mundo do direito e da cidadania: direito ao trabalho, à moradia, à saúde. A ressocialização é pensada, sobretudo, pela saída das ruas, uma expressão que configura a desvinculação com as redes de sociabilidades das ruas, o abandono da prática do *manguieio*, a desvinculação com as *bancas*, o tratamento terapêutico aos dependentes do álcool e *drogas*. A saída das ruas demarca um deslocamento do mundo marginalizado para o mundo dos direitos, onde é possível ser, de fato, um cidadão. Para os usuários, a esfera da cidadania é encontrada nas instâncias de intermediação que o CREAS oferece, cujas esferas só podem ser acessadas pela vinculação institucional. O vínculo produzido dentro da instituição parece ser tão sólido quanto os vínculos produzidos nas ruas, por isso a entrada institucional ocorre com frequência, contudo, a saída institucional (também concebida como saída das ruas) é dificultada justamente porque todos estes vínculos configuram as redes de sociabilidade construídas ao longo de todas as trajetórias de rua, e por

meio delas os sujeitos encontram uma rede de apoio (formada nas ruas e nas instituições) que lhes garantem a reprodução da própria vida.

D) A CONSTITUIÇÃO DA AUTONOMIA

No atendimento do CREAS, constituir a autonomia do sujeito é a principal meta a ser alcançada. O modelo institucional é caracterizado por duas expressões: a) porta de entrada, para acolher aqueles que estão na rua; b) porta de saída, para incluir o sujeito da rua em esferas de cidadania.

A noção de porta da entrada remete ao atendimento às necessidades básicas, segurança de sobrevivência e de acolhida, isto é, os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo. A porta de saída remete às questões de recuperação dos direitos violados e, sobretudo, a constituição da autonomia, sendo esta a principal categoria sobre a qual irá ocorrer a reinserção na lógica da família, do trabalho, da moradia, da saúde. Algumas ações são prioritárias no atendimento que visam construir uma rede de apoio ao usuário, tais como: encaminhamentos para a rede sócio-assistencial e de serviços especializados, oferta de atividades educativas, atendimento psicossocial individual e em grupos de usuários.

A atuação profissional busca ter um atendimento personalizado com cada usuário, para tanto, a equipe realiza uma entrevista na qual o sujeito deve contar-lhes sua história de vida. A partir dos elementos colhidos nesta entrevista, a equipe multiprofissional elabora um plano de intervenção que são ações estratégicas para tirar o sujeito da rua. De acordo com a composição da equipe profissional, as intervenções são realizadas em várias esferas sociais, reverberando em atuações específicas da área da saúde, da psicologia, da assistência social.

O acompanhamento ao usuário é realizado por todos os profissionais da instituição. Nas reuniões de equipe devem ser discutidos por todos os profissionais caso a caso, assim, quando são necessários reajustes nos planos de intervenção, toda a equipe deve discutir e

chegar a um novo consenso.

Ao que se nota, a noção de autonomia é utilizada como um conceito chave que articula as condições de provimento integral da vida. “Dar autonomia ao sujeito” significa oferecer as condições para que o sujeito saia da rua e não retorne mais a ela. Para tanto, as estratégias procuram agenciar medidas que proporcionem: a) estabelecer fontes de rendas para o provimento pessoal, b) preparação para o mercado de trabalho, c) estabilização emocional, d) encaminhamento às redes de saúde para o tratamento de álcool, *drogas* e transtornos mentais.

Nos casos em que os sujeitos saíram da situação de rua, o CREAS teve um papel de articulação com outras instituições, como o INSS (para concessão de benefícios), rede de saúde (CAPS, internações, tratamentos variados) e instituições educacionais (oferta de cursos).

As experiências institucionais que consolidaram a saída das ruas para seus usuários foram marcadas por um plano de intervenção individualizado, característico da atuação profissional do CREAS. Foram-me relatados casos em que o sujeito conseguiu trabalho e saiu das ruas, outros retornaram à família, graças ao contato realizado pela equipe profissional, outros, ainda, conseguiram aposentadoria ou benefício e se desligaram da instituição. Cada caso é avaliado pontualmente, assim, os profissionais procuram oferecer o apoio que o próprio usuário relata à equipe, por isso a importância de contar sobre suas trajetórias de vida.

No entanto, apesar do atendimento oferecer condições para que os sujeitos não dependam mais da instituição, o maior problema enfrentado pelos profissionais do CREAS é o desligamento institucional do usuário. Muitos deles, mesmo tendo condições para sair da rua, não querem se desligar do atendimento. Mesmo com benefícios concedidos pelo INSS ou com empregos formais, nos casos mais complicados de desligamento, os usuários preferem continuar frequentando o Albergue (durante à noite) e o CREAS (durante o dia).

Quando a equipe profissional faz cobranças para o desligamento destes usuários que já estão aptos a saírem da situação de rua, a reação é, na maioria das vezes, negativa, como revela esta frase emblemática: “Então, tem que ser vagabundo pra conseguir apoio”. Os trabalhos, os benefícios e os cursos profissionalizantes ofertados são sempre bem aceitos pelos usuários, contudo esta reinserção social nem sempre é suficiente para seus desligamentos. Há casos em que o usuário conseguiu trabalho, a equipe o auxilia na procura de moradia mas, ainda assim, o usuário não quer se desligar do serviço. Em outros casos os usuários conseguem o

Benefício de Prestação Continuado, ou mesmo a contratação em trabalhos formais, no entanto, não querem se desligar dos serviços do CREAS. Segundo relatos do chefe de divisão, é preciso estabelecer um prazo para que o sujeito providencie uma casa e se desvincule da instituição. Segundo a avaliação dos técnicos, esta reação revela o grau de dependência com os serviços institucionais, porque o CREAS acaba tornando-se uma rede de apoio sólida, que os usuários podem utilizar para perpetuar suas trajetórias de rua.

No que se refere à concepção da autonomia, nota-se um ponto de tensão entre a visão dos profissionais e dos usuários, implicando em duas concepções distintas do tipo de sujeito que são pensados em cada um destes domínios. Como vimos em trechos anteriores, o sujeito que é produzido nas trajetórias de rua são sujeitos atentos às táticas de ruas, por isso, engajam-se constantemente para a aquisição do *conhecimento da rua*. Sob este aspecto, um sujeito autônomo é aquele que cuida de si já que esta é uma conduta ética que formata uma pessoa apta a traçar as trajetórias de rua. Se as entradas nas instituições são pensadas como táticas de rua, como uma extensão à tática de cuidado de si, a autonomia da qual os profissionais se referem, de fato, não se encaixa nesta lógica. Como o engajamento na produção de uma trajetória de rua depende da formação de um sujeito novo que deixou para trás seus laços familiares, a “saída das ruas” parece não depender apenas de um trabalho ou uma casa, como ocorre na proposta de ressocialização para alguns usuários.

O sujeito que chega à instituição, ou melhor, aquele que é visto e produzido pela instituição, obviamente, não é o mesmo sujeito que vive em *bancas*, sem *bancas* ou no *trecho*. Podemos perceber esta tensão nas diferenças de pontos de vistas sobre o *comprometimento* e a autonomia. No CREAS, a produção da autonomia denota a produção de um sujeito apto à retornar ao universo sedentário. Este sujeito que chega à instituição é, sobretudo, um sujeito fragilizado que necessita de intervenções para se reconstituir e construir uma nova pessoa. Diferente do sujeito pensado sob o ponto de vista das pessoas com trajetórias de rua, no CREAS este sujeito é constantemente tutelado por toda a equipe, que trabalha em conjunto para atender as demandas de uma pessoa em todas as suas instâncias: bio-psico-social. Neste ponto, notamos que a relação entre as trajetórias de rua que são capturadas pela instituição e a instituição é de natureza mista, ou melhor, é uma relação dependente em si mesma porque um se completa no outro. O CREAS necessita do vínculo institucional para poder realizar suas intervenções e os sujeitos se deixam ser institucionalizados em alguma medida para continuar suas trajetórias de

rua.

Embora haja inúmeros confrontos quanto à expectativa do atendimento, tal como nos revela o *comprometimento*, segundo o qual os usos e apropriações do serviço são realizados individualmente ainda assim, e em alguma medida, é possível dizer que a institucionalização dos usuários é um traço marcante no CREAS.

O termo institucionalização é por mim empregado quando me refiro ao grau de dependência dos serviços, mas, sobretudo, desta relação dependente entre o CREAS e trajetórias de rua que se deixam ser capturadas. Por outro aspecto, a institucionalização promove uma outra rede de apoio ao usuário, para aqueles que assim o deseja, que se formata por esferas sociais que lhes são interditas na rua. É este trânsito entre esferas de cidadania aqui visto pelo acesso aos serviços de saúde, à educação, ao requerimento de documentos, à concessão de benefícios, e segundo os usufrutos destes serviços governamentais, lhes são conferidos algum estatuto de cidadania, conforme nos revela a fala de um usuário: “No CREAS eu sou um semi-cidadão”.

E) A ABORDAGEM DE RUA

A abordagem de Rua é um serviço que está previsto no Guia CREAS, documento oficial que prevê a instalação de um modelo padrão de gestão. O deslocamento dos agentes institucionais para a abordagem em vias públicas é caracterizado como ação de prevenção e busca ativa (MDS, CREAS - Guia de Orientação: s/d). Trata-se de um padrão novo de intervenção institucional, segundo o qual é possível mapear os locais de riscos, assim como ampliar o atendimento para além do local de instalação.

Em São Carlos, a abordagem é realizada por um educador social, através de uma ronda pela cidade, juntamente com o motorista do veículo. Nos trajetos percorridos pela cidade são demarcados os pontos onde as pessoas com trajetórias de rua frequentam. A abordagem é feita pelo educador que chega nas rodas de uma *banca* ou senão aborda um sujeito sozinho e

apresenta-lhe a instituição, fazendo o convite para conhecer as instalações do local. Nesta conversa é preciso identificar se o sujeito está em São Carlos (em situação de rua) há mais tempo, fazendo-lhes perguntas sobre sua trajetória. Embora o *trecheiro* não esteja incluído na política municipal de atendimento à população de rua, a Abordagem de Rua deve estar atenta ao tempo de permanência do sujeito na cidade. Nos casos em que o *trecheiro* permaneça na cidade por um período mais extenso, o serviço pode interpretar o caso como uma fixação territorial na cidade e, assim, convidá-lo a frequentar os serviços do CREAS. Em outros casos, o *trecheiro* é convidado a conhecer o Albergue Noturno, a instituição voltada à população itinerante da cidade. De uma forma ou outra, a intervenção ocorre a fim de inserir o sujeito de rua na rede institucional mais adequada ao seu caso.

Quando o caso pode ser encaminhado ao CREAS, a abordagem convida para uma visita ao local. Se a pessoa quiser voltar para rua, depois da visita, a abordagem a leva de volta ao local onde estava anteriormente.

Há, ainda, os casos em que os sujeitos não desejam recorrer à instituição; para estes, o educador social apresenta outras possibilidades de intervenção, caso desejado. Enquanto um intermediador entre a rua e a rede institucional, o CREAS pode oferecer alguns serviços sem que o sujeito saia da rua. Quando é necessário o pedido de documentos, ou mesmo o agendamento de consultas médicas, a Abordagem de Rua traz à instituição as demandas da rua, iniciam os pedidos nas instituições e voltam às ruas para entregar-lhes os documentos requeridos, avisá-los das consultas médicas marcadas, etc. Este tipo de abordagem realiza intervenções na rua. Entende-se que mesmo os que não querem frequentar o CREAS, possuem o direito de usufruir dos serviços.

O caráter da abordagem, segundo a perspectiva da “intervenção a partir da rua”, é fundamentado na lógica da escolha pessoal por estar na rua. Este caráter é defendido, pela equipe profissional, segundo o direito de escolher suas próprias trajetórias, entendendo que a rua pode ser uma escolha para muitos destes sujeitos. Entende-se, também, que esta postura é uma tentativa de “humanizar a rua”. Este termo é pensado pela equipe do CREAS como uma tentativa de conceder direito ao serviço mesmo àqueles que não querem adentrar na rede institucional.

Em contrapartida, o serviço da Abordagem de Rua é também acionado quando os munícipes de São Carlos fazem ligações telefônicas para o Albergue ou CREAS, pedindo que a

equipe faça algum tipo de intervenção. Geralmente, são reclamações sobre os “moradores de rua”, pedindo que a equipe retire estes sujeitos do local onde estão. É visível a representação marginal que é conferida a estes sujeitos, impedindo-lhes de transitar por qualquer local que seja dos espaços públicos.

Embora a equipe de Abordagem de Rua procure não violar o direito destes sujeitos de ir e vir na cidade, uma vez que não lhes obrigam a sair do local, ainda assim, de modo geral, o serviço quando requerido possui um caráter estritamente higienista. A Abordagem de Rua é acionada pelos munícipes da cidade com o intuito de recolher os sujeitos das ruas, isto porque, na maioria dos casos, os munícipes sentem-se incomodados com sua presença nas proximidades de suas casas. Embora o serviço seja defendido pelo CREAS como uma possibilidade de atender as pessoas com trajetória de rua em seus locais de convívio, o serviço é acionado e utilizado tanto por residentes da cidade quanto por servidores públicos preocupados com a questão política da situação de rua, para remover estes sujeitos dos espaços públicos. Deste modo, é cobrada dos profissionais do CREAS uma prática de recolhimento da população de rua.

Por tantos confrontos gerados em torno deste serviço que, por um lado procura amortizar repressões e por outro é acionado como uma medida repressora, a equipe do CREAS afirma: “O trabalho com a população de rua é político!”. Ao que se nota, as cobranças em torno do recolhimento da população de rua acaba desconfigurando os propósitos do atendimento, até porque como me disse o Chefe de divisão: “o CREAS não é um depósito de gente”. Por outro lado, os investimentos públicos no CREAS geram uma expectativa principalmente aos gestores públicos que ocupam os cargos políticos da prefeitura, para reduzir o número de pessoas em situação de rua. É neste sentido que o caráter político da gestão à população de rua em instâncias governamentais é retratado.

O principal caráter da Abordagem de Rua é a criação de vínculos, sobretudo, com os sujeitos que não recorrem às instituições. A partir de uma abordagem *in locus*, a criação de vínculos entre o sujeito que está na rua e a instituição é facilitada, afinal, a instituição está circulando pelas ruas. Uma lógica nova permeia os serviços assistenciais, até porque o atendimento não está territorializado no estabelecimento, ao contrário, o serviço é capaz de formar uma rede assistencial que circula por todos os cantos da cidade. Tanto dentro quanto fora da instituição, as pessoas com trajetórias de rua acabam imersas numa rede que produz movimentos

diferentes daqueles que a rua oferece, como já demonstrei anteriormente: o encaminhamento para outras instituições permite que o usuário circule por toda uma malha institucional. São criadas redes e circuitos que interligam uma rede institucional na qual o sujeito imerso (e capturado) passa circular entre um ponto e outro, seja para as Unidades básicas de saúde, CAPS, hospitais psiquiátricos, escolas, ONGs.

A criação de vínculos é extremamente importante nos casos em que os sujeitos permanecem junto às *bancas*, mas não romperam o vínculo familiar, pois a equipe profissional entende que nestas situações o sujeito está iniciando uma trajetória de rua. O vínculo institucional torna-se, neste caso, fundamental para que a intervenção institucional seja rápida e evite que o mesmo crie mais vínculos com a rua. A Abordagem de Rua insiste em retornar aos locais onde estes sujeitos se encontram na tentativa de incitar, inicialmente, uma relação de confiança na qual o sujeito, caso necessite de ajuda, procure a equipe do CREAS. Notamos que este tipo de trajetória de rua é entendido pelo CREAS como um perfil de risco, aquele que está propenso e vulnerável à situação de rua. A noção de trajetória de rua, diferente daquela que utilizo para especificar os movimentos e transformações na rua, é operada pelos profissionais do CREAS para se pensar o tempo de rua, indicando como em cada trajetória os vínculos produzidos nas ruas e nas instituições são realizados. Esta mesma noção de trajetória é central para se pensar o plano de intervenção para suas ressocializações. Quanto mais tempo se permanece nas ruas, prolongando suas trajetórias de rua, mais difícil se torna o reatamento dos vínculos. As trajetórias de rua são pensadas, pela equipe profissional, antes mesmo do rompimento familiar, como podemos notar no caso aqui relatado; por isso, o exemplo das *bancas* é especialmente importante para entender a rua como um espaço para se produzir vínculos, diferentes daqueles que já foram rompidos.

A noção de assistência aos grupos de riscos é renovada no modelo de intervenção proposto na Abordagem de Rua, pois se entende que a principal ferramenta para uma atuação profissional é a criação de vínculos. Neste sentido, a gestão da população de rua no município extravasa os próprios muros institucionais, criando redes cada vez mais amplas, com estratégias de captura minuciosas.

4.2 - NO ALBERGUE NOTURNO

Minha entrada no Albergue Noturno ocorreu no ano de 2007, período em que realizei uma pesquisa de campo em conjunto. Como o grupo de pesquisadores optou por fazer as abordagens aos “moradores de rua” nos espaços públicos, a fim de que nossa aproximação não estivesse vinculada a nenhuma instituição de assistência, recorremos ao Albergue Noturno para obter informações sobre estes, já que não conseguíamos identificá-los nos espaços públicos. Entramos em contato com os funcionários da instituição para agendarmos uma entrevista que só foi permitida com a autorização do presidente do Albergue (sendo que o mesmo é uma entidade filantrópica) e da Secretária de Cidadania, sendo que o Albergue é uma instituição que possui financiamento integral da Prefeitura Municipal. A maior parte das informações aqui apresentadas foram colhidas em apenas duas entrevistas: a) com os funcionários, em horário de expediente; b) com o presidente da ONG à qual o Albergue é filiado. Nossa passagem pela instituição foi bastante formal, com o intuito de entender a gestão institucional operada no local. Outras informações sobre o atendimento do Albergue Noturno apareceram espontaneamente nas falas dos *trecheiros* e *pardais*, abordados nas *bancas* e também no CREAS. Mesmo nos casos em que os sujeitos não dormem no Albergue, a grande maioria já passou pelo local, por isso o Albergue é sempre tema de discussões entre eles.

O SOS Albergue Noturno é uma entidade filantrópica fundada em 1963. A instituição mantinha-se de doações e prestava assistência às famílias carentes e itinerantes que chegavam em São Carlos. Em 1989, a instituição beirava à falência quando a Prefeitura de São Carlos assumiu uma parceria institucional com o financiamento integral à instituição. Até então, o governo municipal não desenvolvia nenhuma ação direcionada aos cuidados da população de rua da cidade.

O Albergue conta com um quadro de 13 funcionários, entre eles: 2 cozinheiras, 4 assistentes de serviços gerais, 2 motoristas, 3 seguranças, 2 guardas-municipais. Mantendo-se aberto por 24 horas, os funcionários fazem turnos de horários para manter um expediente ininterrupto. A entrada dos usuários ocorre a partir das 16h, horário em que o motorista transporta à instituição apenas os usuários do CREAS, numa Kombi.

O Albergue tem o expediente das 16h às 8h, sendo que só é permitida a entrada espontânea de usuários das 17h às 21h. A partir desse horário, os usuários devem tomar banho e esperar pelo jantar que é servido às 19h. No refeitório, uma televisão permanece ligada até às 21h, horário em que se encerra a oferta do jantar. Após este horário, todos devem encaminhar-se aos quartos.

A estrutura do Albergue é composta por quartos que são divididos por gênero, sendo que apenas um deles abriga as mulheres, que aparecem com menos frequência, os outros, abrigam os homens, sejam itinerantes ou não. Os banheiros são também divididos por gênero. As toalhas ofertadas pela instituição são diariamente lavadas para que todos os usuários tenham toalhas sempre limpas. Os sabonetes ficam nos banheiros e são compartilhados por todos. É muito comum os frequentadores de Albergues que compartilham sabonetes serem infectados por doenças de peles, geralmente, sarna. Por isso, os mais precavidos guardam em seus *galos* os sabonetes pessoais. O refeitório é um espaço comum a todos, com mesas grandes e bancos coletivos. Na área externa localizam-se a lavanderia, reservada ao uso dos funcionários, um tanque para se lavar roupas e uma mesa, onde costumam sentar para fumar ou jogar baralho e dominó.

A cozinha é um espaço reservado apenas para os funcionários, dividido apenas por um balcão. O espaço do escritório é arranjado ao lado da cozinha e conta com apenas uma mesa e o telefone sobre ela. Os funcionários possuem um banheiro de uso restrito a eles, assim como os sofás e uma televisão.

No mesmo espaço comum aos funcionários, um guarda-roupa é utilizado para guardar os lençóis, toalhas e roupas que chegam de doações. As roupas são doadas para os usuários que necessitam de roupas limpas, já que no local não é permitido que os itinerantes lavem suas roupas no tanque ou na lavadora de roupa. A justificativa para tal proibição é que os funcionários não se responsabilizam pelas roupas penduradas no varal caso alguma peça desapareça. No bagageiro, um quartinho que permanece trancado constantemente, todos os usuários guardam suas mochilas apenas quando um funcionário o destranca. Mesmo aqueles que frequentam o Albergue cotidianamente guardam suas mochilas no bagageiro, evitando que ocorram roubos de seus pertences.

As refeições ofertadas em dia de semana são enviadas pelo CREAS, em grandes

caixas térmicas. Geralmente, é o mesmo cardápio do almoço. Como o CREAS conta com uma equipe de cozinheiras que é maior do que a do Albergue, as refeições são enviadas à instituição a fim de que a equipe de funcionários possa cuidar da limpeza e organização do local. Nos finais de semana, o Albergue oferece almoço a todos os usuários que pernотaram na sexta-feira, mesmos os itinerantes, já que estes receberão as passagens somente na segunda-feira. Aos sábados e domingos, a comida é preparada na instituição e servida pontualmente às 11h30. No jantar, geralmente são servidas sopas, uma refeição mais rápida de ser preparada.

Só é permitida a estadia no local sob a condição de tomar banho, jantar e permanecer no Albergue até as 8h. Não é permitido o uso de bebidas alcoólicas e outras *drogas*, por isso, os sujeitos que desejam fazer uso destas substâncias acabam dormindo nas ruas.

No expediente noturno são realizadas rondas pelos motoristas, que oferecem estadia àqueles que estão dormindo nas ruas mas, principalmente, atendem aos pedidos e às reclamações feitos dos munícipes. A ronda noturna é uma prática cotidiana realizada pelo motorista do Albergue. A cidade de São Carlos foi mapeada em zonas e pontos de referência, segundo ao que os funcionários do Albergue acreditam que sejam os pontos de pernoite destes sujeitos. Durante toda a semana o motorista deve fiscalizar todas as zonas, convidando o “morador de rua” para se dirigir ao Albergue ou senão expulsá-lo do local. Aqueles que preferem pernотar na rua acabam escondendo-se em lugares públicos para que a ronda noturna ou policiais não os achem, por isso, os *mocós* são tão importantes para a proteção das pessoas com trajetórias de rua.

Trecheiros e andarilhos são classificados no Albergues como itinerantes, pois se entende que ambos estão transitando pela rede de Albergues. Quando chegam no Albergue devem preencher uma ficha de cadastro na qual são recolhidas informações de cadastro pessoal: nome, idade e cidade de origem e cidade de destino. Um dado importante a ser cadastrado é o contato de algum familiar ou amigo do usuário, sendo que são exigidos endereço e telefone de uma pessoa de referência. Este dado é considerado o mais importante para o cadastro uma vez que, caso seja necessário, a equipe pode contatar os familiares e encaminhá-los ao endereço de referência. O itinerante deve justificar o motivo pelo qual chegou na cidade, assim como o motivo que o levará para a cidade de destino.

Em casos em que o usuário possui familiares na cidade, a equipe do Albergue

pode entrar em contato com a família e encaminhar o sujeito até a casa familiar. Por isso, as histórias de vidas são utilizadas pelas instituições como um diagnóstico que permite analisar a trajetória dos sujeitos, podendo, também, pontuar intervenções a partir daquilo que os funcionários julgam mais apropriadas.

O principal serviço do Albergue é dar abrigo àqueles que chegam à cidade. No entanto, a instituição não promove condições para a fixação destas pessoas e, por isso, a instituição opera como centro de triagem e encaminhamento da população de rua. Para encaminhar os recém-chegados, são ofertadas passagens de ônibus com destinos próximos a São Carlos, sendo que o usuário do Albergue obrigatoriamente deve deixar a cidade. O fornecimento das passagens é realizado todos os dias, exceto nos finais de semana. Quando o itinerante chega à cidade na sexta-feira, deve permanecer no Albergue até a segunda-feira, dia em que receberá a passagem para a cidade destino. O encaminhamento é feito a quatro destinos predeterminados (Porto Ferreira, Araraquara, Descalvado e Itirapina). As passagens são doadas conforme o destino do itinerante, geralmente são encaminhados para a cidade mais próxima da sua escolha. Trata-se de uma política voltada excepcionalmente para àqueles que não possuem endereço na cidade de São Carlos e, associada à norma que prevê um tempo máximo de permanência desses no Albergue, reflete uma postura de controle das políticas públicas municipais da população de rua, que tenta evitar a permanência e a criação de vínculos na cidade.

Embora os *trecheiros* façam uso dos serviços do Albergue, ainda assim apropriam-se das normas institucionais e os serviços oferecidos a seu favor. Um exemplo a ser citado é a forma com que se utilizam das passagens para *pingar de trecho em trecho*. Muitos deles se aproveitam destas brechas dizendo que vão procurar trabalho em outras cidades ou vão voltar para suas cidades para reproduzir seus estilos de vida. Um outro exemplo de como utilizam as normas institucionais para suas próprias expectativas se dá quando alguns *trecheiros* excedem os três dias de permanência no Albergue. Tal prática é entendida com certa flexibilidade já que os funcionários preferem oferecer tais serviços a deixá-los nas ruas.

De acordo com a visão do Albergue, existem três diferentes tipos de usuários: “morador de rua”, aquele que não se adapta mais a um estilo de vida rigoroso e disciplinado; o “migrante”, aquele que viaja com toda a família em busca de emprego, procurando habitualmente trabalhar no corte de cana ou de caseiro em chácaras; o “itinerante”, aquele que transita de cidade

em cidade, que “vive do expediente de itinerante”. Nas palavras do diretor geral do Albergue: “*Trecheiro* é o itinerante, *trecheiro* como o próprio nome diz, ele vive do *trecho*, aqui em São Carlos, São Paulo, Rio Claro, Descalvado. Não interessa, ele veio de Araraquara. Araraquara mandou ele pra Descalvado, já teve em Itirapina, então o que que ele faz? Ele ia pra Rio Claro, não deu, ‘pumba’ pra Descalvado, de Descalvado, ele já tá meio mal visto aqui e ‘pumba’ pra Porto Ferreira, em Porto Ferreira, ele vai pra outra cidadezinha e ‘pumba’ em Ribeirão, quando chegar em Ribeirão, pá pra São Carlos. Esse é o *trecheiro*, ele vive de expediente”.

O que diferencia o “itinerante” do “morador de rua” é o fato do primeiro aproximar-se da imagem dos *trecheiros*, por conta da instabilidade e transitoriedade que os caracterizam, enquanto que o segundo passaria mais tempo num mesmo local.

A logística do sistema albergal é pensada como uma rede de extensão mais ou menos aproximada a 50 km de distância a partir do ponto de referência que é a cidade onde o Albergue está localizado. Num raio de distância limitado como este, o valor das passagens de ônibus são mais baixo, sendo assim, o orçamento mensal das passagens, para o Albergue, são mais ou menos constantes. Além disso, a opção por escolherem destinos próximos da cidade é uma forma de baratear os gastos com as passagens.

A logística de transporte ofertada nos Albergues, composta por pontos de paradas, configura o trajeto do viajante que é limitado pelos destinos pré-determinados. Embora a logística esteja formatada em rede, no qual os pontos de paradas são os Albergues de outros municípios, não há um diálogo entre os Albergues interligados. O encaminhamento dos usuários é feito segundo a opção do trajeto escolhido por eles, e, deste modo, o Albergue que irá recolher o viajante não tem conhecimento prévio de sua chegada.

Com o destino programado até São Paulo é possível chegar à cidade em apenas três dias, partindo de São Carlos. Em Itirapina, a passagem, com destino a Rio Claro, é doada ao itinerante no mesmo dia, evitando que seja necessário abrigá-los em Albergues. Em Rio Claro é possível conseguir a passagem com destino a Limeira no mesmo dia de sua chegada, contando com a mesma lógica de encaminhamento. De Limeira são encaminhados a Americana, onde devem pernoitar na instituição para conseguirem a passagem. O próximo destino é Campinas. Alguns *trecheiros* comentaram que Campinas não está oferecendo passagens aos itinerantes; ao invés disso, pedem ao usuário um contato familiar e os encaminham para suas cidades de origens.

Outros *trecheiros*, afirmam que já conseguiram passagem na cidade. De lá a passagem é direto a São Paulo.

A rede albergal promove uma movimentação contínua, sendo que, se o sujeito deseja parar em alguma cidade por um período de tempo maior, ele deve se desligar do Albergue para que não seja obrigado a continuar circulando de instituição em instituição.

Nos casos em que os viajantes se desligam do Albergue para permanecerem na cidade por um período de tempo maior, devem se esconder em algum *mocó* para não serem pegos na ronda noturna. Como o objetivo do Albergue é fazer com que seus usuários não se fixem na cidade, sempre que é desejado, o sujeito pode retornar à instituição e pegar a passagem para seu próximo destino.

O atendimento do Albergue está em parceria com o CREAS, isto porque ao encerrar o expediente no CREAS, os usuários são levados pelo motorista até o Albergue. Embora o Albergue atenda os recém-chegados na cidade, muitos usuários da instituição são pessoas com trajetórias de rua da cidade e, para estes casos, o Albergue não os encaminha para outras instituições, apenas oferece abrigo para que não durmam nas ruas. O atendimento é bastante flexível para as pessoas com trajetórias de rua que estão em São Carlos há bastante tempo, até porque é a única entidade que oferece abrigo noturno.

As pessoas com trajetórias de rua com idade mais avançada, também classificadas como “idosos”, por eles mesmos e pelo CREAS, geralmente pernoitam no Albergue cotidianamente. Os mais jovens preferem dormir em *mocós* para tomarem *pinga* e consumirem *drogas*. Os pacientes do CAPS, portadores de transtornos mentais, também permanecem no Albergue praticamente todas as noites. Os “idosos” e os “doentes mentais” são praticamente tutelados pelo CREAS, durante o dia, e pelo Albergue, durante a noite. Como se vê, o Albergue abriga pessoas que estão nas ruas por motivos muitos variados. No caso dos “idosos” e “doentes mentais”, são recolhidos nos Albergues por falta de uma política pública específica para estas demandas.

O usuário do Albergue fabrica e inventa novas possibilidades de usos, não são passivos às normatizações previstas em seu regimento. Meus interlocutores contam-me que para se conseguir a passagem sem que haja nenhuma complicação com os funcionários é preciso apresentar-se como um itinerante, contar-lhes uma história de deslocamento, ter um destino

programado. Geralmente quando se contam histórias de deslocamento à procura de trabalho, não são mal vistos na instituição. Deste modo, é possível entrar na instituição e sair dela sem muitas complicações. A maior parte dos desentendimentos entre usuários e funcionários do Albergue ocorre com os *pardais*, muitos deles chegam a viver anos na instituição. São estes usuários que geralmente reclamam da comida, querem ter privilégios para assistir televisão após o horário do encerramento do jantar, brigam entre si, escondem bebidas alcoólicas. Outro fato apontado pelos funcionários é que são os “daqui da cidade” que entram bêbados e acabam fazendo bagunça, isto é, falam alto, gritam, provocam e brigam com os outros usuários. Nestes casos, os seguranças devem retirar da instituição aqueles que estão envolvidos na confusão.

O Albergue é também um espaço de cuidado para aqueles que estão evitando tomar *pinga* ou usar outras *drogas*. Como a norma interna proíbe o uso de bebidas e estabelece um horário limite para a entrada noturna, aqueles que saem para as ruas não podem mais retornar no mesmo dia. Assim, para evitar as “tentações da rua”, conforme afirmam meus interlocutores, o Albergue oferece um espaço de proteção e cuidado de si.

Por um lado, o Albergue noturno opera como um centro de triagem e encaminhamento dos itinerantes, empurrando-lhes para os Albergues das redondezas, já que o município não é responsável por estes. Por outro, o Albergue é também utilizado para abrigar gente de toda sorte. Com um atendimento voltado apenas para o abrigo e alimentação, o Albergue possui um atendimento bastante paliativo tanto para os itinerantes quanto para os *pardais* da cidade. As maneiras de utilizar a instituição são parte do dispositivo albergal, previstas em normas, disciplinas, triagens, mas também, por táticas de apropriações que são adaptadas pessoalmente, com uma finalidade específica para suas trajetórias. A triagem realizada no Albergue configura, provavelmente, a principal característica da malha albergal do interior paulista, interligando inúmeros municípios que fazem parte do circuito dos *trecheiros*. Como a maior parte dos municípios possui políticas de acolhimento à população de rua bastante precárias, contando apenas com o Albergue Noturno, o encaminhamento dos itinerantes continuará ocorrendo na maior parte das cidades de pequeno e médio porte. Além disso, o deslocamento entre as cidades, facilitado e garantido pelo fornecimento das passagens, é também pontuado pelos *trecheiros* como uma oportunidade para conhecer várias delas e optar por fixar-se no local que mais oferece recursos para continuarem suas trajetórias.

Entrando na malha albergal, os usuários têm que improvisar para continuar dentro dela. Tática dos fracos (DE CERTEAU 1998), o improvisado ocorre a partir das regras institucionais, e não contra elas. A malha albergal opera como um dispositivo de poder, que permite controlar os fluxos, sua intensidade e escoamento. A tática de uso do Albergue, apropriada pelos *trecheiros*, é utilizada para seu fim maior: a mobilidade. Tática também dos fixados territorialmente, o Albergue permite novas táticas de preservação à vida, novas trajetórias de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei descrever o universo da rua e as possibilidades dela se constituir como um espaço legítimo para a produção de novas trajetórias, no qual as pessoas com trajetórias de rua apresentam-se apenas como atores deste fenômeno. Para falar das ruas foi preciso abandonar a noção de população de rua, embora haja esforços teóricos e políticos colossais para defini-la mais rigorosamente. Como vimos, a heterogeneidade não cessa de aparecer em praticamente todas as instâncias que compõem suas redes de socialidade. Um sistema classificatório de diferenças, operado entre os *trecheiros* e *pardais*, produz singularidades entre seus modos de deslocar-se pelo mundo, cujo movimento não se restringe ao deslocamento em si, mas produz uma inteligibilidade para as vidas errantes, previamente marginalizadas pelo descolamento com as esferas sedentárias. Na rede de acolhimento à população de rua, estes atores são igualmente reconhecidos em suas diferenças, fato que distingue o tipo de usuário que recorre ao CREAS e os planos de intervenções personalizados a serem desenvolvidos para seus projetos de ressocialização. A mesma diferenciação ocorre também no Albergue Noturno, onde as classificações são operadas como delimitadores dos serviços prestados, no qual os fixados na cidade podem usufruir do atendimento cotidianamente e os itinerantes são necessariamente encaminhados para uma rede intermunicipal de Albergues. Procurei descrever como a multiplicidade de atores opera em cada uma das instâncias de sociabilidade que formatam os circuitos de convivialidade nos espaços públicos e a rede de acolhimento na qual estão inseridos.

Recorri à noção de trajetórias de rua, um conceito aqui empregado na tentativa de não permanecer estanque às categorias de nomeação, uma vez que o que delimita as formas de nomeação dos atores são os movimentos produzidos, sendo legítimo o trânsito entre um tipo de movimento e o outro. Para dar conta das transformações recorrentes em seus itinerários, o ponto de tensão onde se localizam as possibilidades de mutações, notamos que a fluidez deste modo de habitar as ruas é o principal elemento que o define. Os princípios identitários revelam a intensidade do movimento, o ponto máximo e mínimo da mobilidade. Contudo, este jogo de diferenciações busca dar conta de uma singularidade, através da qual são eleitos elementos esparsos que os atores desejam manipular, enfatizar ou encobrir. Assim, a noção de trajetória procura dar conta tanto dos movimentos de seus itinerários quanto das formas de singularização operadas nas trajetórias de rua. A opção por utilizá-la provém, inclusive, da necessidade de caracterizar a rua como um espaço de múltiplos atores que nela se encontram por estarem desvinculados dos núcleos familiares e comunitários.

Embora não tenha me detido nos pontos de ruptura familiar realizada por aqueles que iniciam uma trajetória de rua, já que estes estariam presentes nas histórias de vidas que são ocultadas como um mecanismo para preservar seus anonimatos, no decorrer do texto procurei apresentar algumas reflexões que serviriam como base para se pensar o desvinculamento com as esferas familiares e comunitárias. Procurei ater-me aos discursos sobre as vinculações produzidas na rua, através dos quais poderiam ser pensadas como delineações sutis do processo de rupturas que precederam suas trajetórias de rua. Neste ponto, as brigas familiares aparecem como um elemento importante dentre outros dispostos num cenário social onde fatores econômicos, políticos e biográficos compõem um mosaico de tensões. Notamos que a família aparece como a primeira instituição a ser rompida, a mais elementar delas, cujo objetivo é deixar para trás uma vida marcada pela moral produzida e cobrada na esfera privada. Recorrendo aos argumentos aqui apresentados, as trajetórias de rua indicam a rua como um espaço possível para se desenvolver práticas (e produzir novas trajetórias) que já foram interditadas no espaço privado, como procurei demonstrar na descrição da rua como um emaranhado de percursos a serem percorridos: percursos do anonimato, ócio, vício, loucura, ilegalidade, ilícito. Sem perder de vista que são percursos marginais (e marginalizados), a fluidez e mutação inerente aos movimentos das trajetórias demonstram como a experiência de marginalização produz um deslocamento por uma zona de afrouxamento dos controles sociais (PERLONGHER 1987), onde há a possibilidade de deslocarem-se entre a norma e o desvio, retomar os laços familiares quando assim é desejado, entrar ou escapar da malha institucional, viver no *trecho* ou se fixar em um deles.

No processo de criação de vínculos com a rua, as *bancas* servem como exemplos especialmente importantes para notar como tal processo ganha forma. Sua coletividade espontânea permite que novos membros sejam sempre vinculados à *banca* e desvinculados dela quando não atendem às instruções de comportamento que são sempre revistas entre eles. Seguidas da regulação dos comportamentos, previsto no *respeito*, as entradas nas *bancas* ocorrem de forma incontrolada, sempre quando um sujeito está em busca de sociabilidades específicas, por isso, as *bancas* são como zonas de interconexão de atores, onde suas trajetórias são cruzadas no espaço público. Notamos que a rua aparece nos discursos destas trajetórias carregadas de significações que conferem inteligibilidade para as derivas marginais. Ao falar das trajetórias de rua, a própria rua ganha novas delineações, antes retratada como um espaço amorfo (o local dos caídos), na etnografia aqui apresentada é descrita segundo as percepções das pessoas com

trajetórias de rua, sendo este um espaço altamente organizado no qual novos territórios são possíveis de serem construídos.

Na rua se moldam percursos aparatados das esferas da cidadania, fato que é desejado para algumas trajetórias; contudo, suas posições marginalizadas, tomando como referência a noção de cidadania, colocam em funcionamento outros mecanismos de proteção de suas vidas, acentuando certos traços de violência e impunidade presentes neste universo. O *conhecimento da rua* caracteriza com mais precisão estes mecanismos que lhes servem de preservação à vida, diante de tantas contensões a que são alvos. Em estreita relação com as táticas de cuidado de si, o *conhecimento da rua* demonstra como devem safar-se destas violações, por isso revelam as práticas de *vigilâncias para si*, o cuidado com o corpo, o mapeamento da rede assistencial, as táticas de *manguieio*. Embora muitas das contensões que sofram sejam provocadas pelas posições marginais que lhes são conferidas, outras ainda ocorrem dentro de suas redes de sociabilidade, como são os casos das *brigas de rua*, cujos acertos de contas estão restritos apenas aos envolvidos no conflito. É cada um por si. Não é a toa que uma das táticas de vigilâncias para si é “ser esperto” e evitar brigas, justamente por que as brigas começam na rua e nela terminam.

Como os mecanismos de proteção de si acionados na rua são táticas para driblar os imperativos com que se deparam, nos espaços institucionais outros mecanismos de proteção são encontrados, justificando suas entradas e, inclusive, paradas pela rede assistencial. O CREAS pode ser entendido como um espaço de resguardo àquele que deseja controlar o uso da *pinga* ou das *drogas*. Pode ser também um espaço tranquilo para seu descanso ou para uma boa refeição. Além disso, em qualquer caso de complicação médica, o CREAS encaminha seus usuários para a rede de saúde. Embora nestes exemplos observamos uma rede de apoio encontrada na instituição, a entrada institucional das pessoas com trajetórias de rua quase sempre é feita como uma tática a favor da perpetuação de suas trajetórias de rua, isto significa dizer que não compactuam da mesma visão que a equipe profissional possui sobre as expectativas do serviço. Neste ponto, a noção de *comprometimento* enriquece a análise de modo particular. Se para os profissionais do CREAS o *comprometimento* é uma noção pela qual é possível pensar o vínculo institucional produzido e o modo pelo qual cada usuário engaja-se na construção de sua autonomia, visando a desvinculação institucional, para os usuários, no *comprometimento* podem ser calculados os esforços pessoais para atender aquilo que se espera deles, no entanto não diz respeito ao

engajamento para seus projetos de ressocialização, operando, ao contrário, como cálculos para justificar a permanência no serviço.

A dependência institucional é apontada pelos profissionais da instituição como o maior problema de gestão com que se deparam. Como um efeito perverso do dispositivo de acolhimento, a dependência sugere, nesta nossa análise, que a relação entre instituição e usuários é de natureza mista, um só se completa com o outro. Por um lado esta dependência demonstra como as pessoas com trajetórias de rua acessam os mínimos sociais, por isso suas entradas são marcadas por uma imersão em instâncias de cidadania, das quais estão apartados nas ruas. Num outro sentido, a institucionalização dos usuários, notada na dificuldade de se desligarem dos serviços, sugere que todos os esforços para se criar o vínculo institucional é um efeito perverso do dispositivo uma vez que quando inseridos na rede querem desfrutar desta captura, em proveito de suas trajetórias de rua. Contudo, nem sempre o trânsito por estas instâncias é desejado por eles, e por isso, as entradas e escapas institucionais são tão recorrentes nas trajetórias de rua.

Pensando nas táticas de preservação da vida presentes nas trajetórias de rua, a rede de acolhimento permitiu novas formas de viver nas ruas. Por isso, um traço marcante nas trajetórias são suas passagens pela rede assistencial. São consideradas novas formas de vida justamente porque a institucionalização, aqui pontuada como o grau de dependência das instituições, ocorre à medida que a rede de acolhimento se amplia, e estes mesmos mecanismos de acolhida são incorporados em suas táticas de cuidado de si, embora muitas trajetórias ainda prefiram manter-se afastadas das redes institucionais. As mudanças nas trajetórias são recorrentes, e, portanto, uma trajetória institucionalizada pode tomar outros rumos, cair no *trecho*, retomar os laços familiares, voltar ao mercado de trabalho, enfim, são inúmeras as possibilidades, sempre avaliadas pontualmente. As trajetórias institucionalizadas não perdem seus movimentos; como vimos, frequentando os espaços institucionais não são desfeitos os vínculos criados nas *bancas*, não se abandona a prática do *mangueio*, não se deixa os *mocós*.

Especificamente na questão do desligamento institucional, ponto em que mais se gera polêmica tanto para a equipe do CREAS quanto para os usuários, nota-se que o trabalho não é a questão central sobre a qual suas trajetórias irão se sustentar. Muitos já conseguiram trabalhos e os deixaram facilmente. Assim como muitos já tiveram oportunidade de conseguir uma moradia, mas a recusaram. Estes fatos são recorrentes. O que permanece na questão de suas

ressocializações é justamente a dificuldade de manterem-se em uma relação estável com a família ou trabalho. Tal estabilidade aparece como contraponto das identidades produzidas nas trajetórias de rua, cuja estagnação territorial é vista de modo negativo, como procurei descrever na diferenciação entre os *trecheiros* e os *pardais*, mas também pode ser percebida entre os *acomodados* no CREAS. A fixação é sempre estigmatizado nas trajetórias de rua. Parar em certo ponto significa deixar de produzir vida, já que o movimento reflete a busca por novas possibilidades. O movimento é também característico das tentativas de escapar dos destinos estigmatizados reservados às vidas errantes, reduzindo-as a uma categoria fixa marginalizada. Assim, os movimentos são sempre tentativas de buscar (e produzir) novas formas de estar no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Gilberta (org). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- ALVES, Paulo C. (org). **Saúde e Doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.
- BARROS, Joana. **Moradores de rua – pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. Dissertação de Mestrado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade de São Paulo, 2004.
- BASTOS, Francisco. GONÇALVES, Odair (org). **Drogas: é legal? Um debate autorizado**. Rio de Janeiro: Imago Ed.: Instituto Goethe, 1993.
- BIONDI, Karina. **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC**. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre População em situação de rua**. DF, 2008.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Política Nacional de Assistência Social**, DF, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Guia de Orientação nº 1**, (1ª versão) Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e-documentos/avisos-e-documentos/atct_topic_view?b_start:int=0 Acessado em: 20/06/2009
- BRITES, Jurema. FONSECA, Claudia (org). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- BROGNOLI, Felipe. **Trecheiros e pardais: estudo etnográfico d nômades urbanos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- BURSZTYN, Marcel. (org.) **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. RJ: Garamond, 2000.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34 / Edusp, 2000.
- _____. **A presença do autor e a pós-modernidade na Antropologia**. São Paulo, Novos Estudos, CEBRAP, n.21, 1988.
- CAMPOS, Edemilson Antunes de. **Alcoolismo, doença e pessoa: uma etnografia da associação de ex-bebedores alcoólicos anônimos**. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, SP, 2005.

- CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos: da psiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1987.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**, São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XXI**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- DAS, Veena. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n.40, junho 1999.
- DAS, Veena & Poole, Deborah. “El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. **Cuadernos de Antropología Social** N° 27, pp. 19–52, 2008.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer**. Petrópolis, 3 ed., Vozes, 1998.
- DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. Acerca do ritornelo. In: **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 4, São Paulo: Editora 34, 2002a
- _____. Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra. In: **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 5, São Paulo: Editora 34, 2002b.
- DELUCCA, Daniel. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP, 2007.
- DI FLORA, Marilene. **Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis, Vozes, 1987.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed, 2006.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- DREYFUS, Hubert. RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. RJ: Jorge Zahar Ed., 1986.
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates), 1984.
- _____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R (org.). **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. 2ªed, SP: Paz e Terra, 1988.
- ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social**. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, DF, 1998.

- FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FOUCAULT, Michel. “O Nascimento da Medicina Social”. In: Machado, R. (org.), **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal (1982), 1974.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes (1983), 1975.
- _____. “Poder-Corpo”. In: Machado, R. (org.), **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal (2009), 1979.
- _____. **História da Sexualidade I – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal (1982), 1976.
- _____. **História da Sexualidade III – o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal (1985), 1984.
- _____. **Segurança, Território e População: curso dado ao College de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes (2008), 1978.
- FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia - IFCH-UNICAMP, Campinas, 2004.
- FRUGOLI, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco zero, 1995.
- _____. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**, EDUSP, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GRANADO, K; MURGO, A; SARTORI, J. **Trabalho voluntário em prol da população em situação de rua: o caso do Posto de Rua “Eurípedes Barsanulfo” no Município de São Carlos-SP** In: Anais do Seminário Nacional sobre População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas, São Carlos, 2008, p.162 -169
- GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos de rua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GUASCO, Pedro. **Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo**. SP: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2001.

- GUATARRI, Félix. **Espaço e poder: a criação de território na cidade**. N. ° 16. Revista Espaço & Debate. São Paulo, 1985.
- INGOLD, Tim. **The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London and New York: Routledge: 2000.
- _____. **Lines: a brief history**. London: Routledge, 2007.
- KASPER, Christian. **Habitar as ruas**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- LABATE, Beatriz. **As encruzilhadas da imprensa: uma análise da reportagem da capa da Revista Isto É sobre a ayahuasca**. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.1, n.2, jul.-dez., p.105-115, 2009.
- LEAL, Eduardo M. O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. In: LIMA, Roberto K (org). **Antropologia e Direitos Humanos**, 5. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.
- MACRAE, Edward; SIMÕES, Julio. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre classes médias**. Salvador: EDUFBA, 2000.
- MAGNANI, José Guilherme. **Etnografia como prática e experiência**. Revista Horizontes antropológicos, vol.15 no.32 Porto Alegre Jul/Dec. 2009.
- _____. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, J.G. e TORRES, Lilian de L. (orgs.) **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.
- MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua de Porto Alegre**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- MARQUES, A.C; VILLELA, J; BROGNOLI, F. **Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento**, Itajaí: Editora Univalli, 1999.
- MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação de Mestrado – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2009.
- MARTINEZ, Mariana M. **O corpo nos trechos: um ensaio etnográfico da corporalidade de moradores de rua em São Carlos**. Monografia apresentada ao departamento de Ciências Sociais da UFSCar, SP, 2007.
- _____. **O corpo em movimento: uma etnografia da corporalidade dos trecheiros de São Carlos**. In: XXXIII Reunião da ANPOCS, 2009, Caxambu. XXXIII Reunião da ANPOCS, 2009.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**, Vol II, São Paulo: EPU, 1974.

- MENDES, Mariana Vilas Boas. **Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre territórios existenciais de moradores de rua de Belo Horizonte**. Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal de Minas Gerais, 2007.
- MERCANTE, Marcelo. **Consciência, miração e cura na Barquinha**. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.1, n.2, jul.-dez., p.116 - 138, 2009.
- MEUNIER, Jacques. **Os moleques de Bogotá**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1978.
- NASSER, Ana. Cristina. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- NEVES, Delma. **Mendigo: o trabalhador que não deu certo**. *CiênciaHoje*, ano 1, n.4, p.28-36, jan.-fev., 1983.
- PARK, Robert. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G.(org.) - **O Fenômeno Urbano**. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- PECHMAN, Robert M. **Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: Miceli, Sergio (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault: entrevistas**. São Paulo: Graal, 2004.
- PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- RABINOW, P. & DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**, SP: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- ROSA, Cleisa M.M. **Vidas de rua, destinos de muitos**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Estudos Pós- Graduação em Serviço Social – Puc-SP. São Paulo: 1999.
- SANTOS, Rafael. **Efeitos da ayahuasca em medidas psicométricas de pânico, ansiedade e desesperança**. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.1, n.2, jul.-dez., p.139 - 143, 2009.
- SILVA, V. ; HERRERA, A, **Experiência de Gestão Municipal Atendimento a Pessoas em situação de rua. São Carlos – 2008**, In: Anais do Seminário Nacional sobre

População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas, São Carlos, 2008, P.196 – 207.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.) **O Fenômeno Urbano**. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

STOCKING JR, George. The ethnographer's magic: fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski. In: G. W. Stocking Jr. (ed.). **Observers Observed: essays on ethnographic fieldwork** (Coleção History of Anthropology, vol. 1), Madison: The University of Wisconsin Press, 1983.

STOFFLES, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TELLES, Vera. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas**. São Paulo em perspectiva, 4 (2), abril/junho, 1990.

VARGAS, Eduardo. **Entre a extensão e a intensidade – corporalidade, subjetivação e uso de drogas**. Tese de doutorado. FAFICH, UFMG, 2001.

_____. **O uso de drogas: a alteração como evento**. Revista de Antropologia, vol. 49, n. 2. São Paulo: USP, 2006.

VELHO, Otavio (org). **O fenômeno urbano**. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

VENANCIO, Renato (org). **História do álcool e drogas no Brasil**. São Paulo: Alameda, Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

VIEIRA, A.; BEZERRA E.; ROSA C. **População de Rua – Quem é, Como Vive, Como é Vista**. São Paulo: Hucitec; 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. SP: Brasiliense, 1985.

_____. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R (org.). **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. 2ªed, SP: Paz e Terra, 1988.